



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL

RENATA DE SOUZA

PARQUE PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ:
CONTEXTUALIZANDO A DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL

Rio de Janeiro

2014

RENATA DE SOUZA

**PARQUE PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ:
CONTEXTUALIZANDO A DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Tania Maria de Freitas Barros Maciel

Rio de Janeiro

2014

RENATA DE SOUZA

**PARQUE PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ:
CONTEXTUALIZANDO A DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em __/__/__

Banca Examinadora

Prof. Dra. Tania Maria de Freitas Barros Maciel - Orientadora
Programa de Pós-Graduação EICOS – UFRJ

Prof. Dra. Marta de Azevedo Irving
Programa de Pós-Graduação EICOS – UFRJ

Prof. Dr. Carlos José Saldanha Machado
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha família, a minha mãe, que foi a pessoa que mais me incentivou e batalhou, mesmo diante de todas as dificuldades, para a conclusão de meus estudos. Agradeço a minha irmã Rebeca, uma brilhante advogada, que me ajudou no entendimento de todo o aparato legal utilizado na dissertação e pela revisão de alguns capítulos. Ao meu pai, que mesmo distante forneceu muitas contribuições, em principal o apoio técnico de informática. E ao meu namorado Pedro, por seu apoio diário, pelas trocas de ideias, pelas revisões, pelos conselhos e pela paciência.

A minha orientadora Dra. Tania Maciel por todo auxílio prestado durante o mestrado, e em principal por ter acreditado no meu trabalho e potencial, mesmo com toda dificuldade que demonstrei ao ingressar em uma pós-graduação distinta da minha área de formação.

Aos membros da banca, a professora Dra. Marta de Azevedo Irving e ao professor Dr. Carlos José Saldanha Machado, por aceitarem o convite de fazer parte da construção e desenvolvimento desse trabalho.

Aos gentis moradores do bairro de São José que me receberam com tanta atenção e que me concederam de bom grado as entrevistas.

Aos paleontólogos e arqueólogos, e ao subsecretário de educação de Itaboraí, pelo crédito que concederam a minha pesquisa e por serem tão acessíveis e agradáveis.

Ao Tavinho que forneceu informações preciosas e que possibilitou que encontrasse os atores certos para entrevistar.

A todo o pessoal do Curso de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (tanto professores quanto colegas), cujos nomes não citarei temendo esquecer alguém. Mas gostaria de agradecer em especial a Vanessa Marcondes, que contribuiu de forma significativa para este trabalho, pois dividiu comigo muitas referências bibliográficas e revisou grande parte dessa dissertação. A Andrea e Lívia, que compartilharam muitas informações, expectativas e aflições. E como não agradecer ao pessoal da secretaria, o Ricardo e a Paula que ajudaram muito durante o desenrolar da pós-graduação.

A todos os meus amigos, em especial a Karen e a Poliana por todo apoio e auxílio durante a confecção da dissertação. Aos amigos que não ajudaram diretamente na confecção desse trabalho, mas que foram essenciais para meu bem estar e conforto,

Cazuza, Karina, Graziella, Ana Paula, Aline, Mariana, Robertinha, Suzy, Luana, Nemo e as Julianas.

A todos que mesmo não citados nominalmente contribuíram de alguma forma para minha formação e para o desenvolvimento desse estudo.

De boas ideias o mundo já está cheio
Só está faltando é duplicação
Participação, partir pra ação
Sós continuando cantando caindo no
abismo da contradição

El efecto

RESUMO

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, localizado em São José, bairro do 6º distrito da cidade de Itaboraí, é legalmente caracterizado como uma área protegida (Lei Municipal 1.346/95) e constitui em um patrimônio geológico de grande valor. Essas áreas surgem imersas em uma contradição, pois são concebidas no intuito de proteger a natureza do poder destrutivo do homem. Contudo, as áreas protegidas não constituem apenas em locais onde a presença humana é indesejada, essas áreas possuem potencial social, econômico, cultural e educativo. Esses potenciais são ressaltados em algumas leis brasileiras, de modo que a dinâmica socioeconômica é inserida para viabilizar a proteção dos bens naturais presentes em áreas protegidas. Nesse sentido, a participação da sociedade em áreas protegidas é reconhecida pelo aparato legal brasileiro como sendo de vital importância para efetivar a política de proteção dessas áreas. Desse modo, o presente trabalho visa investigar como a temática da participação social é inserida no contexto do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, um local que foi cenário para grandes descobertas científicas e onde durante quase 50 anos abrigou um grande empreendimento que gerou emprego para os moradores e até hoje permeia o imaginário da população local. A discussão a respeito da inserção de estratégias de participação em áreas protegidas é de grande relevância, pois além de resultar de uma determinação legal, podem tornar as medidas de proteção da natureza mais eficientes e ainda gerar benefícios sociais, econômicos e culturais. Portanto, a discussão relativa à questão da participação social no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí é pertinente para moradores e gestores. Os resultados obtidos demonstram que a população não possui participação extensiva nas decisões e demandas do Parque. Entretanto, é importante ressaltar que na atualidade existem discussões e ações nesse sentido. As relações sociais, políticas, econômicas e culturais nessa região são de extrema complexidade, o bairro de São José é pobre e sofre com o descaso das sucessivas gestões públicas, assim como ocorre no Parque. Nesse sentido, a limitada participação da população nessa área é observada, entre outros fatores, como decorrência direta do descaso das gestões públicas com o Parque e da ausência de órgão gestor no local.

Palavras-chaves: Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, patrimônio geológico, área protegida e participação social.

ABSTRACT

The Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, located in São José, neighborhood of the 6th district of Itaboraí city, is legally characterized as a protected area (Municipal Law nº1.346/95) and is a geological heritage of great value. These areas have a contradiction, because they are designed to protect nature of destructive human power. Nevertheless, the protected areas are not only areas where human presence is unwanted; these areas have a social, economic, cultural and educational characteristic. These characteristic are highlighted in some Brazilian laws, , so that socio-economic dynamics are inserted to enable the protection of natural resources found in protected areas. In this sense, participation in protected areas is recognized by the brazilian legal apparatus as being important to update the policy to protect these areas. . The discussion regarding the inclusion of elaborate participative strategies in protected areas is of great importance, since it can make the protection measures most efficient in these areas and still generate some benefits for residents. Therefore, the discussion on the issue of social participation in the Parque Paleontológico de São José de Itaboraí is pertinent to dwellers and managers. The discussion regarding the inclusion of elaborate participative strategies in protected areas is of great importance, since it can make the protection measures most efficient in these areas and still generate some benefits for residents. Therefore, the discussion on the issue of social participation in the Parque Paleontológico de São José de Itaboraí is pertinent to dwellers and managers. The results obtained demonstrate that the population does not have extensive participation in decisions and demands of the Park. However, it is important to note that there are discussions and actions accordingly. The social, political, economic and cultural relations in this region are complex, the neighborhood of São José is poor and suffers from the neglect of successive public administrations, as well as occur in the park. In this sense, the limited participation of the population in this area is seen, among other factors, as a direct result of the negligence of public administrations with the Parque and the absence of the managing agency on site.

Keywords: Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, geological heritage, protected area and social participation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CENPES	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itaboraí
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CNCPM	Companhia Nacional de Cimento Portland-Mauá
GILGES	Global Indicative List of Geological Sites
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMOS	Conselho Internacional de Sítios e Museus
INEA	Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
REG	Rede Europeia de Geoparques
RGG	Rede Global de Geoparques
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SIMMA	Sistema Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí
SIGEP	Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – FIGURAS E QUADROS

Figura 1	Mapa do município de Itaboraí. Visualização do distrito itaboriense de Cabuçu e adjacências. A esquerda de Cabuçu está localizado o bairro de Santa Isabel, município de São Gonçalo e abaixo o município de Maricá.	59
Figura 2	Mapa representativo dos oito distritos do município de Itaboraí.	59
Figura 3	Gráfico demonstrativo do número de habitantes nos distritos de Itaboraí	60
Figura 4	Pontos de remanescentes de mata atlântica em Itaboraí.	61
Figura 5	Depressão da Bacia de Itaboraí antes do preenchimento com água.	66
Figura 6	Bacia de Itaboraí em 2012, preenchida com a água subterrânea.	68
Figura 7	Casas localizadas nas proximidades das estruturas de visitação no interior do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.	69
Figura 8	Placa indicando a localização do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí e o portal de entrada do Parque.	69
Figura 9	Áreas protegidas localizadas nas proximidades do Comperj.	76
Quadro 1	Perfil dos moradores entrevistados do Bairro de São José e adjacências.	89
Quadro 2	Perfil dos Entrevistados Estratégico (pesquisadores, gestores e representante do poder público).	90

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1	Roteiro de entrevista direcionado para os moradores	160
Apêndice 2	Roteiro de entrevista direcionado para os pesquisadores/ gestores	163
Apêndice 3	Roteiro de entrevista direcionado para o representante do poder público	165
Apêndice 4	Termo de Consentimento Informado	167

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Decreto nº 79, de 19 de novembro de 2008	168
Anexo 2	Lei Municipal nº 1346, de 12 de dezembro de 1995	173
Anexo 3	Lei Municipal nº 1716 de 26 de dezembro de 2001, que revoga o inciso III, do art. 4º, da Lei nº 1346, de 12 de dezembro de 1995.	175
Anexo 4	Matéria da Folha de São Paulo que trata da Poluição e do assoreamento da lagoa de São José.	176

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUZINDO O TEMA.....	3
CAPÍTULO 2: O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS MÚLTIPLAS CONCEPÇÕES	8
2.1. O Patrimônio Cultural.....	8
2.2. O Patrimônio Geológico	12
2.3. O Patrimônio Natural.....	21
CAPÍTULO 3: PARTICIPAÇÃO.....	27
3.1. Participação: a complexidade de um conceito em constante construção.....	27
3.2. Característica da política participativa brasileira.....	32
3.3. Participação em áreas protegidas no Brasil	38
3.4. Desafios para a instauração de práticas participativas em áreas protegidas	46
CAPÍTULO 4: PARQUE PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ	54
4.1. Itaboraí: uma cidade marcada por ciclos de auge e decadência.....	54
4.2. Itaboraí no contexto atual: território, economia, sociedade e política ambiental	57
4.3. O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.....	64
4.4. Tendências Futuras para o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí e a região: a possível influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj	73
CAPÍTULO 5: CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	82
5.1. Etapas da pesquisa	85
CAPÍTULO 6: COMPREENDENDO A DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO NO PARQUE PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ.....	91
6.1. Memória que a população possui do local e valorização do passado e do presente	92
6.2. Relações entre os atores envolvidos com o Parque	102
6.3. Participação dos moradores nas atividades do Parque.....	109

6.4. Grau de engajamento político e entendimento de participação por parte dos moradores.....	112
6.5. A gestão no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí	117
6.6. Criação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí	122
6.7. Esforços realizados por pesquisadores e pelo poder público para a conservação do Parque	124
6.8. Relações entre os atores envolvidos com o Parque na visão dos pesquisadores, gestores e do representante do poder público	130
6.9. Entendimento do grau de engajamento político da população e de participação por parte dos pesquisadores, gestores e representante do poder público.....	138
CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	150

CAPÍTULO 1: INTRODUZINDO O TEMA

Ao estagiar com paleontologia no Museu Nacional/UFRJ durante três anos, observei que essa ciência, apesar de ser absolutamente importante para conhecimentos relativos à evolução, ecologia e geologia, era também menosprezada, não nos vínculos acadêmicos, mas na forma como é exibida para a população no geral. Notei que áreas de interesse paleontológico são geralmente pouco conhecidas do grande público, assim como observei que essa ciência é contemplada de maneira parca (ou mesmo não é contemplada) nos conteúdos de ensino dos colégios, o que proporciona ainda mais desconhecimento a respeito dessa ciência.

Desse modo, no intuito de entender como se dá a dinâmica entre locais de interesses paleontológicos e a sociedade, foquei minha atenção no único local onde houveram achados paleontológicos no estado do Rio de Janeiro, o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, uma área protegida de grande valor para a paleontologia e arqueologia.

Diversas questões relacionadas à interação entre a sociedade e o Parque Paleontológico me instigavam; como a divulgação científica, a geoconservação, o turismo, a educação e o desenvolvimento local. No entanto, com a evolução dos estudos durante o mestrado, voltei minha atenção sobretudo para a temática da participação social. Parte desse interesse pelo tema da participação surgiu a partir das constatações realizadas durante as visitas ao campo e pelas bibliografias estudadas, e parte foi suscitada por conta do estímulo pessoal – o tema agrega muitos questionamentos pessoais que possuo – como a divisão desigual de poder, o compartilhamento de decisão e o direito do indivíduo de decidir sobre seu próprio bem estar.

Ademais, a análise da estruturação de processos participativos no contexto do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí é relevante para observar se são estabelecidos parâmetros para seguir a determinação legal, visto que os principais instrumentos legais relativos à proteção da natureza vigentes atualmente no Brasil apresentam preceitos relacionados à participação da sociedade nas estratégias de gestão de áreas protegidas. Como é possível observar no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985/00), no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP, Decreto nº 5.758/06), e na própria legislação municipal de Itaboraí relativa à proteção da natureza – como no caso do Código do Meio Ambiente do Município de Itaboraí (Lei complementar nº71/08) e da Política Ambiental do

Município de Itaboraí (Lei nº 2176/00). Do mesmo modo, a legislação relativa ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí também inclui a temática da participação nas suas normas, como é possível observar no Decreto nº 79, de 19 de novembro de 2008 (Anexo 1), que define a estrutura administrativa do conselho gestor do Parque e determina a participação de membros da sociedade civil neste conselho.

Desse modo, existem leis no país e no município de Itaboraí que visam integrar sociedade e natureza, e que incluem a temática da participação em suas determinações. No entanto, apesar do aparato legal, de acordo com Gohn (2011), muitos esforços ainda precisam ser realizados para efetivar na sociedade brasileira um processo participativo autêntico, com a real inclusão da população.

Uma das problemáticas com relação à participação advém do fato desse conceito ser muito amplo e possuir inúmeras definições. Segundo Demo (1988) alguns conceitos de participação são delineados visando à manutenção do poder para os grupos hegemônicos, sem que haja a preocupação de promover o equilíbrio de poder e de decisão nas diferentes camadas sociais. Do mesmo modo, Dagnino (2004) afirma que o discurso da participação pode ser apropriado por políticas neoliberais para o estado abdicar de uma série de deveres com o intuito de remanejá-los para a sociedade.

Portanto, a temática da participação é complexa e agrega muitos problemas conceituais. Desse modo, para o delineamento do presente estudo optou-se por utilizar as definições realizadas por Demo (1988), Gohn (2011) e Loureiro (2004, 2012). Para esses autores, o conceito de participação remete ao enraizamento de processos democráticos, à partilha de poder, à igualdade na capacidade de decisão, à emancipação política e social dos indivíduos, ao diálogo aberto e de mão dupla, à cooperação entre os diferentes atores e ao compartilhamento de responsabilidades.

No entanto, apesar do presente trabalho ser guiado pela perspectiva de participação entendida como compartilhamento de decisões e de poder, não se exclui os benefícios advindos de práticas participativas que fomentam a educação, a atividade turística e o lazer. Pois, compreende-se a importância que essas práticas possuem para motivar a população, para despertar nos moradores um sentimento de pertencimento, e assim incentivar a participação nas estratégias de gestão. Pois para Demo (1988) e Gohn (2011) é necessário criar estratégias para motivar e mobilizar os indivíduos.

Nesse sentido, com o presente trabalho objetivou-se averiguar como é inserida a dinâmica social nas estratégias de gestão do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, de modo a investigar o contexto no qual se insere o Parque; como a população

local, os pesquisadores e os responsáveis pela gestão dessa área entendem o conceito de participação social e como esses atores enxergam essa temática dentro das estratégias de gestão do próprio Parque. Ademais, foram delineados alguns objetivos específicos que constituem em:

- Analisar como práticas de participação são incluídas na administração do Parque e como o conceito de participação é compreendido por gestores, pesquisadores, poder público e por moradores.
- Verificar a importância que os moradores de São José atribuem a este local, de modo a observar qual o sentimento que a população possui por esta área e que tipo de memória este lugar desperta nas pessoas.
- Averiguar como é estruturada a gestão nessa área e quais são os atores responsáveis pela gestão do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.

Desse modo, o estudo pretende inserir a discussão a respeito do entendimento de participação realizado pelos atores envolvidos com o Parque e sobre a existência de práticas participativas nessa área protegida.

O Parque foi criado em 1995, através da Lei Municipal nº 1346/95 (alterada pela Lei Municipal nº 1716/01) (Anexo 2 e Anexo 3), fruto do reconhecimento dos inúmeros valores atribuídos a este, por parte da gestão pública e da comunidade científica (MANSUR & MASCIMENTO, 2007). Este é considerado pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) um patrimônio geológico devido às inúmeras importâncias que a este são agregadas, como geológicas, paleontológicas, educativas, culturais, turísticas, entre outras. Do mesmo modo, esse é estabelecido por lei como Área de Preservação Permanente (Lei Municipal nº 1.346/95).

O Parque possui uma importância ímpar para os estudos paleontológicos, pois de acordo com Bergvist, *et al.* (2006), nessa região foram realizados achados fósseis de grande relevância para o entendimento da evolução da fauna pleistocênica¹ da América do Sul. Ademais, a arqueóloga brasileira Beltrão (1989) celebra essa área como uma das mais relevantes para o estudo da evolução humana no Brasil e em todo mundo.

Nesse sentido, o Parque possui ampla significância para estas ciências, porém a importância do Parque vai muito além da relevância acadêmica. Outros fatores menos explícitos, porém de absoluta relevância, são relacionados com os aspectos educativos,

¹ A fauna pleistocênica remete aos animais que viveram na época estabelecida na tabela geológica como pleistoceno, que ocorreu entre 1,8 milhões de anos e 11.000 anos antes do presente (CARVALHO, 2007).

turísticos, históricos, socioeconômicos, de divulgação científica e o potencial para a educação ambiental que o Parque possui.

Um patrimônio como o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí possui um amplo potencial interdisciplinar, pois integra conhecimentos de geologia (como os processos geológicos responsáveis pela formação desse local), biologia, paleontologia, arqueologia, evolução humana e dos demais seres vivos e ainda contempla aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais (BRILHA, 2009).

No entanto, a relevância acadêmica do Parque é a característica mais proeminente desta área, principalmente porque foram os pesquisadores de paleontologia e arqueologia que estimularam a criação do Parque e são esses cientistas que até hoje empenham esforços para a conservação do local. Nesse sentido, existe uma gama extensa de artigos produzidos relativos aos achados fósseis e arqueológicos na área. No entanto, são raros os pesquisadores que desempenham projetos tendo como foco a questão social e a participação social.

Desses poucos trabalhos, apenas três abordam a questão da participação social, e todos possuem uma abordagem quantitativa. Nessas pesquisas que estudam o envolvimento populacional, o conceito dado à participação pelos pesquisadores não envolve o compartilhamento de poder e de decisão. O principal objetivo desses trabalhos compreende na conscientização dos moradores a respeito da importância do Parque.

Dessa forma, a discussão com relação ao envolvimento social e ao processo de participação e seu entendimento por todos os atores envolvidos com o Parque, realizada no presente estudo, é importante para gerar novos questionamentos que não estejam vinculados apenas às ciências da paleontologia e da arqueologia, visto que essa área protegida possui todo um potencial interdisciplinar, de modo que é extremamente relevante diversificar a perspectiva dos trabalhos produzidos tendo o Parque como base.

Para discorrer a respeito das questões relatadas nessa breve introdução, o presente trabalho foi estruturado em sete capítulos no intuito de possibilitar a melhor compreensão do leitor. O primeiro capítulo consiste na introdução do tema, no delineamento dos objetivos, na explanação das justificativas para a escolha do tema e das motivações que levaram a pesquisadora a optar por essa temática. No segundo capítulo são discutidas as definições e conceitos referentes ao patrimônio cultural, geológico e natural. Ademais, é problematizada a amplitude da definição de patrimônio cultural, de modo que agrega os conceitos de patrimônio geológico e natural. Ainda

nesse capítulo são debatidas questões relativas à visão da natureza produzida pela sociedade e como essa visão afeta as áreas protegidas. No Capítulo 3, é realizado um apanhado bibliográfico da questão central da dissertação, que consiste na participação. De modo que neste capítulo é discorrido a respeito do conceito de participação, das multiperspectivas do entendimento desse conceito, de como essa temática vem sendo agregada nas estratégias políticas brasileiras e como a participação se encaixa na dinâmica de áreas protegidas. No capítulo 4, é abordado o contexto histórico, social e econômico no qual o Parque está inserido, além do histórico do próprio Parque, a estrutura, conservação e a relevância dessa área para o bairro e para a comunidade acadêmica. O capítulo cinco destina-se ao detalhamento da abordagem metodológica utilizada para a elaboração do estudo e as etapas que envolveram o trabalho de pesquisa. No sexto capítulo são discutidos os resultados obtidos durante a pesquisa no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, assim como são realizadas as análises desses resultados. Por fim no sétimo capítulo é apresentada a conclusão do trabalho, no qual é realizada uma série de considerações e reflexões relativas aos resultados.

CAPÍTULO 2: O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS MÚLTIPLAS CONCEPÇÕES

2.1. O Patrimônio Cultural

O conceito de patrimônio é antigo, possui origem na palavra em latim *patrimonium*, que significa herança paterna. Desse modo, o conceito surge associado à ideia de herança, a ser transmitida as futuras gerações, como uma propriedade herdada. Eram enquadrados como patrimônio passível de proteção; relíquias católicas, objetos de arte e artefatos pertencentes a nobreza (ZARINATO, 2010).

A concepção de patrimônio, no entanto, não permaneceu a mesma nos diferentes tempos e nem tampouco nos diversos espaços. Esse conceito foi sendo gradativamente alterado. De acordo com Zarinato (2010) a Revolução Francesa promoveu uma mudança brusca na noção de patrimônio, e esse conceito passa a ser considerado como herança de um povo, remetendo “aos elementos que proclamam a história e a memória de uma nação” (ZARINATO, 2010, pg. 2). Esse processo suscitou o estabelecimento de normas e medidas em diferentes países para a proteção do patrimônio.

O conceito de patrimônio na perspectiva atual é definido pela Unesco (2013) como sendo “o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações”. Fonseca (2005) amplia um pouco a concepção de patrimônio e o considera como a delimitação de um conjunto de bens no espaço público, que passam a ser merecedores de proteção pelo valor que lhes é atribuído enquanto manifestações culturais e símbolos da nação, visando à sua transmissão para as gerações futuras.

Desse modo, pode-se observar que o conceito de patrimônio é multifacetado, formado pelo conjunto de bens materiais e imateriais que contam a história de um povo, sua cultura, sua religião e sua relação com o ambiente e com a natureza. A esse respeito Zarinato (2010) afirma:

Se o patrimônio mundial surgiu por demais relacionado a excepcionalidade, a arte erudita e a monumentalidade, alterações no entendimento de cultura, expressas na pluralidade de criação de ordem material e imaterial favoreceram a ampliação do sentido (ZARINATO, 2010, pg. 3).

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em 1972, contribuiu para essa ampliação no conceito de patrimônio. Pois, com a partir dessa convenção surge a noção de patrimônio comum da humanidade. Cunhado devido à preocupação existente relativa ao desaparecimento de alguns bens por conta das destruições causadas pelas “formas tradicionais de degradação” e pela “evolução da vida social e econômica”, o patrimônio da humanidade deve ter sua proteção garantida através da cooperação internacional. De acordo com Silva (2003) o patrimônio da humanidade nasce do reconhecimento que determinados bens possuem para todos os povos do mundo e desse modo, os interesses comuns devem se sobrepôr aos objetivos de um estado em particular.

Esse tratado internacional ainda inova e expande a conceituação de patrimônio, pois buscou definir esse conceito com base em dois aspectos: cultural e natural. Segundo Zarinato & Ribeiro (2006), a definição do patrimônio pelas características culturais e naturais, foi fruto do entendimento de que o homem e natureza são interdependentes e interagem entre si. De acordo com os autores (*op. cit.*):

A Convenção acabou por incluir no rol de bens patrimoniais as criações da cultura e da natureza. Essa definição foi resultante da compreensão de que a identidade cultural de um povo é forjada no meio em este vive, e de que as obras humanas mais significativas obtêm parte de sua beleza do lugar onde se encontram instaladas. O patrimônio considerado no duplo aspecto cultural e natural remetia à compreensão de que o homem interage com a natureza e se faz necessário preservar o equilíbrio entre eles (ZARINATO & RIBEIRO, 2006, pg. 258).

Portanto, o conceito de patrimônio da humanidade reconhece a interligação do homem e da natureza, dessa maneira, entende-se que para preservar o patrimônio cultural é necessário preservar o meio onde este está inserido, existe a compreensão de que a natureza também se associa a cultura humana. Assim, é possível notar que essa convenção desconstrói a visão dicotômica homem/natureza, e estabelece uma relação de interação entre cultura e natureza.

Desse modo, pode-se considerar a natureza como uma categoria do patrimônio cultural, o caráter abrangente desse patrimônio é ressaltado pela Icomos (2013):

Patrimônio cultural é uma noção muito ampla, pode-se dizer que é tudo que se relaciona com a cultura, com a história, a memória, a identidade das pessoas ou grupo de pessoas – coletividade de natureza

diversa como grupos de familiares, associações profissionais, grupos étnicos, nações – são os lugares, as obras de arte, as edificações, as paisagens, as festas tradicionais, os modos de fazer, os sítios arqueológicos (...) incluindo a experiência vivida, que se condensa na linguagem, nos conhecimentos, nas tradições, nos modos de usar bens e espaços.

No Brasil, a legislação sofreu reflexos da tendência conceitual de associação cultura e natureza estabelecida pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Assim, a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) insere as áreas de “valor ecológico e os conjuntos urbanos de valor paisagístico” dentre os bens que integram o patrimônio cultural, juntamente com os modos de criar, fazer e viver, com as formas de expressão, as obras, os objetos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. De acordo com o art. 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (...), os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Para além da Constituição, existem ainda no Brasil outros instrumentos legais relevantes para o fortalecimento da noção da natureza como patrimônio cultural. De acordo com Paula (2013) o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9.985/00) é um desses instrumentos. Para a autora (*op. cit.*), apesar de essa lei definir unidade de conservação como um espaço territorial com características naturais relevantes, esta não se restringe a proteger apenas bens naturais, e agrega em seus objetivos a proteção do patrimônio cultural, em principal quando faz menção a proteção de paisagens naturais de notável beleza cênica, e devido ao objetivo de “proteger as características relevantes da natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica e paleontológica”.

Segundo Paula (2003), nesse sentido, várias unidades de conservação foram criadas com a finalidade específica de proteger o patrimônio cultural. Ademais, o fato de a Constituição instituir as áreas de valor ecológico como patrimônio cultural, já faz do SNUC um instrumento de proteção do patrimônio cultural, pois parte-se do princípio de que a natureza também está inserida no conceito de patrimônio cultural. A esse respeito a autora (*op. cit.*) afirma:

Deve-se ter em consideração que embora os *locus* que ostentem interesse paisagístico invoquem, a princípio, características meramente naturais, a Constituição da República, em seu art. 216, V, inseriu-os na categoria de patrimônio cultural. Esta previsão demonstra o entrelaçamento entre natureza e cultura, reafirmando a necessidade de preservar o equilíbrio entre ambos (PAULA, 2013, pg. 167).

No entanto, não é apenas a natureza que faz parte do patrimônio cultural, os sítios geológicos e paleontológicos também são considerados integrantes desse patrimônio. A alocação do patrimônio geológico na noção de patrimônio cultural é vislumbrada pela Constituição de 1988. Do mesmo modo que a Constituinte agrega a noção de natureza à caracterização do patrimônio cultural, está também dispõe no art. 216º sobre a inclusão de sítios de valor arqueológico e paleontológico. Ademais, também inclui no rol dos bens pertencentes ao patrimônio cultural, conjuntos de valores ecológicos e científicos, que também estão intrinsecamente ligados a noção de patrimônio geológico.

De acordo com Valera & Bettarello (2013) o patrimônio geológico (incluindo o paleontológico) é elevado pela Constituição de 1988 à categoria de direito fundamental ao meio ambiente. Além do mais, segundo Schobbenhaus *et al.* (2008) a Convenção de 1972, além de estabelecer que o patrimônio é compreendido pelas obras do homem em conjunto com as obras da natureza, incorpora na definição de patrimônio natural os sítios geológicos e paleontológicos. Como é possível observar no art. 2º:

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural: Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupo de formações com o valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico (...) As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação (UNESCO, 1972).

Desse modo, pode-se observar que os sítios geológicos são entendidos na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural como parte da natureza, e que assim como outras formações naturais devem ser salvaguardados.

A inserção, das formações geológicas como patrimônio natural no texto da Convenção de 1972, é muito coerente, pois os sítios geológicos não são elementos opostos à natureza. De acordo com Brilha (2005) a geodiversidade é parte integrante da natureza e é de grande importância para a sobrevivência dos seres vivos, pois constitui

no habitat das diversas espécies existentes. Assim, as características geológicas da natureza interagem profundamente com a biodiversidade.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9985/00), também incorpora a proteção da geodiversidade nos seus objetivos. Fato que reforça o entendimento de que as características geológicas e paleontológicas são também elementos integrantes da natureza, e desse modo, devem ser preservados.

Assim, a natureza em toda sua completude, incluindo os aspectos geológicos, é entendida como complementar a cultura. A cultura é forjada a partir da relação entre homem e natureza, dessa forma a cultura interage com a natureza, assim como o homem se relaciona com a natureza. Nesse sentido, a natureza, seja baseada nos seus componentes geológicos ou biológicos, é reconhecida como patrimônio cultural.

2.2. O Patrimônio Geológico

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí é reconhecido principalmente devido às descobertas dos fósseis e arqueológicas. Este consiste em uma ocorrência geológica², e desse modo o Parque compõe o que os geólogos conhecem como geodiversidade.

Brilha (2005), esclarece os motivos da alocação de evidências paleontológicas como ocorrência geológicas e elementos da geodiversidade. Pois segundo o autor, a geodiversidade consiste na variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que originam paisagens, rochas, minerais, fósseis e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na terra. Assim a geodiversidade compõe a variedade de elementos não vivos do planeta. De acordo com esse autor (*op. cit.*):

A geodiversidade manifesta-se ainda como resultado da existência de seres vivos que evoluíram ao longo de milhões de anos e cujas evidências ficaram preservadas nas rochas. Os fósseis essenciais ao conhecimento da biodiversidade do nosso planeta são também elementos intrínsecos da geodiversidade (Brilha, 2005, pg. 25).

Segundo Carvalho (2007), para que haja a formação de um fóssil, as partes orgânicas dos seres vivos são substituídas totalmente ou parcialmente por minerais.

² De acordo com Brilha (2005), ocorrências geológicas são registros de rochas, distintas ou não, que afloram na superfície terrestre, e que podem inclusive ser compostas por fósseis.

Desse modo, o patrimônio fossilífero possui relevância não apenas para a paleontologia e para biologia, mas também para a geologia.

Essa lógica da transformação de um organismo vivo para um fossilizado permite a clara compreensão dos motivos de se considerar os registros fósseis como ocorrências geológicas, pois estes são constituídos pelos mesmos minerais que formam as rochas.

Contudo, a geodiversidade é relevante não apenas para a formação dos fósseis. A Terra (e por consequência seus componentes geológicos) é o berço da vida, e são estes componentes que permitem a evolução dos seres vivos, inclusive do homem. A geodiversidade constitui no suporte para a biodiversidade, já que a vida de todas as espécies depende amplamente dos componentes geológicos, das condições de subsistência proporcionadas pelo ambiente, como a existência de condições climáticas favoráveis, da água, dos regimes de chuva, dos solos (que proporcionam substrato para muitas plantas e animais), dos minerais que são fonte de nutrientes para todas as espécies e da proteção proporcionada pelas rochas (BRILHA, 2005; LIMA, 2006).

Brilha (2005) ainda revela as importâncias dos atributos geológicos para as civilizações humanas, como matéria prima para agricultura, para industrialização, para construção civil e para a produção de combustíveis fósseis. Desse modo, os elementos geológicos consistem também em uma das forças motriz da economia.

Logo, os elementos geológicos possuem singular importância para a emergência, sustentação e permanência das diversas formas de vida na Terra. De modo que, além do valor intrínseco próprio de qualquer elemento (vivo ou não), as ocorrências geológicas possuem extraordinária relevância não somente para amparar as formas de vida nas suas necessidades mais básicas – como alimentação, proteção e sustentação física – mas também possui significância impar para a história e evolução da civilização humana, tendo grande importância na economia, na cultura e na sociedade atual, sobretudo a capitalista.

Além de todos esses valores associados à manutenção da vida e da sociedade, Brilha (2005) ressalta que as ocorrências geológicas ainda possuem valor intrínseco, estético, científico e educativo.

Desse modo, por apresentar elementos da geodiversidade, em principal os fósseis, a Bacia de Itaboraí (local onde foram encontrados os vestígios animais), localizada no interior do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, constitui em uma ocorrência geológica. E por possuir grande valor do ponto de vista científico, educacional e socioeconômico, este se eleva à categoria de patrimônio geológico.

O patrimônio geológico é definido por Brilha (2005), como o conjunto dos geossítios³ inventariados ou caracterizados em determinada área ou região.

Qualquer patrimônio geológico por agregar valores singulares, deve ser protegido e conservado, para que a geodiversidade do local seja mantida. Para tanto é necessário adotar algumas medidas de geoconservação, definida por Burek & Prosser (2008) como sendo o conjunto de ações tomadas com o intuito de conservar e até mesmo melhorar as características e processos geológicos, o próprio local e os espécimes oriundos deste.

Essas ações são enumeradas por Brilha (2005 e 2006) e de acordo com o autor incluem o inventário, a quantificação, classificação, a valorização e ainda realizar periodicamente a conservação, divulgação e o monitoramento. As etapas de conservação, divulgação e monitoramento em muitos casos são erroneamente menosprezadas, pois segundo Burek & Prosser (2008), o sucesso da geoconservação depende inúmeras vezes da promoção do patrimônio e da sensibilização do público.

Desse modo, apesar do diagnóstico de sítios com valores patrimoniais, o inventário não garante a plena conservação de ocorrências geológicas. É necessário todo um esforço para seguir as medidas de geoconservação por parte da gestão e de uma legislação que ofereça suporte para a criação e proteção desses lugares (BRILHA, 2006).

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí foi instituído através da Lei Municipal 1.346, de 12 de dezembro de 1995, e ainda é qualificado pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP)⁴, como detentor de valor suficiente para ser considerado um patrimônio geológico. No entanto, apesar da delimitação legal dessa área, apenas o reconhecimento da importância do Parque não assegurou a conservação e proteção deste. De acordo com Santos & Carvalho (2011a) o Parque não possui uma boa estrutura, e, provavelmente, esses problemas são originários da ausência das medidas de conservação, monitoramento e divulgação, que Burek & Prosser (2008) afirmam ser relevantes para áreas que detêm Patrimônios Geológicos.

³ Geossítio segundo Brilha (2005), constitui na ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade, bem delimitados geograficamente e possuidor de valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico, ou outro.

⁴ A Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), de acordo com Schobbenhaus, *et. al.* (2008), é responsável pelo estudo dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos no Brasil, e possui como principal atribuição, o estabelecimento de um banco de dados dos geossítios brasileiros que possuem valor patrimonial.

A importância da conservação do patrimônio geológico foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1997, quando esta organização compreendeu a necessidade de criar um programa mundial que empenharia seus esforços na conservação de ocorrências geológicas detentoras de alguma relevância, conhecido como Programa de Geoparques da UNESCO.

Esse Programa, além de possuir a preocupação com deterioração de estruturas geológicas, ainda contém um cunho social, pois apresenta como principal objetivo combinar a proteção de sítios geológicos com a educação e a promoção de desenvolvimento sustentável local (ZOUROS, 2004; BRILHA, 2006; UNESCO 2009). Dessa forma, o programa revela-se de grande importância para a proteção de geosítios, sobretudo por ir além do reconhecimento da importância intrínseca, estética e científica das ocorrências geológicas, e por refletir acerca do aspecto socioeconômico e educacional desse patrimônio e ainda por adicionar a dimensão global da necessidade de proteção dos Patrimônios Geológicos.

Entretanto, por questões de recursos financeiros esse programa não foi instituído (BRILHA, 2009). Contudo a UNESCO afirma não deixar de acreditar na relevância do patrimônio que expressa a história da Terra, e, portanto estabeleceu em 2001 uma parceria com a Rede Européia de Geoparques (REG), criada um ano antes devido às ideias oriundas das discussões ocorridas no Simpósio para a Proteção do Patrimônio Geológico. O sucesso da REG estimulou a UNESCO recomendar a criação da Rede Global de Geoparques (RGG) (ZOUROS, 2004; UNESCO, 2008).

Apesar da iniciativa da UNESCO em propor um programa que aponta na direção da conservação do Patrimônio Geológico, ao verificar que o mesmo não foi à frente devido à escassez de recursos financeiros, permite uma reflexão de dúvida quanto a real importância que esta organização concede para a questão da conservação de ocorrências geológicas.

Outra questão importante para discussão está na importância conferida aos geoparques para atingir o desenvolvimento local. Este conceito está basicamente centrado na lógica do desenvolvimento, carregado pelo turismo e pela expansão do comércio e da indústria associado a esta atividade. Logo, a concepção de desenvolvimento está amplamente associada à ideia de crescimento econômico e ecológico (este último principalmente atrelado à preservação das ocorrências geológicas). O crescimento social também é cogitado, porém não é intensamente

discutido, e está condicionado ao crescimento econômico. O envolvimento social é admitido, mas é discorrido de maneira superficial, de modo que não é possível compreender ao certo qual o papel destinado à população.

Dessa maneira, é possível observar que a concepção de geoparques revela certa preocupação com a questão social. No entanto, essa questão é incipiente. Porém, é importante ressaltar a importância dessa inicial preocupação com relação ao envolvimento social para ampliação da discussão da temática da participação de maneira mais ativa e com o intuito de gerar não só o crescimento econômico de regiões onde se encontram patrimônio geológico, mas também a emancipação dessas populações.

O Brasil tornou-se membro do RGG em 2006, quando o Geoparque Araripe⁵ (Ceará) foi reconhecido pela UNESCO como detentor de relevância geológica, paleontológica e social. Contudo, apesar do Brasil ser o único país da América Latina ligado ao RGG, o conceito de geoparque ainda é novo e pouco conhecido no país (DUARTE & MIRANDA, 2011).

A entrada do Brasil no RGG, com a criação do Geoparque Araripe, é certamente muito importante, pois além de colocar o patrimônio geológico em evidência ao grande público, fomenta discussões sobre os valores agregados as ocorrências geológicas e sobre a necessidade de proteção desses patrimônios não só no meio acadêmico, mas também em outras instâncias.

Desse modo, apesar do relativo desconhecimento a respeito do conceito de geoparques no país, vêm ocorrendo algumas discussões, principalmente em âmbitos acadêmicos, considerando as questões envolvidas com as iniciativas de geoparques. Muitas dessas discussões são promovidas atrelando as relações dos geoparques com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9985/00)⁶ (BOGGIANI, 2010).

O SNUC (Lei 9985/00) não prevê o conceito de geoparque em suas categorias de Unidade de Conservação⁷, assim como nenhum outro instrumento legal relacionado

⁵ O Geoparque Araripe está situado no sul do Estado do Ceará, e localiza-se na região da Bacia do Araripe. Esse Geoparque foi reconhecido pela UNESCO devido sua relevância geológica, pois este é detentor de uma rica geodiversidade, e paleontológica, já que esse geoparque constitui na principal jazida de fósseis do período Cretáceo no Brasil (DUARTE & MIRANDA, 2011).

⁶ De acordo com o art. 1º da Lei 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a criação do SNUC visa “estabelecer critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação”.

⁷ O termo Unidade de Conservação é definido no art. 2º da Lei 9.985/00 como sendo: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes,

com a proteção da natureza ou do patrimônio cultural. Desse modo, alguns autores como Brilha (2002), Lima (2006) e Pereira, Brilha & Martinez (2008), questionam a viabilidade de proteger esses patrimônios sem um enquadramento legal adequado.

Segundo Pereira, Brilha & Martinez (2008), esta lei ainda está absolutamente centrada na proteção da biodiversidade. Os autores (*op. cit.*) afirmam que as unidades de conservação (UCs) criadas no Brasil são em sua esmagadora maioria voltadas para defesa dos componentes bióticos dos ambientes naturais. Para Pereira, Brilha & Martinez (2008), seria necessário inserir os geosítios entre as categorias do SNUC, pois só dessa maneira a proteção do patrimônio geológico será garantida.

Brilha (2002), por sua vez, afirma que as áreas protegidas em sua maioria são categorizadas apenas de acordo com a perspectiva biológica, e em geral as legislações relativas à conservação natural em todo o mundo focam, sobretudo, na proteção da biodiversidade, sendo poucos os países que agregam a questão da proteção geológica e geomorfológica nas leis referentes a áreas protegidas.

Para Lima (2006), o conceito de geodiversidade não é bem desenvolvido e difundido, e essa ausência de um conceito conciso é significativa para a negligência de áreas com importância geológica.

Contudo, apesar de não contemplar o conceito de geoparque, o SNUC até o momento pode ser considerado o instrumento legal brasileiro que versa mais diretamente a questão relativa a atributos geológicos (BOGGIANI, 2010).

O enquadramento da proteção do patrimônio geológico é tratado no artigo 4º, que define os objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Segundo o parágrafo VII desse artigo, um dos objetivos do SNUC é proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural.

Desse modo, o SNUC apresenta instrumentos para proteger os sítios geológicos, apesar de não incluir o termo geoparque em suas categorias. Portanto, a proteção de ocorrências geológicas é viável de ser realizada fundamentada nesse documento. A não inserção da expressão geoparque não impede a proteção de forma legal desses bens. Porém, não há como negar que sua inserção constitui em um auxílio a mais para a apreciação e proteção dos monumentos geológicos e paleobiológicos.

legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

Outros autores como Zouros (2004), Keever & Zouros (2005) e Burek & Prosser (2008) possuem uma visão mais otimista com relação à difusão da proteção de ocorrências geológicas. Para esses autores (*op. cit.*), apesar do conceito de geodiversidade não estar tão disseminado, este vem se dispersando pelo mundo. Para Burek & Prosser (2008), a quantidade e o entendimento a respeito dos geoparques está aumentando progressivamente e vem evoluindo cada vez mais países, ganhando assim reconhecimento mundial. Já para Zouros (2004), um dos objetivos dos geoparques é exatamente obter da sociedade e seus representantes o reconhecimento da importância da proteção do patrimônio geológico.

Burek & Prosser (2008), ainda argumentam sobre o caráter incipiente do conceito de geoconservação, quando comparado ao conceito de biodiversidade. Porém os autores afirmam que apesar de representar um conceito novo, encontra-se em processo de rápida difusão pelo mundo.

No Brasil, um avanço com relação aos geosítios ocorreu em 1997, com a criação da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP). Essa comissão foi instituída com o objetivo de cadastrar novas ocorrências geológicas consideradas de grande valor para a geodiversidade brasileira (SCHOBENHAUS *et al.*, 2008).

A criação dessa comissão ocorreu devido à necessidade de indicar locais no Brasil com ocorrências geológicas com valor de patrimônio para uma lista que visava inventariar os sítios geológicos de todo o mundo, a GILGES (Global Indicative List of Geological Sites). No entanto, essa lista não existe mais, porém a SIGEP continua exercendo seu papel identificador de geosítios no país, por considerar importante o estabelecimento de estratégias de monitoramento e de manutenção desses locais de importância geológicas. Atualmente esta comissão vem selecionando algumas ocorrências para integrar a lista dos Sítios do Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO (SCHOBENHAUS *et al.*, 2008).

Além da criação do SIGEP, existem no país algumas legislações que contemplam instrumentos específicos para cooptar a questão da proteção do patrimônio geológico. Segundo Pereira, Brilha & Martinez (2008) as principais são o Decreto- Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e como exposto anteriormente, a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, promove a proteção do patrimônio geológico quando institui no parágrafo II do artigo 1º que: “os monumentos

naturais, sítios e paisagens que importe conservar ou proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana, também são bens sujeitos ao tombamento”.

O SNUC (Lei nº 9985/00), como já mencionado, incorpora de maneira mais clara a questão da proteção da geodiversidade. Essa lei define como um dos seus objetivos “proteger as características relevantes da natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural”.

Contudo apesar de Pereira, Brilha & Martinez (2008), ter elencado essas leis como sendo as que agregam instrumentos para a conservação e proteção dos Patrimônios Geológicos, o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí não possui sua proteção assegurada por nenhuma dessas duas leis. O Parque de Itaboraí criado pela Lei Municipal nº 1.346/95, é considerado como Área de Preservação Permanente (APP)⁸, categoria prevista no Código Florestal (Lei n.º 4771/65, revogado recentemente pela Lei nº 12.651/12).

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí não está alocado em nenhuma das categorias do SNUC (Lei n.º 9985/00) por ter sido criado cinco anos antes da promulgação dessa lei, e até hoje não houve uma reavaliação para definir a destinação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí para uma das categorias do SNUC. Embora o prazo estabelecido por essa lei para a reavaliação e redefinição da área protegida tenha sido de dois anos.

Apesar de o SNUC constituir no instrumento legal que melhor contempla a proteção de ocorrências geológicas, o Código Florestal assegura a proteção do Parque, pois tanto a Lei n.º 4771/65, quanto a Lei n.º 12.651/12 consideram como Área de Preservação Permanente áreas com vegetação no entorno de lagos e lagoas. Desse modo, essa lei apresenta efeito sobre o Parque de Itaboraí, pois este possui como principal atrativo a Bacia de Itaboraí, que atualmente está coberta de água, formando uma lagoa que é rodeada por remanescente de mata atlântica. Desse modo, é possível enquadrar as ocorrências geológicas em outras legislações diferentes da que afirma Pereira, Brilha & Martinez (2008).

⁸ De acordo com art. 3º da Lei 12.651/12, que institui o Código Florestal, Área de Preservação Permanente é entendida como uma “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

No entanto, apesar do Parque ser categorizado como APP, de acordo com a legislação municipal, essa área constitui em uma unidade de conservação prevista pelo SNUC, como é possível observar no art. 2º do Decreto 79, de 19 de novembro de 2008, que ordena a ocupação onde está situado o Parque Paleontológico de São José:

O Parque Paleontológico de São José é uma unidade de conservação, na forma prevista no art. 4º da Lei Federal nº 9985, de 18 de julho de 2000, ocupando área equivalente a 40 (quarenta) alqueires geométricos, conforme descrito às folhas 285, do Livro 2-BD, em escritura lavrada em 09 de maio de 1984, matrícula sob o nº 15.824, no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Itaboraí, conforme detalhamento e memorial descritivo constante dos Anexos I e II deste Decreto.

Ademais, esse documento ainda prevê para o Parque uma série de medidas que são estabelecidas pelo SNUC, como a aprovação do plano de manejo e a criação de um conselho administrativo e científico, com o envolvimento de representantes da sociedade civil (Anexo 1).

Apesar de alguns autores afirmarem o descaso com o patrimônio geológico, muitas conquistas vêm sendo realizadas na direção da ampliação de estratégias de proteção das ocorrências geológicas. Assim, o otimismo demonstrado por Burek e Prosser (2008), não é em vão, a discussão a respeito da relevância de sítios geológicos está ampliando e se expandindo no mundo todo. Nesse sentido, é necessário suscitar a realização de mais debates e discussões, para colocar o patrimônio geológico em evidência.

Assim, pode-se observar a existência de algumas inclinações, tanto nacionais, como internacionais, que convergem para uma maior preocupação para com lugares onde se encontram ocorrências geológicas e paleontológicas.

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí é legalmente caracterizado como Área de Preservação Permanente, assim como é reconhecido pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleontológicos (SIGEP) como um patrimônio geológico de valor excepcional. Desse modo, o local além de ser reconhecido como um patrimônio geológico constitui em uma área protegida.

No entanto, essas categorias não estão associadas a diferentes significados, muito pelo contrário, são categorias que estão interligadas. Pois segundo Brilha (2005) a natureza também é constituída por elementos geológicos, e não apenas por seres vivos.

A geodiversidade se relaciona intrinsecamente com a biodiversidade, e é graças as características geológicas da natureza que a vida consegue se manter no Planeta Terra.

Desse modo, em muitos documentos legais, as formações geológicas estão inseridas na categoria de patrimônio natural. Como é o caso da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Unesco, 1972) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil, 2000), onde fica estabelecida a proteção dos elementos geológicos da natureza.

Além do mais, a natureza com todas as suas características (geológicas, biológicas e físicas) é de grande relevância para os modos de vida do homem, e influencia na cultura de diversos grupos humanos, na história e na economia. De modo que, a geodiversidade relaciona-se com a biodiversidade, e ambas atrelam-se aos modos de vida e cultura do homem, e, portanto, fazem parte do patrimônio cultural.

2.3. O Patrimônio Natural

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí é por lei (Lei Municipal nº 1346) considerado uma Área de Preservação Permanente, o que agrega a essa área o valor de patrimônio natural. Como já discutido anteriormente, o patrimônio natural não é dissociado do patrimônio cultural nem tampouco do patrimônio geológico, pois a definição de patrimônio cultural agrega o conceito de natureza, que é composta por elementos bióticos (relativos à biodiversidade) e abióticos (relacionados à geodiversidade).

Em todo o mundo a proteção do patrimônio natural se faz presente na forma de áreas protegidas. Resultado da preocupação com os recursos naturais do planeta e com a forma como o homem vem interagindo com a natureza, as áreas protegidas são definidas como:

Espaço terrestre e/ou marítimo claramente delimitado e oficialmente reconhecido, destinado e gerenciado para assegurar a conservação da natureza e dos ecossistemas a longo prazo, bem como dos serviços ambientais e dos valores e tradições culturais associados (IUCN, 2008).

De acordo com a IUCN (2008) as áreas protegidas são essenciais para a conservação da biodiversidade. As estratégias de conservação da natureza tanto

nacionais quanto internacionais são realizadas através dessas áreas. Essas estratégias possibilitam a proteção e o funcionamento de ecossistemas naturais, a manutenção de processos ecológicos, assim como das paisagens e dos ambientes marinhos. Desse modo, as áreas protegidas são “hoje muitas vezes a única esperança de parar a ameaças as espécies endêmicas do risco de extinção” (IUCN, 2008, pg. 2).

Segundo Diegues (2001) as áreas protegidas foram criadas no intuito de salvar e proteger a natureza da ação destruidora do homem. A noção de proteção da natureza por meio da criação de áreas protegidas remete ao século XIX, no qual surgiram as primeiras experiências de áreas legalmente delimitadas para resguardar as paisagens naturais e a biodiversidade. O Parque Nacional de Yellowstone (Estados Unidos da América), criado em 1872, constitui no marco histórico do início da implementação dessas áreas.

No Brasil, a criação da primeira área protegida foi um pouco mais tardia, e data de 1937, com a instituição do Parque Nacional do Itatiaia. De acordo com Medeiros, Irving & Garay (2004) a primeira área protegida brasileira foi consequência das transformações políticas dos anos 1930, que resultou na sanção de algumas leis de proteção da natureza, em particular o Código Florestal de 1934.

De acordo com Diegues (2001) as áreas protegidas surgem como um modo de preservar a natureza da atividade humana, pois o homem vem estabelecendo uma relação de oposição com a natureza desde o século XVIII. Nesta época, a importância que o homem atribuía ao ambiente natural era relativa à sua domesticação, o homem era considerado o rei da criação. Essa visão veio causando a deterioração do ambiente natural, que aumentou com o avanço da industrialização, de novas tecnologias nocivas a natureza e com o uso descontrolado dos recursos naturais.

Para Loureiro (2012) e Loureiro & Azaziel (2006) esta problemática é fomentada pelo sistema atual vigente; a sociedade capitalista industrial. Para esses autores o capitalismo rompe com a aliança natural entre homem e natureza, na ânsia do crescimento econômico produz atitudes predatórias e atribui valor a natureza apenas pelo uso mercantil que pode se extrair dela. Dessa forma, a natureza não tem valor por si só ou pela sua relevância na vida humana, mas por contribuir para o processo de acumulação de capital.

No entanto, apesar de ser cogitada para proteger a natureza, a existência de áreas protegidas gera um paradoxo conceitual, pois de acordo com Diegues (1992, 2001), essas áreas visam proteger a natureza da ação destruidora do homem e da ameaça que

este constitui para a biodiversidade. Nesse sentido suscitam a reprodução de uma visão dicotômica entre sociedade e natureza. Pois segundo esse autor (*op. cit.*), essa valorização se dá a partir da concepção de que o homem não é parte integrante da natureza. Neste contexto, o ser humano é visto apenas como um potencial destruidor, uma ameaça que deve ser mantida fora do alcance de áreas protegidas. Ademais, a proteção da natureza é arranjada de acordo com os interesses humanos, sendo privilegiadas as áreas que possuam algum atrativo para o homem em detrimento da importância intrínseca do espaço preservado.

Desse modo, de acordo com as ideias de Diegues (2001) as áreas protegidas e a própria lógica do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) são baseadas na necessidade de defender a natureza da atuação nociva do homem. No entanto, de acordo com Irving (2010), apesar das áreas protegidas continuarem a ser criadas de modo a isolar a natureza, nas políticas públicas brasileiras relacionadas à proteção da natureza verificam-se esforços no sentido de integrar sociedade e natureza. A autora afirma que o SNUC e o PNAP (Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas) apresentam princípios vinculados a inclusão social, a respeito aos aspectos culturais, sociais e econômicos das sociedades viventes nas imediações de unidades de conservação, a participação social e a repartição dos benefícios produzidos pelas áreas protegidas. De acordo com essa autora:

Assim, enquanto no primeiro momento de criação de UCs prevalece no SNUC a “defesa” da Unidade de Conservação da ameaça da ação humana (embora a sistemática de consultas públicas seja prevista), no processo de gestão o compromisso de participação social ilustra a possibilidade de uma nova percepção: a de que o êxito desta política de proteção da natureza depende do efetivo engajamento das populações locais e dos diferentes atores sociais no processo de gestão e decisão política, a partir da internalização da natureza como patrimônio coletivo e da integração da área protegida com a dinâmica socioeconômica do entorno (IRVING, 2010, pg. 138).

Nesse sentido, as dinâmicas social, econômica e cultural também estão inseridas na noção de unidade de conservação, e, portanto, essas áreas não constituem apenas em locais onde a presença humana é indesejada. De maneira oposta, a natureza amparada em áreas protegidas passa a ser entendida como um patrimônio, e como todo patrimônio deve ser comum a todos, de modo, que a salvaguarda e o usufruto são de direito da humanidade.

Ademais, a visão separatista entre homem e natureza tem sido desconstruída, e a relação entre esses elementos vem sendo gradualmente reforçadas. Nos tempos atuais o pensamento que natureza e sociedade são peças indissociáveis que constituem o nosso planeta está se difundindo, pautado na crença de que homem e natureza se influenciam mutuamente (IRVING, GIULIANI & LOUREIRO, 2008; IRVING, 2010).

A renovação do pensamento referido acima surgiu no início dos anos 60, influenciado pelo pós-guerra, pelo aumento das forças produtivas, pelo risco causado pela industrialização, pelo progresso científico e pelo uso indiscriminado da tecnologia e seu potencial destrutivo. Desse modo, diante desse contexto e das preocupações com os danos que essa sociedade técnica, científica e industrial poderia causar, surge uma nova forma de ecologia, que se opõe a essa cisão entre sociedade e natureza, que procura restabelecer a unidade quebrada historicamente entre homem, sociedade e natureza (MOSCOVICI, 2007; CUNHA & GUERRA, 2009; LOUREIRO, 2012).

Moscovici (2007), um dos fundadores do movimento ecologista explicita que essas novas reflexões surgiram da necessidade de acabar com a cultura de morte que proliferou após a Segunda Guerra, da necessidade de começar a pensar em uma cultura de vida, uma cultura que se opunha a irracionalidade do progresso e a destruição.

Quanto mais soviéticos e os americanos negociavam sob sua ameaça, melhor se compreendia que eles constituíam a maneira, a mais razoável e madura, de exterminar todos os seres vivos de nosso planeta. Tudo se encerrava dentro dessa cultura da morte... Foi então que as reflexões e a recusa deste estado de coisas começaram, subjugadas pela necessidade de se pensar em uma cultura da vida (MOSCOVICI, 2012, pg. 16).

Ademais, a quebra do paradigma científico pautado na fragmentação dos conteúdos para um paradigma que reforça a integração dos conhecimentos científicos também auxilia no restabelecimento de uma visão mais integrada entre sociedade e natureza (MORIN, 2006; SANTOS, 2009).

Morin (2006) afirma que a ciência separa o conhecimento do todo em partes, o que torna o pensamento científico atual mutilado. No entanto, os conteúdos e conhecimentos científicos são interdependentes, as partes são intrinsecamente relacionadas ao todo. De forma que para entender o todo é de vital importância compreender as partes que o formam, e para compreender as partes é imperativo o conhecimento do todo.

De acordo com Guatarri (1990) e Morin (2001, 2006) essa tendência de compatibilização do real é responsável pela problemática social, econômica, cultural e ambiental, e impede a interação entre os conhecimentos, e assim induz a construção de uma realidade científica falaciosa. Portanto, a fragmentação da ciência e dos conhecimentos dificulta o reconhecimento da natureza como um elemento social, cultural e econômico, e impede o entendimento da relação estabelecida de maneira intrincada entre o homem e a natureza.

Contudo, segundo Santos (2009), é possível visualizar o surgimento de um novo paradigma, que de acordo com o autor (*op. cit.*) não é apenas científico, mas também social, e concebe que “todo conhecimento científico-natural é científico-social”.

Nesse sentido, Morin (2006) compartilha com Santos (2009) a visão de que o paradigma baseado na partilha dos conteúdos científicos está sendo superado. Morin (2006) afirma que têm despontado algumas disciplinas, como a ecologia, a cosmologia e a ciências da Terra, que rompem com o paradigma reducionista e fragmentador do todo. Essas disciplinas trabalham com sistemas complexos, que sofrem interações, se relacionam e retroalimentam-se, desse modo, organizam e unem o conhecimento que anteriormente estava fragmentado e disperso em outras disciplinas. O que proporciona o entendimento do homem como agente cultural, social, biológico, natural, habitante do Planeta Terra e do universo. Portanto, é possível perceber algumas tendências de superação do entendimento que dissocia homem e natureza. Nesse sentido, Irving (2010) afirma que “insistir no mito moderno da natureza intocada tende a ser um erro histórico”.

Nesse contexto, no que tange as áreas protegidas, apesar da concepção enraizada que esses são locais de segregação entre homem e natureza, é possível observar, ao menos na legislação vigente no Brasil relacionada à proteção da natureza, que existe a preocupação em contemplar também questões de cunho socioeconômico e cultural, como as temáticas da participação social, de populações tradicionais e do desenvolvimento sustentável (IRVING, GIULIANI & LOUREIRO, 2008).

Esta preocupação está expressa no art. 5º da Lei do SNUC, que apresenta como diretrizes “assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação”, “promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais” e ressalta a necessidade de “considerar as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais”.

Adiante será discutida mais extensivamente como a temática da participação é inserida na legislação brasileira, em principal a relacionada com a proteção da natureza. Pois, como o presente trabalho possui foco na questão da participação social no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, as questões de cunho socioambiental que serão averiguadas são relativas a essa temática. Desse modo, no próximo capítulo será discorrido de forma aprofundada o conceito de participação, como essa questão é inserida na política brasileira e principalmente na gestão de áreas protegidas.

CAPÍTULO 3: PARTICIPAÇÃO

3.1. Participação: a complexidade de um conceito em constante construção

O conceito de participação é antigo e remete a sociedade Grega e Romana, embora nessas sociedades o direito de participar da vida pública era privilégio de apenas algumas pessoas pertencentes às classes mais abastadas. Para os gregos e Romanos, a participação era exercida como extensão da liberdade, entendida como o direito de participar da vida pública e dos processos políticos (COMPARATO, 1989).

Desse modo, é possível observar a diferença entre o conceito de liberdade apreciado nas sociedades Gregas e Romanas e no Estado Moderno, no qual o termo liberdade é reconhecido como sinônimo de liberdade individual, que permite o indivíduo a fazer as escolhas referentes a sua própria vida. A esse respeito, Comparato (1989) afirma que no Estado Moderno:

(...) o conceito de liberdade política não se identifica com o direito a participar da vida pública. Ele é, antes, o direito que possui todo indivíduo de não ser molestado pelo poder público em sua vida privada. Entre o Estado e os indivíduos, constituintes do que logo se chamou de sociedade civil, deve haver uma barreira indestrutível (...) (COMPARATO, 1980, pg. 37).

Apesar dos Gregos e Romanos terem sido os primeiros a implementar as práticas participativas, o estudo científico dessa temática, segundo Gohn (2011), desponta a partir das ideias de J. J. Rosseau. Para esse autor, a participação é indispensável para a formação de um governo coeso e harmônico com os interesses da população.

Desde os pensamentos de Gregos, Romanos e de Rosseau o conceito de participação vem sendo largamente desenvolvido e debatido. Muito se têm ouvido falar sobre participação e os benefícios que esta prática proporciona para a população, de maneira que não apenas os cidadãos a requerem, como também o próprio poder público vem se apropriando desse conceito de diversas maneiras.

A partir do século XIX, o entendimento de participação passa a assemelhar-se ao das antigas civilizações Gregas e Romanas, de modo que o conceito de liberdade começa a ser expresso através da participação nas práticas do poder. No entanto, essa participação não é restrita a apenas uma parcela da sociedade, assim como era nas antigas Grécia e Roma, e nem tanto fica restrita a área política, mas abrange diversas

áreas onde existe uma estrutura de poder; como social, econômica ou cultural (COMPARATO, 1989).

Todavia o conceito de participação, de acordo com uma série de autores, até hoje não é homogêneo, seu entendimento é difuso e dependente de valores políticos, ideológicos, culturais, econômicos, ambientais e de posição social. Para Gohn (2011):

Muito se falou e se produziu a respeito do tema da participação nas últimas décadas, no Brasil e em outros países ocidentais; inúmeras foram as lutas para a conquista de espaços democráticos onde fosse possível exercer a participação de forma cidadã. Mas o entendimento do que seja participação continua sendo um enigma a decifrar (GOHN, 2011, pg. 20).

A falta de coesão sobre o conceito de participação, de acordo com Tuler & Webler (1999), abre brecha para uma variedade de interpretações e práticas que podem gerar a manipulação desse processo.

Para Loureiro (2012), o conceito de participação consegue abarcar inúmeras definições, sentidos e principalmente interesses. Para o autor (*op. cit.*), o consenso idealizado entorno desse termo é aproveitado por governos e grupos hegemônicos e acaba por ser utilizado para simular a inclusão social de classes mais marginalizadas. No entanto, na prática o que ocorre é a manutenção da dominação. Pois, o papel designado à população é de ser informada e conscientizada, porém evita-se que a participação proporcione à população a prerrogativa de participar das decisões.

Demo (1988) expressa em seu livro de forma muito clara essa questão relativa a manipulação da sociedade, de forma a fazer a população acreditar que está ativamente engajada e intensamente participante do processo democrático, quando na realidade estão apenas reproduzindo os ideais das elites dominantes. Segundo o autor (*op. cit.*):

Muitas propostas participativas acabam sendo expedientes para camuflar novas e sutis repressões. Na verdade a ideologia mais barata do poder é encobrir-se com a capa da participação. Quem acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder. Trata-se de reduzir a repressão e não de montar a quimera de um mundo naturalmente participativo (...). A participação tende a ser um discurso teórico, para o encanto das platéias e das modas (DEMO, 1988, pg. 11).

Jacobi (1999), Dagnino (2004) e Loureiro (2012) relacionam a simulação da realização de práticas participativas ao fortalecimento dos mecanismos que visam implementar uma política não intervencionista do Estado, características de governos

neoliberais, de forma a transferir para a sociedade civil os deveres incumbidos ao Estado, sob o pretexto de conferir a população o privilégio de poder assumir a responsabilidade do próprio bem estar.

Segundo Dagnino (2004), isso se reflete numa confluência perversa, pois existem concomitantemente à política neoliberal, projetos democráticos que visam o estabelecimento da participação da sociedade de fato nas instâncias decisivas, onde a população deve possuir voz e poder de decisão. Contudo, a utilização da ideologia da participação pelas políticas neoliberais visando o estabelecimento de políticas mínimas de intervenção, pode reorientar a integralidade do conceito de participação relacionado ao aprofundamento da democracia para níveis mais simplistas, onde inclusão pode significar apenas a não intervenção econômica do Estado. De acordo com a autora:

A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências (DAGNINO, 2004, pg. 97).

Portanto, a discussão a respeito da participação é complexa e agrega inúmeras formas de entendimento dessa prática, desde manifestações bem intencionadas de legitimar e instaurar equidade de decisão política, social, econômica, até a emergência de projetos participativos impostos de cima para baixo, com o intuito de apenas minimizar os conflitos e de manter a posição privilegiada dos governos e de determinados grupos.

Muitos são os autores que definem das mais diversas formas o conceito de participação. De acordo com o Banco Mundial “participação é um processo através do qual as partes interessadas influenciam e possuem controle sobre iniciativas de desenvolvimento, decisões e recursos que os afetam” (World Bank, 1996, pg. 11). Para essa instituição, a participação na sua forma mais básica visa incentivar o envolvimento local através da criação de fóruns, objetivando revelar as perspectivas locais, instituir contribuições populares e envolvimento da população em um determinado processo.

Demo (1988) realiza uma ampla definição a respeito da participação, e assenta como primordiais nesse processo questões relacionadas à conquista e ao poder. O autor salienta a conquista como central na instauração da participação, pois para que o processo seja pleno é necessário ser construído a partir da população, de baixo para

cima, já que as polarizações hierárquicas de classes dominantes e dominadas estão postas historicamente. De modo que a participação que não desponta de maneira popular, que é concedida ou imposta pelo Estado ou por algum outro agente que não seja a população, mantém-se restrita aos interesses de seus idealizadores. A população deve ser protagonista da sua participação, de maneira a intervir na realidade e gerar autopromoção. Para Demo (1988), a participação deve ser conquistada, pois:

A participação não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo já preexistente. Não pode ser entendida como dádiva, porque não seria produto de conquista, nem valorizaria o fenômeno fundamental da autopromoção; seria de todos os modos uma participação tutelada e vigente na medida das boas graças do doador, que delimita o espaço permitido (DEMO, 1988, pg. 22).

O poder também é vital no processo de participação, pois participação é poder e não a ausência de poder. Para se instaurar um processo de participação é necessária uma disputa com o poder, a fim de superar o poder existente e determinar outras formas de poder. Por fim, a participação deve ser outra forma de intervir na realidade, centrada nos próprios interessados, no diálogo, na negociação, na autocrítica, na cooperação e na corresponsabilidade. A participação implica em compromisso, envolvimento e presença (DEMO, 1988).

Para Loureiro (2004, 2012), a participação é entendida como aprofundamento democrático, que visa estabelecer o controle do Estado por parte da sociedade e pretende a autopromoção dos indivíduos. Loureiro (2004) faz uma definição concisa, porém esclarecedora:

Participar é compartilhar poder, respeitar o outro, assegurar igualdade na decisão, propiciar acesso justo aos bens socialmente produzidos, de modo a garantir a todos a possibilidade de fazer sua história no planeta, de nos realizarmos em comunhão. Participação significa o exercício da autonomia com responsabilidade, com a convicção de que nossa individualidade se completa na relação com o outro no mundo, em que a liberdade individual passa pela liberdade coletiva (LOUREIRO, 2004, pg. 14).

A concepção que Loureiro (2004, 2012) faz sobre participação em diversas vezes se sobrepõe as de Demo (1988), de tal modo que é possível observar ideias em comum entre esses dois autores. Ambos argumentam sobre a necessidade de se restabelecer um novo tipo de poder, sobre a urgência da autopromoção, da

indispensabilidade do indivíduo tornar-se protagonista da sua própria vida e também ser responsável pelos eventos que o influenciam, da importância de se instituir estratégias de cogestão e de garantir igualdade nas decisões.

Gohn (2011) também define o conceito de participação, e o sentido que a autora concede ao processo participativo não se diferencia em absoluto dos significados atribuídos por Loureiro (2004, 2012) e Demo (1988). Para Gohn (2011) o sentido de participação está diretamente vinculado ao entendimento de processos democráticos e as lutas por acesso aos direitos sociais e à cidadania. De tal maneira, que para a autora a participação envolve luta por melhores condições de vida. Para Gohn (2011):

Para participar o indivíduo deve ter motivação, estar articulados em redes societárias, desenvolver sua autoestima. Há participação quando há um sentimento que os indivíduos têm valor e são necessários para alguém, quando percebem sua própria contribuição, que tem lugar na sociedade, que são úteis, que são valorizados por alguém (GOHN, 2011, pg. 31).

No intuito do presente trabalho, o conceito de participação se guiará pelo misto das definições de Demo (1988), Loureiro (2004, 2012), Gohn (2011). Pois acredita-se que para haver transformação nas formas de relação dentro do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, no intuito de gerar autonomia e poder para os moradores, melhorar as condições de vida da população, aperfeiçoar as táticas de geoconservação e criar laços com os moradores é imprescindível o envolvimento da população local, não só no nível da escuta – de ouvir as demandas e anseios da população – como também na condição de agente deliberativo.

Para tanto, define-se participação como um processo coletivo, onde instituições de diversos tipos e indivíduos de diferentes grupos devem negociar de maneira que todos tenham voz, direito de opinião e principalmente de decisão. O processo participativo deve incitar a corresponsabilidade entre o poder público e a sociedade e fortalecer a democracia. A participação prima pelo acesso igualitário nas instâncias decisivas, pelo empoderamento das populações locais, pelo acesso a bens socialmente produzidos, pela superação das injustiças, pela geração de benefícios sociais e econômicos aos mais desfavorecidos e deve suscitar melhores condições de vida.

É importante, no entanto, ressaltar que o objetivo desse trabalho não é estabelecer a participação como solução para todos os males da população de São José, mas sim, discutir os benefícios e também, porque não dizer, os riscos que por ventura

podem ser imputados à população com a instauração dessa prática. Porém, acredita-se que a participação atrelada a políticas conduzidas a partir de uma leitura holística do contexto social, econômico e cultural da região, possa conduzir estratégias eficientes de gestão de áreas protegidas e propiciar a melhoria de vida da população.

3.2. Característica da política participativa brasileira

A ideia de participação surge no Brasil de maneira mais organizada na década de 60. Antes dessa época o tema já estava presente no país, mas de maneira menos definida. Logo, o marco institucional da tendência participativa remonta dos anos 1960 (Gohn, 2011). Nessa época a participação não era entendida como princípio para o enraizamento da democracia. O que se convencionou a denominar de participação popular tinha como foco a emancipação e melhoria da condição de vida das camadas populares (LAVALLE, 2011).

De acordo com Lavallo (2011), participar remetia ao combate a injustiça social e a diminuição da pobreza, no entanto não havia preocupação de envolver a população nas decisões dos Estados e nas esferas locais. A esse respeito o autor (*op. cit.*) afirma que:

O ideário participativo construído a partir dessa década (1960) conjugou diversos significados. Em primeira instância, a participação era, por definição, popular. O ideário participativo como participação popular não remetia às eleições, nem às instituições do governo representativo, e tampouco era liberal no sentido de invocar um direito que contempla o livre envolvimento dos cidadãos, de toda a população com maioria independente da sua inserção nas classes sociais (LAVALLE, 2011, pg. 34).

Na subsequente década de 1970, não houve muitos avanços com relação à temática da participação, e esta se manteve vinculada ao auxílio às classes mais desfavorecidas. Não foi estabelecido um diálogo com a população em busca de entender melhor suas concepções, e as decisões eram desempenhadas pelos governos, sem envolvimento da população. A participação não foi, até então, tratada como forma de democratizar o Estado.

Lavallo (2011) argumenta que a forma de se entender a temática da participação nesse período está claramente ligada ao governo ditatorial da época, que comprometeu os direitos políticos dos cidadãos. De forma que participação e planejamento

participativo se realizavam de cima para baixo. Para Gohn (2011), na década de 1970, participar era um conceito praticado de forma mecanicista, estruturas de participação eram criadas para garantir a presença de indivíduos. No entanto, nessas instituições a população não tinha a oportunidade de participar efetivamente, a participação centralizava-se no nível da escuta, de acordo com a autora (*op. cit.* pg. 54) “participar era ter gente lá”. Gohn (2011) ainda afirma que em muitos casos a participação se constituía em uma desculpa para inserir a população em obras dentro da comunidade, e assim reduzir os custos do Estado.

No entanto, apesar do autoritarismo e centralização do Estado, foi exatamente a ditadura que impulsionou a geração de novos atores sociais, com disposição para pressionar o governo, gerar resistências e novas formas de organização societária, e, assim, novas formas de participação. De tal modo, o combate ao Estado foi fundamental para a organização da sociedade civil (JACOBI, 1999; DAGNINO, 2002).

A temática da participação ganhou notoriedade devido à inaptidão que o Estado vinha revelando para com a capacidade de promover e controlar o desenvolvimento de maneira a garantir a redução da pobreza, a igualdade social, o trabalho justo e a resolução de uma série de problemas sociais que assolavam o país (JACOBI, 1999).

No entanto, de acordo com Gohn (2011) a participação não convém apenas para promover o desenvolvimento não conseguido pelo Estado. Ela é fundamental para proteger a população de práticas arbitrárias impostas pelos governos e ainda pautar a noção de desenvolvimento como garantia de melhoria de vida, com geração de benefícios sociais e não apenas preocupação com o crescimento econômico.

O Estado ditatorial colaborou, mesmo que sem intenção, para a discussão em torno da temática da participação, porém formas de participação que conjecturam a possibilidade da população tornar-se parte do quórum decisivo emergiram de fato somente na década de 1980 (DAGNINO, 2002).

O processo de democratização do Brasil foi marcado pela redefinição do entendimento de participação. A participação, outrora compreendida como forma de assistência aos indivíduos mais desfavorecidos, sofre modificação em seu entendimento e inclina-se no sentido da democratização do Estado, de promover o debate público a respeito de temas e interesses da população e de instaurar um processo de tomada de decisão pela sociedade (DAGNINO, 2002; GOHN, 2011; LAVALLE, 2011). Dagnino (2002), a respeito da ampliação da noção de participação alega que:

A redefinição da noção de cidadania, empreendida pelos movimentos sociais e por outros setores sociais na década de 80, aponta na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis, baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade (DAGNINO, 2002, pg. 10).

De acordo com Lavallo (2011), a temática da participação foi estabelecida de forma decisiva a partir da Constituição de 1988. Dagnino (2002) também vislumbra a tendência da Constituição de 1988 de regulamentar práticas participativas, e afirma que essa lei foi o marco formal do processo participativo e democrático.

Logo, a partir da promulgação da Constituição de 1988, o indivíduo adquire direitos de participar para além do exercício do voto. Já no art. 1º da Constituição é possível observar a importância dada à sociedade para a gestão pública, pois no parágrafo único desse artigo está proferido que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Essa lei ainda insere em seu texto o estabelecimento de uma diversidade de instituições participativas, em particular as conhecidas como conselhos, no intuito de viabilizar a participação política de diversos setores da sociedade, que apontam para a ampliação da participação da população e o aprofundamento da democracia (AVRITZER, 2011).

De acordo com Loureiro (2008, pg. 238), o conselho constitui no espaço público onde estão “inscritos as intencionalidades, os diálogos e as disputas dos agentes sociais que participam do processo, e, da mesma forma onde está inscrita a concepção que norteará o grupo formado em sua prática de gestão”.

Desse modo, formaram-se nessa década os primeiros conselhos de gestão pública e o processo de participação basicamente se focou nesse modelo de instituição participativa. A partir do estabelecimento de conselhos como forma de manifestação da sociedade, surge a primeira dicotomia dentro dessa categoria participativa, entre os conselhos consultivos (que têm por objetivo a consulta pública) e deliberativos (que inserem a perspectiva da decisão pela própria população) (GOHN, 2011).

A participação continuava a ser denominada de popular, assim como na década de 1960, porém houve profunda alteração no seu entendimento. Ao contrário da concepção dos anos 60 que vislumbrava a participação popular apenas como modo de levar benefícios para as populações mais pobres, duas décadas depois o conceito de participação popular passa a remeter a participação da população nas decisões políticas.

O entendimento desse conceito emerge do reconhecimento de que as classes mais pobres também possuem direitos sociais, políticos e econômicos. Gohn (2011) expõe de maneira clara a compreensão de participação popular na década de 1980 no seguinte trecho:

A participação popular foi definida, naquele período, como esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlavam a vida em sociedade. Esses esforços deveriam partir fundamentalmente da sociedade civil organizada em movimentos e associações comunitárias. O povo, os excluídos dos círculos do poder dominante, eram os agentes e os atores básicos da participação popular (GOHN, 2011, pg. 52).

A emergência da reflexão sobre a relevância da participação social nas políticas públicas nos anos 1980 ocorre devido às mudanças políticas, que suscitam no questionamento do papel do Estado como principal responsável pelas políticas sociais. Essas transformações, no entanto, de acordo com Jacobi (1999) e Dagnino (2002), ressurgem na década de 1990 repletas de contradições, devido o fortalecimento de políticas neoliberais. De acordo com Dagnino (2002):

Assim, se a correlação de forças entre esses vários projetos permitiu avanços importantes durante o final dos anos 80, na década de 90 o efeito dos ajustes estruturais construtivos das políticas neoliberais veio determinar dificuldades significativas no ritmo da democratização. O agravamento das desigualdades sociais e econômicas é um efeito amplamente reconhecido da implementação dessas políticas. Menos notórias são as suas consequências sobre a capacidade de mobilização e organização política da sociedade civil, especialmente dos setores populares e das classes médias, duramente afetados pelo desemprego e pela recessão econômica (DAGNINO, 2002, pg. 11).

As políticas neoliberais da década de 90 estão associadas à transferência das responsabilidades, que anteriormente eram conduzidas pelo Estado, para a sociedade. Essa política é caracterizada pela instauração do estado mínimo, que visa à diminuição da interferência do estado como garantidor dos direitos da população e, portanto, necessita de uma sociedade participativa e torna legítima as práticas participativas como método de gestão pública (JACOBI, 1999; DAGNINO, 2004).

Para Dagnino (2004), essa década é marcada pelo que a autora denomina de confluência perversa. A confluência perversa ocorre devido à existência de dois projetos que são diferentes em suas finalidades, mas utilizam o mesmo argumento para alcançá-

las, que constitui na promoção de uma sociedade ativa e participativa. O primeiro é marcado pelo desejo da ampliação democrática da sociedade e do envolvimento da população, enquanto o segundo visa a diminuição das responsabilidades políticas. Essa comunhão dos argumentos dos diferentes discursos proporciona uma dimensão contraditória para as experiências genuinamente participativas.

No entanto, apesar da confluência entre as duas vertentes que defendem iniciativas participativas, a formulação mais notória das práticas de inserção da população nas decisões sócio-políticas e econômicas encontra-se no fato de se estabelecer um sistema democrático reforçado, e desse modo a participação representa uma forma dos setores populares de intervir e influenciar na concepção e gestão de políticas públicas e, conseqüentemente, fortalecer a sociedade (JACOBI, 1999).

É importante ressaltar que os anos 1990, além de ter sido marcado pela emergência de políticas neoliberais, também foi caracterizado pela ascensão de muitas práticas participativas inovadoras (como conselhos, fóruns e o orçamento participativo), e que apesar dos contrastes é notório nessa época o entendimento da necessidade de uma atuação conjunta entre Estado e sociedade (JACOBI, 199; DAGNINO 2002).

Desse modo, pode-se concluir que o engajamento político e decisório da sociedade deve ser observado além da questão do neoliberalismo. A participação significa autonomia, rompe com a propensão do Estado em instituir decisões autoritárias e fundamenta-se na capacidade do cidadão de tomar decisões relativas à sua comunidade e seu bem estar.

Uma mudança no entendimento do conceito de participação é novamente observada na década de 1990. O conceito de participação popular é superado e substituído pelas concepções de participação cidadã e participação social.

A participação cidadã altera o foco principal da participação popular, que se constitui nas populações excluídas e marginalizadas socialmente e economicamente, e amplia o direito a participação não somente aos destituídos, como também a todos os indivíduos e grupos sociais. A participação cidadã redefine o papel do Estado como agente deliberador único, e estabelece uma nova forma de se pensar política, através do debate com diversos agentes sociais. Agrega-se a esse conceito o entendimento de empoderamento dos grupos e dos indivíduos, na busca de tornar a informação mais acessível, de forma que a sociedade se mobilize em prol do aumento da consciência política e da compreensão do indivíduo como cidadão, com direitos e deveres (GOHN, 2011).

Já o conceito de participação social se distingue do conceito de participação cidadã, pois despolitiza o discurso participativo. A participação social trabalha com a prerrogativa de que a mobilização de pessoas em prol de um determinado objetivo não precisa apresentar necessariamente um conteúdo político, a única condição necessária para a reunião da sociedade é a existência de objetivos comuns e a busca de resultados para estes. Alguns conceitos ganham notoriedade nessa perspectiva de participação, como mobilização e pertencimento, pois para impulsionar a prática participativa é necessário a motivação dos indivíduos, e o conceito de pertencimento é entendido como o sentimento de identidade que gera a motivação (GOHN, 2011).

Desde que a discussão a respeito da participação se ampliou nos anos 1960, até os dias de hoje a temática vem ganhando adeptos, e diferentes formas de participação vêm crescendo no Brasil. De acordo com Avritzer (2011), são muitas as áreas que acolhem experiências participativas, como a área da saúde, educação, habitação e ambiental. Para esse autor (*op. cit.*), as políticas participativas são cada vez mais definidas como estratégicas na gestão pública, e esse aumento do envolvimento social na gestão do que o autor denomina de “coisa pública” é perceptível na proliferação da instituição de conselhos gestores no século XXI. A esse respeito Avritzer (2011) afirma:

Muitos estudos sobre participação e deliberação indicam um enorme crescimento de formas de participação no Brasil nos últimos 15 anos e sua segmentação em um conjunto grande de instituições. Sabemos que existem hoje dezenas de milhares de instituições participativas, que utilizam a participação social de alguma forma. Estas instituições estão localizadas em diferentes níveis de governo (nacional, estadual e local), nas diferentes políticas públicas (saúde, assistência social, políticas urbanas e meio ambiente, entre outras) e em diferentes contextos políticos e regionais (AVRITZER, 2011, pg. 18).

O crescimento de formas de participação, de acordo com Avritzer (2011), é constante. O desenvolvimento de instituições participativas vem ocorrendo gradualmente desde o início das discussões sobre participação, de acordo com esse autor (*op. cit.*) as formas de participação no Brasil se desenrolam principalmente no plano local.

No entanto, apesar da ampliação do discurso e das práticas participativas desde o início dos anos 1960 até os dias atuais muito precisa ser realizado ainda para contemplar a questão da participação de maneira satisfatória (GOHN, 2011).

Logo, é possível perceber, após esse pequeno histórico da experiência brasileira com a temática da participação, que o conceito de participação foi evoluindo de maneira gradual. Esse conceito não se manteve estático, muito pelo contrário, reestruturou-se e modificou-se ao longo do tempo. A mudança no entendimento desse tema está diretamente relacionada à conjuntura histórica de cada época, mas também a evolução das ideias, dos debates, das críticas, das posições políticas, entre tantas outras implicações que foram importantes para as reconfigurações dessa temática. Desse modo, pode-se observar que essas mudanças não foram espontâneas, de maneira oposta, foram resultados de indagações, investigações, avaliação de experiências anteriores de participação e lutas políticas.

Essas indagações, avaliações, debates e críticas, permanecem até os dias de hoje, portanto, o conceito de participação não está encerrado e continua sofrendo transformações e reformulações. Nem ao menos se pode dizer que seu entendimento é de comum acordo por todos os autores que o define. Essa fluidez em torno da temática da participação é perceptível na afirmação de Gohn (2011, pg. 15): “o entendimento do que seja participação continua sendo um enigma a decifrar”.

Demo (1988), ao definir participação como processo, defende exatamente essa qualidade inconstante, mutável e sempre em desenvolvimento do processo de participação, de acordo com o autor: “não existe participação suficiente nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir” (DEMO, 1988, pg. 32).

3.3. Participação em áreas protegidas no Brasil

A complexidade dos problemas ambientais requer decisões flexíveis, inovadoras, interdisciplinares e transparentes. É necessário que essas decisões agreguem uma diversidade de conhecimentos e valores, e por essa razão a participação da sociedade em áreas protegidas vem sendo muito discutida e requisitada em diversas políticas (REED, 2008).

As estratégias de participação em áreas protegidas são de grande relevância para o empoderamento da população local, para proporcionar autonomia para os moradores, superar injustiças e gerar benefícios sociais e econômicos. No entanto, de acordo com Irving (2010), a ênfase na participação não é somente importante para garantir equidade,

autonomia e justiça à população, mas também é de extrema importância para efetivar e consolidar a própria política de conservação e proteção da natureza.

De acordo com Reed (2008), existem estudos que vêm demonstrando inúmeras evidências de que a integração dos conhecimentos locais ao conhecimento científico usado nas estratégias de conservação de áreas protegidas é muito relevante para promover uma compreensão mais holística da complexa dinâmica ecológica e socioambiental. Este autor (*op. cit.*) alega que a participação pode gerar maior qualidade das decisões relativas às áreas protegidas por considerar uma maior quantidade de informações.

A esse respeito, Irving (2010) argumenta que é de grande relevância para o sucesso na gestão de áreas protegidas, que a população local compreenda que aquela natureza em questão constitui-se em um patrimônio de usufruto de todos, que as pessoas tenham em mente que a área protegida tem conexão com a dinâmica socioeconômica da região onde está inserida, e que a proteção dessa natureza deve ser efetuada a partir de esforços conjuntos entre população e poder público.

A importância da participação em prol da conservação de áreas protegidas se dá devido à sensibilização que o “fazer parte” desperta no indivíduo. De acordo com Gonh (2011) o engajamento gera um sentimento de pertencimento com relação à área em questão, fazendo com que o indivíduo estreite seu vínculo afetivo com o local, o que pode gerar maior comprometimento com os projetos de conservação da área protegida.

Nesse sentido, a criação e gestão de áreas protegidas devem ser efetivadas de modo que valorize a memória e os costumes da população local, na intenção de fortalecer a autoestima e o contexto histórico de determinada região, para que o gerenciamento da área não seja efetuado de forma que se sobreponha aos interesses e a cultura local (KASHIMOTO, MARINHO & RUSSEFF, 2002).

Desse modo, observa-se que para realizar projetos em áreas protegidas, respeitando a noção de indissociabilidade entre homem e natureza, é preciso interagir o social com a natureza, para que não haja efeitos negativos no patrimônio natural a ser salvaguardado, e tampouco no bem estar da população local. Para contemplar a totalidade da questão ambiental, a proteção de ambientes naturais não deve ser realizada de forma a subjugar e desrespeitar a população local e desconsiderar seus interesses.

No entanto, de acordo com Ayres & Irving (2006), tecer projetos que tenham como diretriz a participação social constitui uma empreitada complicada. De modo que é necessária uma leitura integrante, dinâmica e holística da natureza e do contexto

social. Assim como é igualmente imprescindível compreender a fundo o grupo em questão, entender seus conceitos e percepções, valorizar e exercitar a comunicação interpessoal, envolver todos os atores implicados com a área de proteção, estimar as diferentes opiniões e unificá-las. A esse respeito, as autoras (*op. cit.*) afirmam que:

O grande desafio na gestão participativa de áreas protegidas parece ser promover o expressar dos diferentes interesses e integrá-los em ações comuns, que permitam criar certas condições para a ação, envolvendo: Comprometimento de todos os atores e implementação de projetos comuns (...). Vivência democrática, não autoritária das relações interpessoais e grupais, com a valorização e a busca de autonomia coletiva, a partir das singularidades individuais (AYRES & IRVING, 2006, pg. 88).

Nesse sentido, todos os atores envolvidos, seja sociedade, poder público, cientistas, ou quaisquer outros, devem estar engajados nos processos de gestão de áreas protegidas, de modo que todos tenham liberdade de se expressar e sejam responsáveis pelas decisões, pela proteção e pela valorização social, ambiental, cultural e econômica da região.

A temática da participação em áreas protegidas segue a tendência dos discursos sobre participação da sociedade no estado brasileiro, e tem sido amplamente debatida na atualidade. É possível perceber a gradual expansão dos discursos referentes ao envolvimento da sociedade na gestão de áreas protegidas nos instrumentos legais que foram instituídos no Brasil, principalmente a partir dos anos 60.

Ao analisar o Código Florestal de 1965 (Lei 4.771/65, revogado pela Lei nº 12.651/12) antes da incorporação das alterações realizadas pela Lei 7.803/89 e pela Medida Provisória nº 2166-67/01, é possível observar a temática com relação ao envolvimento da sociedade na instituição de florestas de domínio privado, que segundo o art.º16 dessa lei, são suscetíveis a exploração, obedecidas a certas restrições impostas pelo próprio Código Florestal de 1965.

As florestas de domínio privado conferem ao proprietário da terra a responsabilidade de proteger os recursos florestais existentes em sua propriedade. Entretanto, o Estado não se exime do encargo de conservar essas áreas, como é possível notar no art. 18: “nas terras de propriedade privada, onde seja necessário o florestamento e o reflorestamento, o Poder Público poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário”.

Nesse sentido, o Código Florestal de 1965 confere a população o compromisso de proteger os recursos naturais e a biodiversidade em consonância com o Estado. De modo que o Estado não se coloca como o único responsável pela proteção dos bens naturais, mas também atribui como tarefa da sociedade.

É possível igualmente observar ao analisar o Código Florestal de 1965, que existe a preocupação no documento com as particularidades das populações onde as florestas são instituídas, assim como é possível notar a atenção atribuída à conscientização da população. No art. 27º, o qual discorre sobre a proibição do uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação, é possível visualizar a preocupação com a singularidade das populações em seu parágrafo único, que afirma que: “se as peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, a permissão será estabelecida por ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução”.

Já a importância dada à conscientização da população é observada em outros artigos como o art. 42º e o art. 43º, que discorrem sobre a inclusão de textos sobre educação florestal nos livros escolares, sobre a adição obrigatória de programas e dispositivos de interesse florestal nas estações de rádio e televisão e sobre a obrigatoriedade de se instituir a semana florestal nas escolas e em estabelecimentos públicos.

Logo, ao analisar o Código Florestal de 1965 fica evidente a preocupação com a sociedade e o caráter partilhado sobre as responsabilidades de proteção ambiental nesse instrumento legal. No entanto, é importante ressaltar que a proteção da natureza apesar de compartilhada, possui um cunho autoritário, pois é realizada de maneira compulsória. O indivíduo divide a obrigação da proteção, mas não é conferida a sociedade a capacidade de decidir. Caráter esse que se enquadra no entendimento de participação disseminado na década de 1960 e 1970, onde o diálogo não é contemplado e as decisões não são partilhadas com a sociedade, o ideário dessa época, segundo Lavallo (2011) “não contempla o livre envolvimento dos cidadãos”.

Fica claro nesse documento que a proteção da natureza não é realizada de forma a estabelecer alguma forma de diálogo, a proteção deve ser realizada conjuntamente, mas sem que a população seja consultada. A participação está estabelecida no nível de auxílio ao Estado e no nível da conscientização da população.

Vinte e dois anos após a implementação do Código Florestal de 1965, institui-se em 1988 a nova Constituição da República Federativa do Brasil. Essa constituição é

marcada pelo restabelecimento de práticas democráticas, por abordar a questão da participação e ainda por tratar a respeito da participação da sociedade na proteção da natureza (DAGNINO, 2002; LAVALLE, 2011). O Capítulo VI da Constituição, que trata do “Meio Ambiente” também versa sobre a temática da implementação de instituições participativas, em principal os conselhos.

Após o estabelecimento da Constituição de 1988, é instituída a Lei 7.803/1989, que altera a redação da Lei 4.771/65, que institui o Código Florestal e acrescenta a categoria de Reserva Legal. A Reserva Legal é definida no art. 1º, parágrafo III dessa Lei como sendo uma “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas” (BRASIL, 1965).

Medeiros *et al.* (2004) define as Reservas legais como “porcentagens definidas das propriedades privadas para a proteção dos recursos renováveis, compulsoriamente determinadas pelo Estado” e afirma que estas “devem ter, em tese, sua manutenção garantida pelos proprietários das terras onde elas se encontram” (MEDEIROS *et al.*, 2004, pg. 86). Segundo esse autor (*op. cit.*), essa característica do Código Florestal define o compartilhamento da responsabilidade de proteção entre o poder público e a sociedade.

Assim, é possível vislumbrar que a inclusão da sociedade já é cogitada nesse documento, desde a sua criação em 1968, incluindo as posteriores alterações realizadas em 1989, porém a noção de inclusão social é realizada de maneira sutil e está muito ligada ao entendimento de participação de cada época e as intenções governamentais. Não é possível notar nesse documento a preocupação em instaurar equidade de decisão política, social e econômica, a sociedade não é cogitada como ativamente participante do processo de gestão.

Entretanto, nota-se que com o passar dos anos a noção de participação se expande, e outros documentos já discutem a temática da participação de maneira a cogitar o compartilhamento de poder e decisão. Logo, apesar do Código Florestal inserir a questão do envolvimento social na proteção da natureza, a radicalização da noção de participação, no sentido de inserir a população em um processo coletivo de negociação e decisão, gerar autonomia da comunidade e corresponsabilidade entre sociedade e poder público, é evidenciada de forma mais clara em 2000, a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9.985/00).

A ênfase concedida à participação da sociedade nas estratégias de gestão e a necessidade de se considerar as demandas sociais, culturais e econômicas locais são visualizadas em algumas das diretrizes que regem o SNUC, estipuladas no art. 5º, como é o caso das diretrizes II, III, V, VIII e IX, que estão listadas abaixo:

II - assegurar os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

V - incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

VIII - assegurar que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

IX - considerar as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

Desse modo, pode-se observar ao analisar as diretrizes que regem o SNUC, que a participação é entendida como um processo ativo de engajamento populacional, que prima pelo compartilhamento das decisões, tanto no ato da criação das Unidades de Conservação quanto na conservação dessas áreas.

Além das diretrizes que guiam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), outros artigos dessa mesma lei abordam a questão da participação. O art. 29º desse documento prevê a obrigatoriedade do estabelecimento de conselhos consultivos nas unidades de conservação, formado dentre outros setores sociais, pela organização da sociedade civil.

De acordo com Irving (2010), a ênfase na participação social dada pelo SNUC está atrelada ao reconhecimento de que o:

(...) êxito desta política de proteção da natureza depende do efetivo engajamento das populações locais e dos diferentes atores sociais no processo de gestão e decisão política, a partir da internalização da

natureza como patrimônio coletivo e da integração da área protegida com a dinâmica socioeconômica do entorno (IRVING, 2010, pg. 138).

Portanto, o envolvimento da sociedade é reconhecido como sendo de grande importância, não somente para desencadear autonomia e empoderamento da população local e gerar benefícios sociais e econômicos, mas também para a efetivação da própria política da conservação da natureza. Pois, a preservação da área protegida depende da própria população reconhecer e valorizar esse patrimônio.

Seis anos após a criação do SNUC, é aprovado o Decreto nº 5.758/06 que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) que reafirma e enfatiza o compromisso das áreas protegidas com a inclusão social e a participação. É possível observar nesse documento o aprofundamento da discussão sobre diversos temas relacionados diretamente com a questão da inclusão social. Pela primeira vez em um aparato legal brasileiro há referência sobre a conservação da diversidade cultural, logo, subentende-se que a conservação não está restrita a diversidade biológica. É incluído no PNAP o reconhecimento da necessidade de valorização dos aspectos culturais para a conservação da natureza.

Nesse documento, a participação da sociedade na gestão de Unidades de Conservação não é desconectada da realidade social, econômica e cultural da população local. Parte-se do pressuposto que para exercer de modo eficaz a gestão participativa é necessário considerar os aspectos socioeconômicos e culturais da região onde estas áreas estão inseridas. Como é possível observar na VIII diretriz que rege o PNAP:

O planejamento para o estabelecimento de novas unidades de conservação, bem como para a sua gestão específica e colaborativa com as demais áreas protegidas, deve considerar as interfaces da diversidade biológica com a diversidade sociocultural, os aspectos econômicos (...).

Ao analisar o PNAP, pode-se notar que a participação é entendida como estratégia indispensável para gerar benefícios sociais e econômicos para a população que vive dentro de áreas protegidas e em seu entorno. A temática da participação é amplamente discutida, o PNAP possuiu como um de seus princípios “promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão de áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as

populações do interior e do entorno das áreas protegidas” e afirma ter como diretriz o fortalecimento dos “instrumentos existentes de participação e controle social”.

O PNAP é talvez o documento que contempla de maneira mais holística e clara a questão da participação no Brasil. O documento ressalta nas entrelinhas que além de conscientizar e consultar, a participação também abrange o compartilhamento de poder, que para se efetivar a política de proteção da natureza não pode se sobrepor aos interesses locais, que a valorização dos aspectos culturais e sociais das localidades onde se encontram áreas protegidas é também de grande importância para estimular a autoestima da população e ainda salientar formas de participação. De acordo com Irving (2010), os princípios delineados nesse documento:

Trazem a tona e ilustram, neste texto oficial de políticas públicas, uma nova forma de se pensar a proteção da natureza, na qual elementos éticos, culturais e relativos ao compromisso de inclusão social ganham relevância e são expressos como norteadores de movimentos futuros (IRVING, 2010, pg. 139).

Logo, pode-se observar que a instituição de práticas participativas, de tal modo que permitam o compartilhamento da tomada de decisões e de poder, é de caráter compulsório nos mais recentes instrumentos legais brasileiros, pois tanto o SNUC quanto o PNAP incluem em seus objetivos, princípios e diretrizes, a discussão sobre a promoção da participação na gestão de áreas protegidas.

A respeito das causas que motivaram a inserção da retórica da participação de maneira mais abrangente é elucidada por Irving (2010, pg. 127), de acordo com a autora: “neste campo de debate e reflexão, a própria noção de conservação da natureza passa a ser também entendida como construção humana, na qual novas lógicas são delineadas, em um esforço de resgate e reintegração entre sociedade e natureza”.

Ao tecer esse pequeno histórico sobre a relação das políticas participativas na legislação ambiental brasileira é possível notar que existe uma orientação para se efetivar a corresponsabilidade a respeito da proteção de áreas protegidas entre poder público e sociedade desde pelo menos a aprovação do Código Florestal. Com o passar dos anos essa orientação não apenas se mantém como também se amplia, e as discussões tornam-se cada vez mais sólidas, mais embasadas na perspectiva de que a participação é benéfica tanto para a sociedade quanto para as áreas protegidas. Essa tendência de ampliação do discurso em prol da participação da população nas instâncias decisivas a partir da década de 1980, tendo o ápice nos anos 2000, em áreas protegidas,

acompanha a evolução do discurso político da participação no Brasil, que se iniciou de maneira mais definida nos anos 1960 e foi evoluindo para se ampliar de forma gradativa até o aprimoramento do discurso nos anos 2000.

3.4. Desafios para a instauração de práticas participativas em áreas protegidas

Apesar dos avanços institucionais com relação à promoção da participação social em áreas protegidas, muitos progressos permanecem na teoria. Na prática existem algumas conjunturas políticas, econômicas e sociais que impedem a inserção de práticas participativas de maneira plena.

De acordo com Medeiros *et al.* (2006), a despeito do valor que tem-se reconhecido do envolvimento social para uma gestão aperfeiçoada de unidades de conservação, existem ainda algumas conjunturas políticas, financeiras, sociais e culturais que impedem o funcionamento dessas áreas de maneira plena. Vários são os condicionantes que atuam para dificultar a participação da população nas instâncias decisórias; como a inexperiência dos gestores com o trabalho interdisciplinar (que agrega questões sobre natureza, sociedade, economia, cultura), a autonomia restrita desses administradores e também a escassez de recursos financeiros e humanos.

Assim sendo, apesar da nova forma de se pensar a natureza e o compromisso de compartilhamento das decisões entre gestores, governos e população, existem ainda dificuldades que permeiam as estratégias de gestão compartilhada, pois são muitas as nuances que permeiam as relações socioeconômicas e ambientais. A esse respeito Irving (2010) afirma:

Parece claro que, embora nos últimos anos se verifique um avanço considerável do discurso destas políticas com relação ao compromisso de inclusão social, na prática, muitos desafios permanecem ainda sem resposta, tendo em vista a complexidade das “arenas” sociais envolvidas e as demandas, na perspectiva estratégica internacional (IRVING, 2010, pg.144).

Mesmo quando o contexto local, econômico, social, cultural é adicionado às discussões referentes às áreas protegidas, é necessário o máximo de cautela, pois a participação, apesar de ter um papel muito importante para a proteção da natureza e para gerar benefícios para a população, pode oferecer riscos quando o contexto não é bem analisado, e também quando as práticas participativas são realizadas apenas para

apaziguar os conflitos com a população local (sem objetivar o efetivo engajamento da população). É muito importante ter em mente que apesar das boas intenções dos gestores, o processo de gestão compartilhada pode apresentar deficiências que podem criar decepções nas partes interessadas – pois não raro as expectativas iniciais não são alcançadas – o que conduz ao fracasso de determinada iniciativa de participação (REED, 2008).

Portanto, antes de se instaurar um processo participativo é necessário um abrangente estudo, englobando o contexto da região, a dinâmica histórica, cultural e socioeconômica, a percepção e ideias dos moradores, uma investigação sobre a temática da participação propriamente dita, focando na análise de como é possível trabalhar estratégias participativas em áreas protegidas, incorporando quais são as instâncias que podem dar conta dessa demanda, e evitar conceber promessas que não se tem certeza da viabilidade (DEMO, 1988).

Por esses motivos, pode-se observar que, apesar dos inúmeros avanços alcançados a partir das legislações ambientais vigentes, ainda há um longo caminho para percorrer no sentido de se estabelecerem práticas legítimas de participação social em áreas protegidas, para que esses progressos não se consolidem somente no plano da retórica.

Inúmeros são os impasses para que a participação na prática não se consolide de maneira satisfatória. Isso se dá por diversos motivos, Gohn (2011) afirma que o termo participação virou jargão popular, e no intuito de se popularizar e ganhar a confiança dos indivíduos acabou sendo apropriado por inúmeros discursos políticos, inclusive por discursos com tendências mais conservadoras. Para esse tipo de política, o grande interesse é fazer concessões para acalmar a população e não haver riscos das classes dominantes perderem seus benefícios. Demo (1988) é condescendente a afirmação de Gohn (2011) e ressalta que muitos discursos que incluem a temática da participação, se valem dessa para manter a dominação e repressão sobre as classes mais pobres.

De acordo com Jacobi (1999) existe um déficit na condição de participação social no Brasil, que ocorre devido às características culturais as quais originaram a política brasileira e que persiste (mesmo que de forma mais branda) até os dias atuais. O Brasil é marcado por tradições estáticas, de relações hierarquizadas entre o poder público e os cidadãos. O Estado foi sempre responsável pelas decisões e coube a este a gestão de todos os assuntos relativos ao território, o que gera padrões clientelistas, difíceis de serem rompidos.

De acordo com Jacobi (1995) e com Demo (1988), a sociedade possui o hábito de esperar que as soluções dos seus problemas devam partir exclusivamente do poder público, e não pensam na possibilidade de uma corresponsabilidade, que também não é incentivada de maneira eficaz pelos governantes. A esse respeito Demo (1988) afirma que:

Talvez não esteja em nossos hábitos participar. É mais prático receber as coisas dos outros, mesmo porque é um projeto milenar viver à custa dos outros. Em grande parte da história da humanidade é profundamente isso. Na verdade, é uma situação provocada por uma sociedade autoritária que convive com regimes autoritários. A tal ponto que participação assusta (DEMO, 1988, pg. 17).

A essa problemática vincula-se também a questão da educação. A educação é essencial para produzir indivíduos mais críticos, que possam contextualizar e problematizar a realidade, e desse modo, questionar as políticas desenvolvidas pelos governantes e assim exigir um engajamento ativo junto ao poder público.

Entretanto, Freire (1987) diagnostica a existência no Brasil de uma educação a qual esse autor denomina de bancária, onde o educando constitui em um mero recipiente a ser preenchido pelo educador. A educação bancária não gera criatividade, reflexão, consciência crítica, problematização da realidade e conseqüentemente a emancipação do ser. Desse modo, o indivíduo não constrói o seu conhecimento baseado na completude da realidade. Portanto, esta educação não gera autonomia intelectual para que a população possa intervir na sua realidade.

A dita “educação bancária” preserva a mentalidade das classes dominantes, procura propagar a cultura hegemônica para as classes mais marginalizadas da sociedade, de maneira que os menos favorecidos economicamente adaptem-se a esta cultura, pois assim tem-se a acomodação e não a transformação (FREIRE, 1987).

Nesse sentido, para estimular a participação da população nos processos decisivos, incitar os indivíduos a exigir perante o poder público seu envolvimento nas questões políticas, principalmente as que os afetam diretamente, é necessário romper com esse padrão bancário da educação. Pois, apenas se estimulada a pensar criticamente sobre sua realidade, a população irá compreender a importância do engajamento político e de sua participação nas ações de gestão pública.

A grande questão que dificulta o estabelecimento de práticas participativas em diversas instâncias é a ausência de uma fórmula pré-estabelecida de sucesso. O

aprofundamento da participação não se baseia numa forma única e indiscutível para todos os casos, pois as realidades divergem entre os diferentes locais (DEMO, 1988).

Assim, também procede em áreas protegidas. Cada unidade de conservação é criada em uma área específica, com todas as suas particularidades; como o contexto histórico, social, econômico, cultural e as subjetividades da população. Desse modo, não há exemplo de gestão participativa vitoriosa que se encaixe perfeitamente bem nas singularidades de todas as outras áreas.

Tuler & Webler (2010) relatam a existência de uma literatura que enumera alguns princípios que caracterizam uma “boa participação social”. No entanto, de acordo com os autores (*op. cit.*) não existe um consenso entre os defensores das boas práticas participativas, e cada um defende práticas distintas.

Logo, conclui-se que a falta de consenso entre essas boas práticas resulta do fato de que diferentes contextos exigem diferentes práticas, e sendo assim, não se pode definir com exatidão quais as estratégias que são boas ou ruins, pois essas irão variar de acordo com as singularidades de cada região, podendo um processo participativo ser extremamente eficiente em uma região e não ter tanto êxito em outra.

Demo (1988), nesse sentido, defende que a gestão participativa deve levar em consideração as especificidades locais. Para o autor o desenvolvimento de práticas participativas não deve se limitar a imitação de casos modelos, pois nenhum contexto é absolutamente análogo a qualquer outro. No entanto, é possível respaldar novas ideias em casos que obtiveram sucesso, mas sem restringir-se a imitação, é necessário adequar as ideias para o contexto em questão. Para tanto, é preciso criatividade e um profundo estudo da comunidade o qual se visa tornar participativa. Como é possível perceber na seguinte afirmativa de Demo (1988):

Todo processo participativo acusa marcas próprias, que se aninham na subjetividade específica de cada grupo humano, bem como na identidade cultural de cada um. Pode-se sempre generalizar em alguma extensão, porque o fenômeno político não é um caso particular, mas toda aplicação generalizada necessita fidalgamente de criatividade local. Uma coisa é imitar, que é o signo dos medíocres: como não têm ideias parasitam sobre as dos outros. Outra coisa é saber aprender de experiências outras (DEMO, 1988, pg. 116).

Assim, pode-se compreender que são necessários para elaborar um processo participativo, grandes doses de imaginação e muito estudo e paciência, já que de acordo

com Demo (1988) a participação constitui em um processo lento, exatamente por ser fruto de conquista, que não pode ser dado, mas fabricado pelos atores.

Portanto, é necessário ter em mente que não é possível estabelecer a participação de cima para baixo. O pesquisador, político, ONGs, ou qualquer outro ator social, não deve surgir em determinada comunidade no qual este não se insere e querer instituir um processo participativo, pois a participação deve ser construída a partir da própria população local (DEMO, 1988; LOUREIRO, 2008).

A questão da instauração da gestão participativa de cima para baixo é, de acordo com Loureiro (2008), um problema atual em áreas protegidas. Para o autor (*op. cit.*), muitas práticas participativas são delineadas unicamente pelos gestores ou por pessoas que não fazem parte da população local. Desse modo, apesar de muitas vezes existir uma boa intenção por parte desses indivíduos, a participação forjada sem o auxílio da população local não cria comprometimento por parte dos moradores, pois não é criado um sentimento de colaboração, de pertencimento e de protagonismo.

Para Loureiro (2008), a própria criação de áreas protegidas sem o efetivo engajamento da população já constitui em uma barreira para o estabelecimento de um processo participativo. Como é possível observar na seguinte afirmação:

O fato de muitas UCs terem sido criadas de cima para baixo, sem participação social em sua definição, dificulta o sentido de pertencimento que auxiliaria na criação de um espaço de tomada de decisões, onde seria necessária a confiança na obediência das normas estabelecidas e acordadas no grupo (Loureiro 2008, pg. 246).

Desse modo, a participação deve ser cogitada antes mesmo da criação das áreas protegidas, para evitar posteriores problemas após a instituição dessas áreas. Durante o estabelecimento deve-se tomar cuidado com as características locais, para a unidade de conservação não ser instituída sobrepondo-se aos interesses dos moradores e causando inúmeros prejuízos a esses.

Para Loureiro (2008), as consultas públicas são a forma de inserir a população na definição de unidades de conservação, onde é possível discutir questões relativas à localização da área a ser protegida, extensão e a qual categoria deve pertencer. Assim, estabelece uma negociação entre poder público, população e os demais interessados, e pode-se diminuir a geração de conflitos posteriores.

Para instaurar um processo participativo em áreas protegidas, é necessário que o pesquisador ou gestor não entenda o processo participativo como doação, este não deve

conceder para a população o direito da participação como se estivesse praticando caridade. O papel do pesquisador/gestor em uma área de proteção deve ser o de incentivador (DEMO, 1988).

Desse modo, a participação não deve ser imposta, mas construída por todos os envolvidos. Não é vedado ao gestor/pesquisador sugerir ideias, a inserção de novos conceitos é extremamente importante. No entanto, essas devem ser informadas para a população, explicadas, debatidas e acolhidas pelos moradores. De acordo com Demo (1988), “mudar de baixo para cima é a direção correta, ainda que as ideias possam vir de fora”.

Ao cogitar o incentivo populacional para criar um processo participativo, cria-se outro problema; mobilizar a população. A mobilização populacional é um desafio para quem quer implementar práticas participativas, já que de acordo com Jacobi (1999), a participação não está enraizada nos hábitos dos brasileiros.

Logo, é preciso criar estratégias de mobilização, que também não possuem um formato definido e variam de acordo com o contexto. De acordo com Demo (1988), características como carisma pessoal são bem pertinentes em estratégias de mobilização, e apesar de não existir uma fórmula pronta, é possível empregar alguns conhecimentos formais; como técnicas de dinâmica de grupo e o emprego de estratégias que visam conscientizar a população sobre a importância da defesa dos seus direitos e também sobre aspectos relacionados à sobrevivência, como geração de emprego e renda.

No entanto, antes mesmo de dialogar, de mobilizar, é necessário ter em mente que no contexto de áreas protegidas deve-se questionar a visão reducionista que supõe a sociedade como aposta a natureza (LOUREIRO & AZAZIEL, 2006). Desse modo, é imprescindível entender a dinâmica entre a sociedade local e a área protegida, e ponderar questões relativas ao uso dos recursos naturais pela população local e como a população influencia e é influenciada por essa área.

Nesse contexto de áreas protegidas, a educação ambiental torna-se uma estratégia possivelmente eficaz para incentivar a participação social e para gerar uma visão crítica da relação entre sociedade e natureza. A esse respeito, Loureiro (2012, pg. 89) afirma que as “práticas educativas podem promover a participação do cidadão coletivamente organizado na gestão dos usos e nas decisões que afetam a qualidade ambiental e o padrão de desenvolvimento”.

Para tanto, a educação não pode estar pautada na simples transmissão do conhecimento, é necessário não apenas conscientizar o indivíduo da importância da

proteção da natureza, mas principalmente problematizar a realidade na qual determinada população se encontra. É imprescindível relacionar natureza e sociedade, desse modo, é mister associar a área protegida com a dinâmica social, econômica e cultural, no intuito de gerar indivíduos críticos, que possuam a capacidade de refletir e questionar seu contexto de vida, e a partir desse questionamento incentivá-lo a transformar sua realidade (LOUREIRO, 2004; LOUREIRO 2012).

Outra tática para incentivar a participação é realizada com base na criação de instâncias participativas. Em áreas protegidas, pode-se citar os conselhos como o principal meio de participação da população, já que estes são determinados pelo SNUC.

De acordo com Loureiro (2008), o conselho representa uma forma de discussão entre vários setores relacionados com a área protegida, incluindo a população residente nas proximidades da área, e que constitui no grupo mais diretamente afetado. Esse espaço pode permitir (apesar de nem sempre ser uma regra) o diálogo entre os diversos atores, e a partir das discussões é possível entender os pontos de vistas, veicular as informações, trocar ideias, discutir as melhores formas de ação e superar os conflitos.

Muito se discute com relação à efetividade dos conselhos e até que ponto eles garantem a participação ativa dos atores da sociedade civil. No entanto, cabe ressaltar que este é hoje uma das estratégias mais utilizadas em áreas protegidas e constitui em um espaço fundamental para a construção do diálogo entre diferentes atores e para estabelecer uma reflexão crítica. A esse respeito, Loureiro (2008) afirma:

É certo que não devem ser vistos como garantia da participação e da democracia. Há um longo histórico de criação de conselhos dos mais diferentes tipos em inúmeros países, ocorrendo avanços e também muitos problemas de manipulação, burocratização e pouca autonomia de decisão. Logo, precisam ser entendidos em suas contradições e potencialidades, constituindo-se em espaços públicos que merecem ser resguardados e fortalecidos com a nossa participação direta e, no qual, aprendemos a construir uma cultura democrática, popular e cidadã no Brasil (LOUREIRO, 2008, pg. 245).

Nesse sentido, pode-se afirmar que os conselhos são instrumentos utilizados para garantir o exercício da participação. Desse modo, tanto a elaboração dos mecanismos legais, como leis e decretos, que vislumbrem essa prática, quanto a instituição de conselhos em áreas protegidas são estratégias de grande relevância e que não podem ser descartadas.

Conclui-se, que apesar de não existir uma fórmula pré-estabelecida para se instaurar um processo participativo em determinada região, o essencial para se iniciar esse processo encontra-se no diálogo. Existem diversas técnicas para efetivar formas de participação da sociedade, e todas elas esbarram na comunicação dos atores, no saber ouvir, em considerar as opiniões e discuti-las com o grupo. O diálogo aberto e de mão dupla é essencial no processo de participação.

O método que deverá ser utilizado para incentivar os moradores deve depender de muitas variáveis, como histórico local, cultura, situação econômica da população, contexto social e relação da população com a área protegida. Portanto, o agente que se propõe instaurar práticas participativas em determinada localidade deve estudar a fundo a história da região, o contexto socioeconômico e cultural, as subjetividades dos indivíduos envolvidos, a importância da área protegida, etc. Logo, não é um processo simples e demanda tempo, paciência, esforço, comprometimento e estudo.

CAPÍTULO 4: PARQUE PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ

4.1. Itaboraí: uma cidade marcada por ciclos de auge e decadência

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí está localizado no distrito itaboraiense de Cabuçu, no bairro de São José. Por estar situado no município de Itaboraí é impossível separar a dinâmica do Parque com a dinâmica da cidade.

A palavra Itaboraí possui origem indígena, o que revela a influência dos índios na região, que foram os primeiros habitantes da cidade. De origem tupi, o nome Itaboraí significa pedra bonita escondida na água, por causa de uma fonte de água encontrada onde hoje se situa o centro histórico da cidade. O município encontra-se em uma região conhecida como Recôncavo da Guanabara e foi povoado em 1567, dois anos depois da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (MELO *et al.*, 2007).

Da sua origem em 1567, até o século XIX, a cana-de-açúcar foi a principal atividade da região. Marcado pela tradição escravocrata, as plantações e os engenhos de açúcar de Itaboraí formaram o que Lamego (1964) denomina de “Civilização do Açúcar”. De acordo com Melo *et al.* (2007), durante a “Civilização do Açúcar”, o município de Itaboraí foi um dos mais prósperos da região fluminense. A produção oriunda do plantio da cana era escoada pelo Rio Porto das Caixas até a Baía de Guanabara.

A atividade açucareira segundo Benavides (2009) entrou em decadência no início do século XIX, devido ao esgotamento da terra, a menor disponibilidade de mão-de-obra escrava e a concorrência com Campos dos Goytacazes. Culminando no primeiro declínio econômico do município. Após esse primeiro momento de decadência, instaurou-se com mais força a cultura do café na região, que de acordo com o autor (*op. cit.*) “se desenvolveu em meio ao abandono das fazendas de cana”.

A cultura do café revitalizou a região de Itaboraí, que voltou a viver a prosperidade de outrora, porém por um curto período de tempo, pois o município voltou a decair economicamente. A construção da estrada de ferro Cantagalo, diminuiu a importância comercial do Porto das Caixas, e permitiu a ligação da capital com regiões mais produtivas do que Itaboraí, desse modo, a cultura do café foi se deslocando para o vale do Paraíba do Sul (MELO, *et al.*, 2007; BENAVIDES, 2009).

Portanto, na segunda metade do século XIX, Itaboraí vivenciou mais uma vez um declínio, dessa vez, ainda mais acentuado, pois houve juntamente com a decadência da cultura cafeeira o esvaziamento da região por causa de uma grande incidência de febre tifóide e malária, que ficaram conhecidas como as “febres do Macacu”. Esse evento provocou a morte de um grande número de pessoas e também a fuga de uma grande parcela da população (MELO, *et al.*, 2007; BENAVIDES, 2009).

A partir do século XX surge na região uma nova atividade econômica, o plantio de laranjas, que desponta por volta de 1913, sendo a atividade mais expressiva da região durante esse século (MACHADO, 1997). A importância da citricultura da laranja foi tamanha que a cidade ficou conhecida como “terra da laranja”, e ainda hoje é dessa forma reconhecida por muitas pessoas, apesar da produção de laranja ter praticamente se extinguido (MELLO, *et al.*, 2007).

A decadência da atividade econômica do plantio da laranja não tardou a chegar, o mercado que aquecia a cultura de laranja era basicamente o externo, no entanto, entre a década de 1920 e a de 1950 o mercado externo foi marcado pela instabilidade dos períodos de guerras. A crise se aprofundou na segunda guerra, devido à falta de mercado e a baixa produtividade dos laranjais (MELLO, *et al.*, 2007).

Logo, uma nova crise no setor econômico assolou a cidade de Itaboraí. Entretanto, essa crise se deu de maneira menos aguda que as anteriores, pois o mercado de laranjas não chegou a ser em momento nenhum muito estável por ter coincidido desde o seu início com os períodos de guerras e entre guerras. Ademais, de acordo com Machado (1997) ainda no século XX a indústria manufatureira ganhou espaço na região, em principal a de cerâmica e olarias, além do levante econômico proporcionado pela Companhia de Cimento Portland-Mauá, que explorou o calcário da Bacia de Itaboraí de 1933 a 1884 (hoje preenchida por água, essa bacia está localizada no interior do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, no bairro de São José).

Desse modo, a Bacia de Itaboraí e conseqüentemente o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí também fazem parte desse ciclo de decadências e prosperidades que ocorreram no município de Itaboraí. De acordo com Melo *et al.* (2007) a história do distrito de Cabuçu (onde se encontra o bairro de São José e o Parque Paleontológico) foi de grande expressividade durante os períodos de intensa produção agrícola, tanto na época da cultura de cana-de-açúcar nos século XIX, quanto na produção de laranjas para exportação. Fato que consolida a importância da região de Cabuçu (incluindo o bairro de São José) para o desenvolvimento da cidade, tanto nos períodos marcados pela

agricultura, quanto posteriormente quando a região foi marcada pela industrialização e urbanização.

Depois dos anos 1970 até os dias atuais, a região vem sofrendo um acelerado processo de urbanização. As indústrias se diversificaram, e as antigas olarias se enfraqueceram e deram espaço para o surgimento de agroindústrias e metalúrgicas. Apesar do aumento do número de indústrias, o processo industrial não conseguiu inserir no mercado grande parte da população residente na cidade, e Itaboraí tornou-se uma cidade-dormitório para trabalhadores de Niterói e do Rio de Janeiro (MACHADO, 1997).

Entre a década de 1970 e 1980 a população urbana da cidade cresceu de forma acelerada, em contrapartida, as áreas rurais foram reduzidas, e esse movimento de expansão urbana e decréscimo rural vêm ocorrendo até os dias atuais. A característica marcante do processo de urbanização de Itaboraí é seu desordenamento. O processo de loteamento da cidade foi realizado através da construção de bairros residenciais, principalmente de população de baixa renda. (BENAVIDES, 2009).

De acordo com Machado (1997) grande parte do processo de crescimento da população tem origem na construção da BR 101 (Niterói - Manilha), que diminuiu drasticamente o tempo de viagem entre Itaboraí e Niterói e transformou a cidade em uma alternativa barata próximo ao trabalho. De acordo com esse autor (*op. cit.*) a população de Itaboraí não estabelece raízes com a cidade, não é desenvolvido nos moradores o sentimento de pertencimento, pois muitos passam a maior parte de seus dias trabalhando e convivendo em outros lugares.

Esse fato talvez seja o principal motivo da perda do sentido de territorialidade de uma população, pois grande parte dela é móvel, seguindo a mobilidade do trabalho. O tempo perdido no deslocamento significa que o tempo de permanência nas residências também é curto, de modo a dificultar um senso comunitário (MACHADO, 1997, pg. 38).

Desse modo, a partir desse pequeno histórico é possível perceber que o desenvolvimento da cidade de Itaboraí se deu principalmente devido a sua localização, nas proximidades do Rio Porto das Caixas, que segundo Mello *et al.* (2007) permitia o influxo de mercadorias e também facilitava o comércio com o estado de Minas Gerais, assim Itaboraí representava o melhor acesso a Minas no século XIX.

No entanto, também é possível perceber que durante o processo de desenvolvimento da cidade houve inúmeros episódios de sucessos, de prosperidades econômicas, mas também ocorreram fases de grandes colapsos. A respeito da história de Itaboraí, Machado (1997) afirma que:

No passado, o território banhado pelo rio Caceribu e seus afluentes foi uma área agrícola rica com uma importante população rural. Essa trajetória, desde o passado agrícola até o presente urbano, merece ser estudada por um motivo: a evolução do povoamento e os sucessivos períodos de crescimento e decadência da economia do vale do Caceribu representam em escala menor, e por isso mesmo mais complexa, os conflitos, contrastes e desigualdades que caracterizam até hoje a sociedade brasileira (MACHADO, 1997, pg. 1).

Da mesma maneira, é possível perceber esses episódios de sucessivas conquistas e fracassos, em menor escala na história do bairro de São José, que também ostentou uma fase próspera (devido ao estabelecimento da cultura de cana-de-açúcar e posteriormente de laranjas, mas, sobretudo devido à instalação da Companhia de Cimento Portland-Mauá) que se encerrou de maneira repentina. E hoje, assim como no resto da cidade de Itaboraí, mantém uma população pobre, que necessita migrar diariamente para outras cidades para trabalhar.

4.2. Itaboraí no contexto atual: território, economia, sociedade e política ambiental

Atualmente o município de Itaboraí é basicamente urbano, sem grandes áreas rurais e sem ordenação específica. O crescimento se deu de modo desordenado e a ocupação do solo se fez de forma intensa e irregular (COSTA & PIMENTEL, 2005). O município, de acordo com o senso do IBGE (2010) é composto por um grande contingente de indivíduos vivendo em situação de pobreza (28, 9%) e apresenta uma proporção de domicílios abaixo da linha da pobreza maior do que a média estabelecida para o estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Oliveira (2005), os municípios do vale do Caceribu, incluindo Itaboraí, constituem no que o autor (*op. cit.*) denomina de “novas áreas de expansão da pobreza”. Itaboraí está na rota de deslocamento dos trabalhadores que migram à procura de custos de vida mais baixos. Desse modo, a cidade atrai muitos imigrantes, e provavelmente essa situação irá se agravar com a instalação do Comperj.

A área central de Itaboraí, de acordo com Benavides (2009), mantém-se um pouco mais elitizada que as áreas periféricas (o distrito de Cabuçu e o bairro de São José são exemplos de áreas periféricas). O município ainda conta com um elevado número de desempregados, que de acordo com o senso IBGE (2010), encontra-se acima de 20%.

As principais atividades econômicas da região são o setor de serviços, o comércio, transporte, comunicação, construção civil, indústria de transformações, apicultura, pecuária, agro-turismo, gastronomia e citricultura (FERRAZ, 2011a).

No entanto, segundo Melo *et al.* (2007) e Benavides (2009), a economia gira principalmente em torno do setor de serviços, pois desde a crise dos anos 70 na citricultura, a agricultura não tem sido expressiva para o município, e a produção industrial diminuiu consideravelmente com o enfraquecimento das olarias. Porém mesmo o setor de serviços não é bem desenvolvido na região, e não se expandiu de forma homogênea no município, de acordo com Costa & Pimentel (2005):

O setor de serviços não acompanhou proporcionalmente o processo de urbanização da região, sendo precária a situação dos distritos mais afastados da rodovia, sem infraestrutura suficiente, localizados nos limites do município com Maricá e São Gonçalo (COSTA & PIMENTEL, 2005, pg. 8).

Essa região que Costa & Pimentel (2005) citam como sendo precárias no setor de serviços, mais afastadas da rodovia, próximas a São Gonçalo e Maricá, engloba justamente o distrito de Cabuçu, e, desse modo, o bairro de São José (Figura 1). Essa região é visivelmente mais rural do que o distrito de Itaboraí, sendo possível observar, assim como afirmam Costa & Pimentel (2005), a deficiente estrutura da região, e a diminuição progressiva do comércio quando se adentra no distrito de Cabuçu.

De acordo com o senso do IBGE (2010), o município de Itaboraí possui uma área total de 424,219 Km² e uma população que atinge cerca de 218.090 habitantes. Alojado na margem da Baía de Guanabara, Itaboraí faz divisa com outros cinco municípios: Macacu, Guapimirim, Maricá, Tanguá e São Gonçalo.

O município possui ao total oito distritos: Itaboraí, Porto das Caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pacheco (Figura 2). O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí está localizado no 6º distrito, o distrito de Cabuçu, mas precisamente no bairro de São José.



Figura 1: Mapa do município de Itaboraí. É possível visualizar o distrito itaboraiense de Cabucu e adjacências. A esquerda de Cabucu está localizado o bairro de Santa Isabel, município de São Gonçalo e abaixo o município de Maricá. Modificado de <http://wikimapia.org/#lang=pt&lat=-22.822390&lon=-42.897491&z=11&m=b&show=/6056561/pt/Itaboraí>.



Figura 2: Mapa representativo dos oito distritos do município de Itaboraí. Retirado de Ferraz (2013a).

O distrito de Cabucu apesar de não possuir atualmente uma agricultura expressiva e registrar nos últimos anos um aumento da população, possui características rurais. Na Figura 3 é possível observar que Cabucu está incluído no rol dos distritos com menor número de urbanização. De acordo com Melo *et al.* (2007), observa-se que

Itaboraí, Manilha e Itambi possuem o maior número de habitantes, enquanto Cabuçu e os demais distritos apresentam uma população bem menor e uma pequena área urbana.

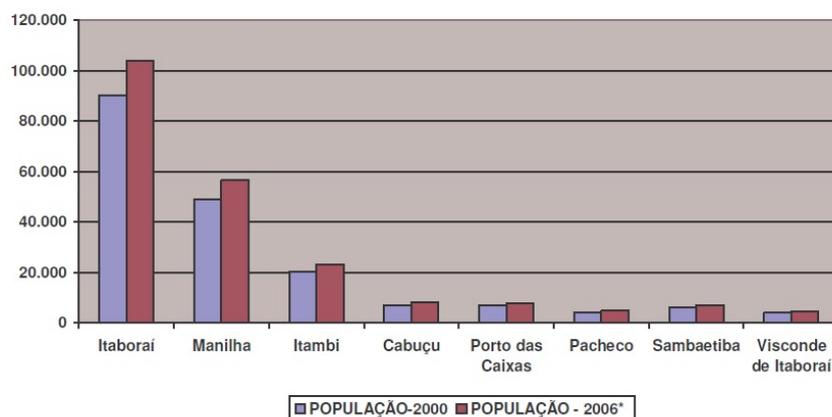


Figura 3: Gráfico demonstrativo do número de habitantes nos distritos de Itaboraí. Fonte: Comperj (2012).

De acordo com Melo *et al.* (2007) o fator mais sobressalente desse distrito constitui na Bacia calcária de São José (atual lagoa de São José), devido a importância econômica que esta representou para a região em tempos passados (por conta da exploração de calcário pela Companhia de Cimento Portland-Mauá para a fabricação de cimento) e também pelos achados fósseis que foram e são até hoje muito importantes para a ciência brasileira.

A vegetação em Itaboraí é bem diversificada, apesar de devastada devido à degradação ambiental provocada pelas atividades econômicas da região e pelo intenso processo de urbanização (FERRAZ, 2011a).

O ecossistema do município é composto principalmente por pastagens, manguezais e remanescentes de Mata Atlântica. De acordo com Melo *et al.* (2007) alguns desses ecossistemas são altamente relevantes, como a área de manguezal de Itambi (localizada na foz do Rio Caceribú), as áreas de remanescente de Mata Atlântica da Serra do Barbosão (localizado na divisa com Rio Bonito), a Serra do Lagarto e Serra de Cassorotiba do Sul (ambos situados na fronteira com Maricá) e ainda a região do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, nas margens da Lagoa de São José. É possível observar as áreas de remanescentes da Serra do Barbosão, Serra do Lagarto e da Serra Cassorotiba do Sul na Figura 4.

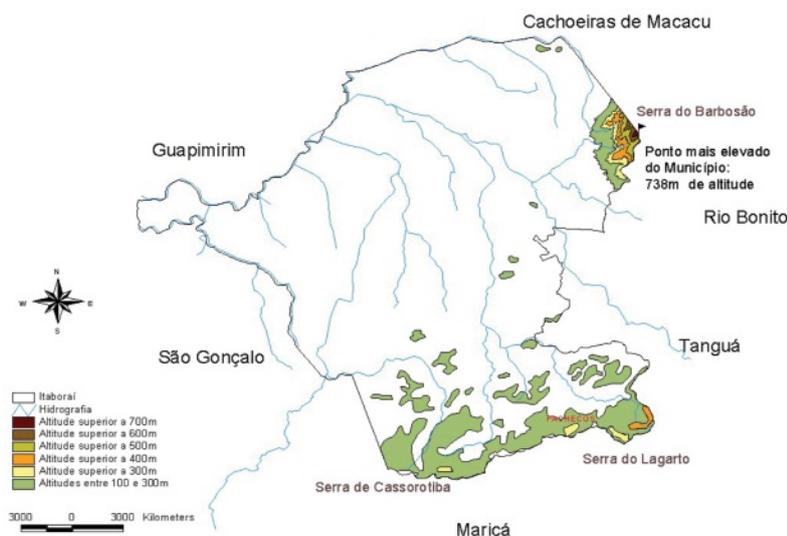


Figura 4: Pontos de remanescentes de mata atlântica em Itaboraí. Retirado de Ferraz (2013a).

Os remanescentes de mata atlântica da Serra do Barbosão e da Serra do Lagarto são encontrados nas regiões mais elevadas do município. De acordo com Ferraz (2011a), Itaboraí apresenta em seu território 11% de áreas cobertas por resquícios de mata atlântica. No entanto, apesar da existência desses locais, as regiões de mata atlântica do município encontram-se muito fragmentadas e aparecem em locais isolados.

A Serra do Barbosão constitui em uma área protegida, e compõe o Parque Natural Municipal Serra do Barbosão. Esse Parque apesar de se encontrar na região de fronteira de Itaboraí com Tanguá pertence somente ao município de Tanguá (Ministério de Meio Ambiente, 2014).

A Serra do Lagarto é a principal via de acesso de Itaboraí para o município de Maricá, esta região ainda não é salvaguardada pelas categorias de proteção do SNUC. Entretanto, de acordo com Ferraz (2011b), uma das grandes prioridades do município de Maricá é criar uma unidade de conservação na Serra do Lagarto.

Desse modo, apesar da proximidade de algumas áreas com importantes remanescentes florestais, Itaboraí só possui uma área protegida de alcunha municipal, o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. No entanto, é necessário ressaltar que apesar da denominação, essa área não constitui na categoria parque do SNUC, o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí é na realidade caracterizado como Área de Preservação Permanente (categoria pertencente ao Código Florestal) pela Lei Municipal 1.346 de 1995.

Existem ainda nos limites de Itaboraí duas Áreas de Proteção Ambiental⁹ (APA) que compõe o quadro de áreas protegidas dessa região, a Área de Proteção Ambiental do Rio Macacu e a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (Ministério do Meio Ambiente, 2014). A APA do Rio Macacu, de gestão do Inea (Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro), localiza-se nas margens do Rio Macacu e seus afluentes, e compreende os municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Guapimirim. Essa APA é absolutamente relevante para a região, pois os rios afluentes da Bacia do Rio Macacu abastecem Itaboraí, São Gonçalo e Niterói (BENAVIDES, 2009).

Já a APA de Guapimirim localiza-se nos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo e é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Essa área foi criada visando à proteção dos manguezais e também engloba regiões onde vivem pescadores, pessoas que vivem da agricultura e uma população de baixa renda (BENAVIDES, 2009; Ministério do Meio Ambiente, 2014).

A presença destas áreas protegidas nos entornos das bacias dos rios Macacu e Caceribu é de vital importância para a conservação não só dos remanescentes de matas, como também para resguardar esses rios, desse modo, as águas provenientes dos rios dessas bacias são de melhor qualidade do que as encontradas em outras regiões do estado do Rio de Janeiro. Contudo, mesmo tendo as áreas protegidas ao redor das bacias dos rios Caceribu e Macacu, ainda verifica-se a destruição de matas ciliares, que juntamente com a expansão urbana desorganizada, ausência de tratamento de esgotos e o aumento da atividade industrial, promovem a diminuição da qualidade da água desses rios e ainda gera o decaimento da capacidade de armazenamento dessas bacias (BENAVIDES, 2009).

De tal modo, é possível perceber que apesar das áreas protegidas desempenharem uma importante função de proteção dos ecossistemas da região, incluindo as áreas de mata atlântica, de manguezal e de rios, essas sofrem pressão do acelerado crescimento da região, que possui a característica de ser altamente desordenado.

⁹ Área de Proteção Ambiental (APA) de acordo com o SNUC, Lei 9985/00, é “uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importante para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”.

De acordo com Bulhões, Vicens & Fernandez (2012), o caso mais grave de descaso com as unidades de conservação ocorrem em nível municipal, pois as UCs municipais em geral não possuem plano de manejo e a fiscalização é quase inexistente, fato que contribui para a ocorrência de uma série de problemas ambientais como: desmatamentos, incêndios, retirada de madeira, caça e ocupação irregular.

Esse é exatamente o caso do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Após verificar na literatura, constatou-se que o Parque de Itaboraí constitui na única área protegida de responsabilidade do município na região de Itaboraí. E este, assim como tantas outras áreas protegidas municipais, sofre, de acordo Com Santos e Carvalho (2011a), desde sua criação com a ausência de investimento e fiscalização.

No entanto, apesar das dificuldades que passa o Parque, a prefeitura de Itaboraí vem criando alguns instrumentos legais de proteção da natureza. O Município conta desde 2003 com uma conferência que tem previsão de ocorrer bianualmente, a Conferência Municipal do Meio Ambiente (ITABORAÍ, 2008). Em 2008, foi criado o Código de Meio Ambiente do Município de Itaboraí (Lei complementar nº71, de 15 de dezembro de 2008), que estabelece a criação do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA). De acordo com o art. 18º do documento o SIMMA é:

Responsável pelo controle e fiscalização de políticas públicas, serviços ou obras que afetem o meio ambiente, bem como da preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação, controle do meio ambiente e gestão dos recursos ambientais do município.

O SIMMA deve ser constituído por um órgão executivo, que constitui na Secretaria de Meio Ambiente, um órgão de apoio jurídico (o Centro Municipal Jurídico de Meio Ambiente) e um órgão colegiado, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA). Esse último consiste em um órgão consultivo e deliberativo, e é obrigatória a divulgação dos atos do COMDEMA (ITABORAÍ, 2008).

De acordo com o Código de Meio Ambiente (Itaboraí, 2008), o SIMMA é a instância responsável por propor a criação e o gerenciamento das unidades de conservação municipais e também cabe a esse órgão implementar os planos de manejos das áreas protegidas.

Portanto, esse órgão está diretamente relacionado com a manutenção, gestão e fiscalização do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Desse modo, desde pelo menos 2008, o município possui uma instância incumbida da conservação desse Parque,

apesar de o Parque Paleontológico não contar com uma boa infraestrutura e da ausência de recursos humanos e financeiros.

Outro instrumento legal relacionado com proteção da natureza em Itaboraí foi sancionado em 2010, e consiste na Lei nº 2176, de 28 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Ambiental do Município de Itaboraí. É interessante notar como essa última lei se assemelha muito com o Código de Meio Ambiente de Itaboraí. Ambos os aparatos legais instituem a participação como um dos princípios fundamentais para a implementação da política de meio ambiente do município. De modo que, a discussão sobre a participação social no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí torna-se pertinente para desempenhar uma determinação legal.

É possível perceber que os maiores avanços com relação à política ambiental do município de Itaboraí ocorreram a partir do ano de 2008, que coincide com o início das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Escolhida como cidade sede do Comperj em 2006 é provável que o progresso da política ambiental do município esteja diretamente ligado com a implementação desse grande empreendimento.

4.3. O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, como já mencionado anteriormente, localiza-se no bairro de São José. Com cerca de 2.500 moradores o bairro possui características rurais, apesar de que nos últimos anos a região vem apresentando um elevado crescimento populacional, fato que tem colaborado com a substituição das propriedades rurais por loteamentos de casas dispostos de maneira irregular, sem um prévio planejamento (MELO *et al.*, 2007).

O caminho que leva ao bairro de São José a partir de Niterói cruza os bairros de Alcântara e Monjolos, pertencentes ao município de São Gonçalo, que constituem em bairros bem urbanizados, onde é possível observar durante o trajeto muitas casas e amplos comércios. No entanto, conforme o caminho aproxima-se de Cabuçu, as casas tornam-se mais espaçadas, com quintais maiores, nota-se algumas grandes propriedades, é possível observar alguns pastos, gados e menor intensidade de comércio. Quando se adentra em Cabuçu e posteriormente em São José, as características rurais tornam-se ainda mais claras, é possível visualizar cavalos pastando nas ruas, galinhas ciscando no

quintal das casas e sendo vendidas nos armazéns da região. Desse modo, pode-se notar que apesar da urbanização dos últimos anos, a região ainda mantém a inclinação rural.

O bairro de São José pertence a uma região desprovida de muitos benefícios socioeconômicos. De acordo com Santos e Carvalho (2012), a população residente no bairro não possui um poder econômico elevado. Esses pesquisadores entrevistaram moradores do bairro de São José de Itaboraí e outras pessoas que possuem vínculo estreito com esse local, e constataram que a renda mensal de mais da metade dos entrevistados não excede dois salários mínimos, e que uma grande parcela dos entrevistados (41%) não possuem salário fixo. A respeito da estrutura física e econômica do bairro, Santos & Carvalho (2012) afirmam:

Em relação aos aspectos socioeconômicos, São José de Itaboraí não possui estradas pavimentadas, é carente em saneamento básico (água encanada e tratamento de esgoto) e apenas uma empresa de ônibus circula no local (Viação Rio Ita). Não há hospitais no bairro, somente um posto de saúde. Duas escolas públicas funcionam na localidade, o Colégio Estadual Francesca Carey (ensino médio) e a Escola Municipal Professora Maria Cristina Soares Fróes (ensino fundamental). Possui uma capela católica e muitas igrejas evangélicas. São José de Itaboraí contém um pequeno comércio que atende à demanda do lugar, elevado índice de desemprego e, as áreas de lazer se restringem a um campo de futebol e ao Parque Paleontológico (SANTOS & CARVALHO, 2012, pg. 245).

Desse modo, é possível observar a problemática social e econômica do bairro. A população é carente em muitos aspectos, no quesito educação, na saúde, em oportunidades de emprego e na possibilidade de lazer. Em conversa informal com um morador durante uma visita ao Parque notou-se o desapontamento relativo à situação atual do local. Este relatou a dificuldade de arrumar emprego na região, e por conta dessa situação de desemprego ocorreu à partida de vários moradores para outros lugares. Queixou-se ainda da falta de áreas para recreação no bairro, e lembrou a existência de um cinema em tempos passados com aparente saudosismo.

É nesse contexto que se insere a Bacia de Itaboraí, localizada dentro do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, e é justamente essa bacia que impulsionou a importância do Parque.

Segundo Bergqvist *et al.* (2002), a Bacia de Itaboraí constituiu num dos mais importantes jazidos de fósseis do Brasil. A bacia consiste em uma depressão onde são depositados sedimentos (Figura 5). Esta possui cerca de 60 milhões de anos e constitui

em uma das menores bacias sedimentares brasileiras, com cerca de 1.400 m de comprimento por 500 m de largura. Porém, seu reduzido tamanho não diminui sua relevância para a paleontologia, pois esta se encontra preenchida por rochas calcárias ricas em fósseis e possui o registro mais antigo da fauna (principalmente de mamíferos) e flora do Brasil desde a extinção dos dinossauros no Cretáceo¹⁰.



Figura 5: Depressão da Bacia de Itaboraí antes do preenchimento com água. Fonte:

http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=3533

Esse sítio preserva uma rica e variada quantidade de fósseis tanto de vertebrados, como de invertebrados. Os achados na Bacia de Itaboraí compreendem fósseis quase completos e fragmentados de mamíferos, répteis, aves, anfíbios, vegetais e gastrópodes (classe de moluscos) (BERGQVIST, *et al.*, 2002; BERGQVIST, *et al.*, 2006).

Os fósseis de mamíferos ali encontrados são tão relevantes que foi proposto por Marshall em 1985, a inclusão na tabela geológica¹¹ de uma idade nomeada de Itaboraiense, em homenagem a essa bacia, regulando com a idade que possui os restos fossilíferos dos mamíferos encontrados na Bacia de Itaboraí, devido à abundância, qualidade e diversidade desses fósseis, e principalmente a sua importância para o entendimento da evolução dos mamíferos na América do Sul. Dessa forma, por conter uma fauna fossilífera de mamíferos bem antiga, a Bacia de Itaboraí é conhecida como o

¹⁰ O Cretáceo corresponde ao período da tabela geológica que iniciou a aproximadamente 140 milhões de anos, e seu término a 60 milhões de anos atrás culminou com a extinção em massa de inúmeras espécies de animais e vegetais na Terra, incluindo os grandes répteis (CARVALHO, 2007).

¹¹ Tabela Geológica constitui em uma escala de tempo baseada nos eventos geológicos ocorridos no Planeta Terra desde sua formação até o presente. De acordo com acontecimentos importantes na história da vida da Terra, como grandes extinções, esta tabela é dividida em éons, eras, períodos, épocas e idades (CARVALHO, 2007).

berço dos mamíferos no Brasil (BERGQVIST, *et al.*, 2002). A esse respeito Bergqvist, *et al.* (2006) afirma:

O patrimônio fossilífero de Itaboraí é de importância científica inestimável para o reconhecimento da América do sul como berço de diversos grupos faunísticos continentais. Ali se encontram registros do início da história de vários táxons animais, que hoje possibilita ao Brasil a ostentar uma das maiores biodiversidades do planeta. Além disso, na área da bacia também são encontrados artefatos arqueológicos que nos remetem a alvorada do homem nas Américas (BERGQVIST, *et al.*, 2006, pg. 11).

Desse modo, além da relevância paleontológica e geológica, é possível vislumbrar mais um aspecto das múltiplas importâncias do Parque, pois a Bacia de Itaboraí ainda guarda registros da ocupação humana, agregando também uma importância ímpar na arqueologia.

Artefatos da ocupação pré-histórica do homem, incluindo artefatos líticos¹² e uma fogueira, foram encontrados numa região de alta altitude denominada Morro da Dinamite. Os Sítios Arqueológicos de Itaboraí fazem parte da Região Arqueológica de Manguinhos (BELTRÃO, 1989). O sítio que compreende o Morro da Dinamite é considerado o mais antigo das Américas, e teria sido habitado pelo *Homo ergaster*¹³. Além do Morro da Dinamite, outras descobertas revelaram outros sítios arqueológicos situados na área do Parque Paleontológico de Itaboraí, denominados de Sítio do Sílex, Morro Verde e Sítio Paleontológico (BERGQVIST, *et al.*, 2002).

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, apesar de ter sido criado para atender principalmente os objetivos de conservar os patrimônios geológicos, paleontológicos e arqueológicos ali encontrados, também detém uma rica flora. Fato que agrega mais valor ao Parque, principalmente associado à capacidade interdisciplinar deste. É possível observar na área do Parque resquícios de Mata Atlântica. Uma área coberta por vegetação circunda a Lagoa de Itaboraí, no entanto, muitos pontos ainda necessitam de reflorestamento.

Os achados fósseis da Bacia de Itaboraí foram encontrados durante a exploração de calcário na Bacia pela Companhia Nacional de Cimento Portland-Mauá (CNCMP).

¹² Artefatos líticos são utensílios fabricados a partir do aproveitamento das rochas, produzidos pelo homem pré-histórico para diversas finalidades, como cortar, raspar, moer, triturar, quebrar sementes e se defender (PALLESTRINI & MORAIS, 1982).

¹³ *Homo ergaster* de acordo com Tattersal (2006) constitui em um dos possíveis ancestrais da espécie humana atual, o *Homo sapiens*.

Essa companhia explorou a Bacia economicamente de 1933 a 1984. Durante quase cinquenta anos o calcário retirado da Bacia foi empregado na produção de cimento, utilizado em grandes construções, como na edificação do Estádio Mário Filho (Maracanã) e da ponte Presidente Costa e Silva (Rio - Niterói). Quando a empresa encerrou suas atividades no local devido à diminuição do mineral, em 1984, a água subterrânea, que antes era bombeada pela companhia preencheu a Bacia, e desse modo na depressão desta surgiu uma lagoa (Figura 6), conhecida como Lagoa de Itaboraí, que hoje abastece de água a comunidade de São José e as regiões adjacentes (BERGQVIST, *et al.*, 2006).



Figura 6: Bacia de Itaboraí em 2012, preenchida com a água subterrânea.

Atualmente apesar do preenchimento com água na bacia, que prejudicou bastante a busca de fósseis, ainda é possível encontrar alguns vestígios de organismos pretéritos, principalmente gastrópodes, conforme é possível observar nos afloramentos próximos à lagoa e nos laboratórios existentes no Parque. Os fósseis depositados nos laboratórios foram coletados e guardados para fins didáticos.

Durante o período de funcionamento da mineração, a região foi bastante próspera, devido aos benefícios sociais e econômicos gerados pela empresa, pois permitiu a urbanização do bairro e a elevação da renda dos moradores da região devido à geração de novos empregos. Entretanto, com o fim do empreendimento a região entrou em decadência. (SANTOS & CARVALHO, 2011a; SANTOS E CARVALHO, 2012).

Após a partida da Companhia Nacional de Cimento Portland-Mauá (CNCMPM), a região onde se situa a Bacia foi invadida e algumas casas foram erguidas na região onde hoje se encontra o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí (MANSUR & NASCIMENTO, 2007). As casas existentes no interior do Parque encontram-se ao lado das estruturas destinadas a visitação, bem próximas ao galpão que suporta uma mini exposição e dos laboratórios (Figura 7).



Figura 7: Casas localizadas nas proximidades das estruturas de visitação no interior do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí foi criado em 1995, porém antes mesmo da criação do Parque, em 1990, a Prefeitura Municipal de Itaboraí no intuito de proteger local, declarou a área como sendo de utilidade pública. Cinco anos mais tarde, a Prefeitura de Itaboraí sancionou a Lei nº 1.346/95, que estabelece o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí (Figura 8), tendo como objetivos a conservação, recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais, além do desenvolvimento de estudos científicos e do intuito de promover a educação de turistas e moradores (BENAVIDES, 2009).



Figura 8: Placa indicando a localização do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí e o portal de entrada do Parque.

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí foi criado devido à pressão exercida pelos paleontólogos junto a Prefeitura de Itaboraí. No entanto, segundo Castro & Machado (2011) não houve o envolvimento da população local nas ações referentes à instituição do Parque.

A criação do Parque foi então realizada de forma autoritária, nesse sentido as percepções e experiências dos indivíduos que habitam esse bairro e dos que moram dentro da área do Parque não foram computadas. Não houve o interesse naquele momento por parte da gestão pública em conhecer os sentimentos e interesses da população, de modo que a visão popular foi desconsiderada nas estratégias de criação do Parque.

Desse modo, o não envolvimento da sociedade na criação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí pode gerar negligência pela população com os assuntos relacionados ao Parque, pois os moradores podem não se sentir envolvidos com essa área protegida e, portanto não entender a importância desse patrimônio. No entanto, apesar da população não ter participado das estratégias de criação do Parque, não se sabe se atualmente existem esforços no sentido de envolver a população na gestão desse local. Portanto, será averiguado no presente trabalho se atualmente as práticas participativas fazem parte das estratégias de gestão do Parque.

De acordo com Santos & Carvalho (2011a) o Parque carece de uma boa infraestrutura, recursos humanos e financeiros. Os autores (*op. cit.*) entrevistaram alguns professores da Rede Pública de Itaboraí, que apontaram alguns aspectos negativos da estrutura do local. Segundo esses, muitos são os problemas visualizados no Parque, como a necessidade de reforma da infraestrutura, a precariedade nas vias de acesso, a urgência do reflorestamento da área, a necessidade de melhorar o atendimento aos visitantes, a ausência de guias turísticos e de recepção, a necessidade de implementação de placas de sinalização, iluminação adequada e a recuperação dos fósseis que foram descobertos em Itaboraí, mas estão localizados em outras instituições.

As constatações dos professores com relação à estrutura do Parque são muito pertinentes, e ao observar a área é possível notar que muito ainda precisa-se fazer em prol da estrutura deste. No entanto, algumas obras foram realizadas no interior do Parque. As mais notáveis constituem nos dois galpões pertencentes à antiga Companhia de Cimento Mauá que foram reformados (em um deles está situada uma pequena exposição e no outro foram construídos três laboratórios) e ainda foi erguido um deque para melhor visualização da Lagoa de São José.

O Parque, ainda na opinião dos professores entrevistados por Santos & Carvalho (2011a), carece de medidas voltadas para a valorização e divulgação do patrimônio geológico e paleontológico ali encontrados, como a implementação de atrativos no seu interior, a divulgação por meios de comunicação, placas, panfletos, excursões e exposições.

Portanto, as estratégias de divulgação desse Patrimônio não alcançam o grande público, e em geral fica restrita ao meio acadêmico. Faltam ações que conforme Brilha (2009) afirma, são essenciais para a divulgação de parques com interesse geológico; como a criação de uma página da web, criação de revistas e organização de exposições. No website da prefeitura de Itaboraí, o Parque Paleontológico de Itaboraí não é divulgado como atração turística local. Entretanto, é importante ressaltar que foram criados panfletos para a divulgação do Parque.

Esses problemas relativos à estrutura, valorização e divulgação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, sugerem que as estratégias de geoconservação realizadas nesta área não estão sendo eficientes (SANTOS & CARVALHO, 2011a).

Embora a Prefeitura de Itaboraí tenha criado por meio da Lei nº 1.346/95, o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, fruto do devido reconhecimento do valor científico, econômico, turístico, pedagógico, por parte da comunidade científica e da gestão pública naquele momento, o posicionamento legal por si só não assegura a conservação deste.

A gestão dessa área é uma incógnita a decifrar. Os paleontólogos e arqueólogos estão sempre na área e se empenham muito para suscitar melhorias no Parque. Desse modo, não só a criação foi responsabilidade desse grupo de pesquisadores, como também a manutenção e conservação do Parque. Porém, não foi possível compreender nos trabalhos estudados, registros históricos e nos decretos, nas portarias e leis quem são os atuais responsáveis pela gestão do Parque.

De acordo com Castro & Machado (2011) os pesquisadores continuam atuantes na área, porém as atividades são realizadas através de autorizações verbais. Segundo as autoras (*op. cit.*) são exatamente os cientistas que fazem a captação de recursos para a manutenção e aprimoramento do Parque e que buscam conscientizar a população e os políticos de sua importância.

Portanto, os problemas visualizados no Parque são também resultados do descaso das sucessivas gestões do poder público de Itaboraí com esta área.

Com relação ao envolvimento social, alguns paleontólogos demonstram em seus trabalhos a preocupação com a participação. Santos & Carvalho (2011a; 2012), abordam em seus trabalhos a questão da participação social, porém de maneira secundária. Segundo os autores (*op. cit.*), é imprescindível que a população participe da preservação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí e para que a conservação da área seja plena se faz necessário integrar esforços dos pesquisadores, da população local e do governo. Santos & Carvalho (2011a, 2012) ainda atribuem como papel dos pesquisadores a produção de medidas referentes à conscientização popular sobre a importância desse patrimônio. De maneira que é necessário alertar a população para a importância do patrimônio geológico presente no Parque e dessa forma garantir um fluxo de atividade turística neste, gerando, assim, melhorias socioeconômicas para a região.

No entanto, apesar de considerar relevantes as opiniões dos moradores, os estudos não levaram em consideração a participação direta nas estratégias de gestão. Não é cogitada, nos trabalhos dos autores, a gestão compartilhada como método de participação. Os moradores são questionados e ouvidos, porém os estudos não avaliam a relevância da população participar das decisões relativas ao Parque.

No entanto, é importante ressaltar que esses estudos constituem em importantes discussões em torno da noção de participação social. E de tal modo, representam o início das discussões das relações sociais no Parque, e, portanto, podem ser considerados de absoluta relevância.

É possível notar que apesar da Bacia de Itaboraí não prover mais tantos fósseis devido à invasão da água subterrânea, esse foi um local de grandes descobertas científicas, tanto no ramo da paleontologia quanto na arqueologia. E mesmo antes das descobertas dos espécimes biológicos extintos, a Bacia possuía grande importância social e econômica para a cidade. No entanto, além da importância acadêmica e histórica, o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí possui diversos outros interesses, que são possivelmente menos explícitos, porém de absoluta relevância, como o potencial educativo, socioeconômico, cultural e turístico.

É significativo apontar que o entendimento da mentalidade dos moradores da região sobre a questão do Parque Paleontológico é de extrema relevância para gerar uma geoconservação eficiente. Todas as camadas que mudam e são modificadas pelo Parque devem ser ouvidas. O diálogo entre todos os interessados no Parque é de grande

importância, pois dessa forma é possível traçar as diretrizes para atingir da melhor maneira possível a conservação dessa área.

Segundo Jacobi (1999), é necessária a construção de ferramentas legais e mecanismos de inclusão que garantam a inserção da sociedade local nas decisões. Esse autor (*op. cit.*) cita o conselho consultivo como sendo uma medida adequada de instituir a participação social nas estratégias de gestão. No entanto, Medeiros *et al.* (2006), argumenta que não basta apenas cunhar o conselho consultivo em áreas protegidas, mas também é necessário dentro do conselho, proporcionar igualdade no diálogo e voz ativa para a população local.

Nesse sentido, é importante verificar se existe implementado no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí um conselho consultivo, e caso exista, averiguar se o conselho realmente está sendo utilizado de forma a instaurar uma coparticipação entre os gestores do Parque e a população. Outra questão importante para se examinar é a existência de alguma associação de moradores no bairro, e assim constatar se essa população possui algum engajamento político.

Após essa breve descrição da Bacia de Itaboraí e o contexto histórico no qual essa se inclui, pode-se notar as múltiplas importâncias atribuídas a esse Patrimônio, sejam essas importâncias científicas, sociais, econômicas, educativas ou culturais. O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí agrega uma série de fatores que justifica o investimento na conservação desse lugar.

4.4. Tendências Futuras para o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí e a região: a possível influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) é até o momento o maior empreendimento realizado pela Petrobras em união com outras indústrias. A razão inicial que motivou a concepção desse projeto foi a possibilidade de produzir derivados de petróleo e de produtos petroquímicos. No entanto, com a descoberta do pré-sal¹⁴, houve a ampliação do projeto para incluir o refinamento do petróleo proveniente da Bacia de Campos. De modo que hoje o Comperj possui como principal

¹⁴ Camada de petróleo, descoberta em 2006, que está localizada a mais de sete mil metros abaixo da superfície do mar, encoberto por uma profunda camada de sal (CONCREMAT, 2007).

objetivo refinar 150 mil barris de petróleo pesado por dia proveniente da Bacia de Campos (CONCREMAT, 2007).

O Comperj é considerado no Relatório de Impacto Ambiental - RIMA (Concremat, 2007) do empreendimento como “uma opção competitiva para o crescimento da indústria petroquímica do Brasil”, pois irá induzir a redução da importação de matéria-prima de origem petroquímica e ainda a diminuição de importação de petróleo pesado. De acordo com esse mesmo relatório, o Comperj pode gerar para a economia brasileira mais de R\$4 bilhões por ano.

A localização do empreendimento foi decidida em 2006. Foi escolhido o município de Itaboraí para acolher o Comperj, devido à localização estratégica da região, que assegura facilidades para a empresa. O posicionamento logístico da cidade de Itaboraí foi o maior responsável pela escolha da localização do Comperj, pois o município está situado nas proximidades do arco metropolitano do Rio de Janeiro, do Porto de Itaguaí, da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (CENPES) (BENAVIDES, 2009). Sobre a localização o RIMA (Concremat, 2007) argumenta que:

Em Itaboraí, o Comperj vai viabilizar reutilizar o Arco Metropolitano, de Itaboraí ao Porto de Itaguaí – um antigo e importante projeto do estado do Rio de Janeiro. Ao longo do Arco Metropolitano poderão se instalar indústrias que serão consumidoras de matérias-primas produzidas pelas Indústrias de base situadas nas extremidades do Arco: aço em Itaguaí e plásticos em Itaboraí, no Comperj. Esta localização foi a que proporcionou o melhor aproveitamento da logística existente, mais competitividade para a cadeia produtiva e maior inclusão social, já que distribui benefícios para um número maior de municípios do estado (CONCREMAT, 2007, pg 5).

Ainda de acordo com o RIMA (Concremat, 2007), a implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro irá incentivar a instalação de outras empresas na região, responsáveis pela transformação dos produtos petroquímicos em bens de consumo, como brinquedos, cosméticos, fibras para a indústria têxtil e componentes para a indústria automobilística. É prevista a criação de mais de 200 mil empregos diretos e indiretos.

Desse modo, o Relatório de Impacto Ambiental do Comperj exalta uma série de benefícios que este empreendimento pode gerar para o município de Itaboraí e as cidades vizinhas. Um dos benefícios citados pelo relatório é o provável desenvolvimento da região.

No entanto, apesar da escolha da localização do Comperj ser adequada do ponto de vista logístico e dos muitos benefícios enumerados pelo RIMA, existem inúmeras críticas – ambientais, sociais e econômicas – quanto à instalação do Comperj no município de Itaboraí.

Do ponto de vista ambiental, um dos principais problemas da alocação do Comperj na região se dá devido ao fato do complexo estar sendo implantado nas adjacências da Bacia do rio Macacu e da Bacia do rio Caceribu, e nas proximidades de áreas protegidas dessa região. Desse modo, o Comperj está sendo construído próximo da APA de Guapimirim (menos de 10 km dessa APA), da Serra do Barbosão, do Parque Paleontológico de São José e ainda situa-se inserido dentro da APA do Rio Macacu (BENAVIDES, 2009; HERRERA, 2010).

Além das áreas protegidas relacionadas aos rios Macacu e Caceribu, existem ainda outras unidades de conservação que se situam nas proximidades do Comperj. Como é o caso da APA de Guapiguaçu, a Estação Ecológica da Guanabara (ESEG) e a Estação Ecológica Estadual da Serra do Paraíso (EEE Paraíso). Ademais, o complexo está sendo implementado no meio de um conjunto de unidades de conservação denominado de Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense¹⁵ (HERRERA, 2010; FAUSTINO & FURTADO, 2013).

É possível observar na Figura 9, algumas das áreas protegidas que estão nas proximidades do Comperj. No mapa estão representadas tanto as unidades de conservação que são limítrofes ao Complexo petroquímico (a APA do Rio Macacu, APA Guapi-Guapiaçu, APA Guapimirim e o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí) e as áreas que não fazem fronteira com o empreendimento, mas localizam-se próximo aos Comperj (a APA Petrópolis, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Estadual dos Três Picos, a Estação Ecológica Estadual da Serra do Paraíso, APA do Rio São José, Parque Estadual da Serra da Tiririca e o Parque Municipal Caixa D'água em Rio Bonito).

¹⁵ De acordo com Herrera (2010), os mosaicos representam “um modelo de gestão de unidades de conservação que privilegia a integração de UCs entre si e com seu entorno, alcançando a gestão do nível local ao regional”.

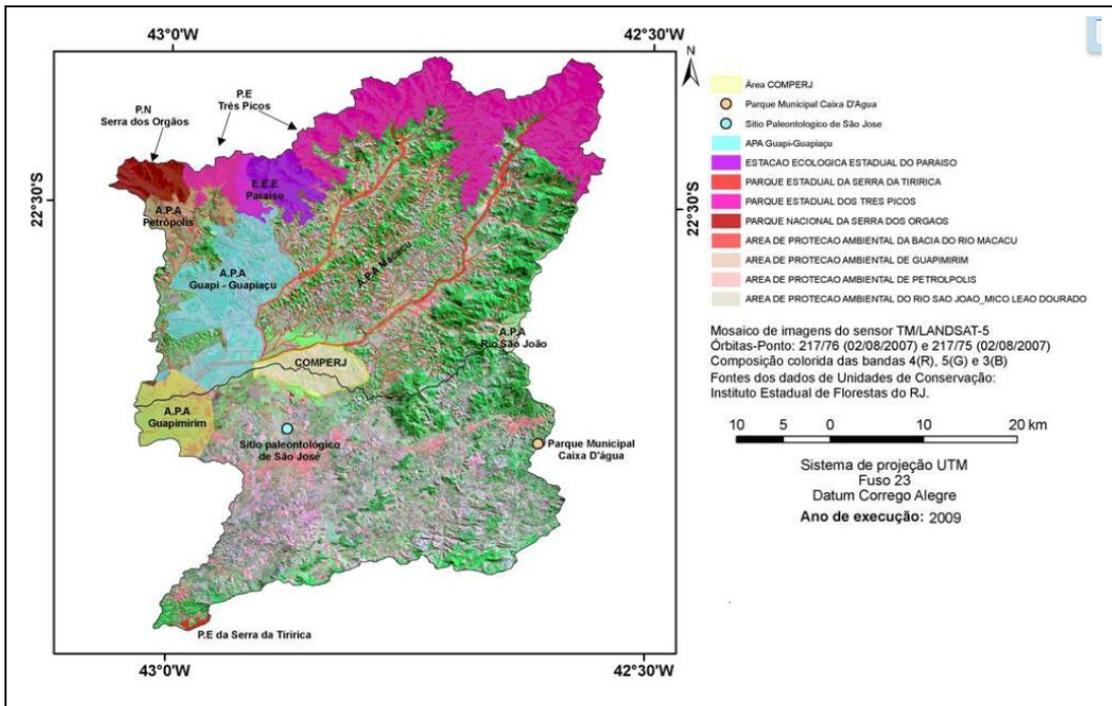


Figura 9: Áreas protegidas localizadas nas proximidades do Comperj. Fonte: Comperj (2013).

Desse modo o Comperj poderá ser prejudicial para a proteção dessas unidades de conservação, já que segundo Faustino & Furtado (2013) a atividade petrolífera e suas cadeias produtivas são altamente impactantes para a natureza. A respeito dos danos que essa atividade pode causar para as áreas protegidas da região Herrera (2010) afirma:

Uma análise crítica sobre a instalação do Comperj na bacia hidrográfica da baía de Guanabara deve considerar necessariamente a ocorrência recente de acidentes envolvendo petróleo e derivados, que atingiram os manguezais do recôncavo da baía causando graves impactos sobre a biota. Dentre estes citamos o acidente da Refinaria Duque de Caxias, em janeiro de 2000, que despejou mais de 1 milhão de litros de óleo combustível na baía de Guanabara, e o acidente da Ferrovia Centro Atlântica, em abril de 2005, quando cerca de 60.000 litros de óleo diesel atingiram o rio Caceribu. Estes exemplos evidenciam que a atividade petrolífera é uma atividade de risco, de modo que eventuais acidentes e seus inevitáveis impactos sobre a biota (agravados em ecossistemas sensíveis como os manguezais) não podem ser negligenciados. Além do risco de acidentes, a própria implantação e operação regular do empreendimento gerará impactos ambientais de proporção considerável (HERRERA, 2010, pg. 41).

Além dos impactos causados nas unidades de conservação adjacentes ao Comperj, Benavides (2009) teme que ocorra um impacto no abastecimento de água da região, devido ao aumento da demanda para o consumo industrial e também por conta

do aumento da população. Outro receio do autor (*op. cit.*) refere-se à redução da qualidade da água dos rios Macacu e Caceribu, devido ao desmatamento da mata ciliar e a contaminação por subprodutos da atividade do refino do petróleo.

Muitos são os impactos que o Comperj pode acarretar para os ecossistemas da região. No entanto, esses impactos não estão restritos as unidades de conservação, matas, mangues e rios. A instalação do Comperj pode gerar (assim como já está gerando) mudanças significativas para a economia, para a população, para o ordenamento territorial, para a saúde e a mobilidade, não apenas do município de Itaboraí, como vários outros municípios da região (COMPERJ, 2012).

São ao todo onze municípios que estão na zona de influência do Comperj¹⁶, desse modo há previsão de expressivas alterações em todos os municípios que se encontram nessa zona de influência. No entanto, Bulhões, Vicens & Fernandez (2012), cogitam que de todos os municípios afetados pelo empreendimento, Itaboraí constitui a região que sofrerá o maior impacto.

Dentre as mudanças socioeconômicas que podem ocorrer (e que já estão ocorrendo) na região, destaca-se o acelerado crescimento urbano realizado de forma desigual e precária. O crescimento desordenado pode gerar vários transtornos como problemas no abastecimento de água da região, aceleração do processo de valorização da terra, crescimento do número de moradias em assentamentos precários, exaustão da rede coletora de esgoto, transtornos com mobilidade, entre tantos outros (SANCHEZ *et al.*, 2009 ; BULHÕES, VÍCENS & FERNADEZ, 2012).

Outro ponto referente aos impactos gerados por grandes empreendimentos da indústria do petróleo está relacionado à desigual distribuição dos impactos socioambientais, já que as diversas camadas da sociedade não são impactadas do mesmo modo. A população menos privilegiada em geral é a que mais sofre com os efeitos negativos. A esse respeito Faustino & Furtado (2013) afirmam que:

Os impactos de grandes empreendimentos como o Comperj atingem de forma diferenciada os diversos grupos sociais. Nesse caso como em muitos outros, são as populações empobrecidas e tradicionais as mais afetadas, revelando um contexto de graves injustiças ambientais (FAUSTINO & FURTADO, 2013, pg. 2).

¹⁶ Os municípios que sofrem influência direta do Comperj são: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá (COMPERJ, 2012).

Desse modo, o bairro de São José de Itaboraí e o Parque Paleontológico, assim como o distrito de Cabuçu, podem ser atingidos pelos impactos resultantes do Comperj, dada a proximidade da região com o empreendimento e devido à condição socioeconômica da região.

O bairro pode vir a sofrer algumas mudanças devido à instalação desse empreendimento. Dentre as possíveis mudanças, pode-se cogitar o aumento da população na região, aumento do número de domicílios em estado precário, urbanização desordenada, aumento da criminalidade e problemas no abastecimento de água.

A tendência do aumento populacional no distrito de Cabuçu e suas adjacências, incluindo São José, pode ocorrer devido ao crescimento da população no distrito de Itaboraí, incentivado pela oferta de emprego da região. De acordo com Benavides (2009), a valorização dos terrenos na área central de Itaboraí provavelmente irá deslocar boa parte da população para a periferia em busca de opções mais baratas de moradia (incluindo o bairro de São José) e desse modo aumentar o número de domicílios em assentamento precário na região. Segundo esse autor (*op. cit.*), a zona central de Itaboraí com a instauração do Comperj tende a ser relativamente abastada, e as periferias mais pobres.

O aumento da população pode gerar vários transtornos para as periferias da cidade. Na perspectiva da promessa de geração de novos empregos, pode haver uma grande demanda de trabalhadores para a região que não serão absorvidos pelo mercado de trabalho, gerando desse modo, um alto contingente de desempregados e de trabalhadores informais. Ademais, após a conclusão da etapa de construção da estrutura física do Comperj, muitos empregados da indústria civil poderão não ser aproveitados após a conclusão da etapa de edificação do empreendimento, aumentando ainda mais o número de desempregados (FIRJAN, 2008; FAUSTINO & FURTADO, 2013). Segundo o relatório do FIRJAN (2008)

Um exercício mostra a dimensão do problema: se 20% da população desempregada dos demais municípios da Região de Influência Ampliada migrasse para a Região de Influência Direta em busca de oportunidades de trabalho que não fossem concretizadas, esse movimento implicaria em um aumento de 9% na população desta última, dobrando a taxa de desemprego desses municípios, com impactos potencialmente graves sobre a qualidade de vida da população local (FIRJAN, 2008, pg. 5).

Esses desempregados tenderão a se concentrar nas regiões periféricas, onde o custo de vida é mais barato (FAUSTINO & FURTADO, 2013). Desse modo, é possível incluir o distrito de Cabuçu e o bairro de São José como regiões de aglomeração de trabalhadores desempregados.

De acordo com Faustino & Furtado (2013) existe um sério risco associado a situações de desemprego e subemprego, que constitui no aumento da violência e da criminalidade. Logo, é possível que com o maior influxo de pessoas, a região onde se localiza o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí sofra com um aumento nos índices de criminalidade.

Outro problema associado a grandes empreendimentos é diagnosticado por Faustino & Furtado (2013), que consideram o aumento da exploração sexual nas regiões de influência destes, em principal as zonas mais pobres e periféricas. De acordo com as autoras (*op. cit.*), “o grande fluxo de trabalhadores terceirizados que chegam para atuar nas obras de instalação e ampliação dos empreendimentos leva ao crescimento do mercado do sexo” (FAUSTINO & FURTADO, 2013, pg. 35).

O crescimento populacional pode também afetar a demanda de água na região, o próprio Relatório de Impacto Ambiental do Comperj (Concremat, 2007), faz alusão à carência de água na região. No caso específico do bairro de São José e proximidades essa questão é ainda mais densa. Pois, de acordo com Bergqvist *et al.* (2006) parte da região é abastecida pela água da Lagoa de São José, situada dentro do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, e a Lagoa, por possuir um tamanho bem reduzido não possui uma capacidade alta de armazenamento de água.

Segundo o ambientalista Sérgio Ricardo de Lima em entrevista a Folha de São Paulo (Anexo 4) a Lagoa vem sofrendo um processo de redução, decorrente do desmatamento da região e dos subsequentes processos de erosão, além da própria retirada da água para o consumo humano. Ao que consta, durante a sua formação a Lagoa possuía 100 metros de profundidade e em 2005 restavam apenas 25 metros.

Ademais, muitos moradores reclamam da qualidade da água proveniente da Lagoa. Entre as reclamações, a mais recorrente é de que a água é muito barrenta, um morador chegou a afirmar que após o banho é necessário varrer o banheiro, pois a terra acumula no chão. Outro problema da utilização da água da Lagoa de Itaboraí se dá devido à existência de metais pesados na água. De acordo com o pesquisador Benedicto Humberto Rodrigues, em entrevista para a Folha de São Paulo (Lopes, 2005), a água da

Lagoa de São José apresenta contaminação por metais pesados, como cádmio, chumbo e alumínio, como consequência da exploração de calcário na região.

Desse modo, pode-se perceber que o consumo de água já constitui em um problema no bairro de São José e adjacências, assim sendo, o aumento populacional na região pode contribuir para o esgotamento da água no bairro e em outras proximidades supridas pela água da Lagoa.

Portanto, podem-se observar os inúmeros impactos socioeconômicos que o Comperj pode causar para a região. No entanto, esses impactos não se restringem a dinâmica urbana, social e econômica. As transformações perpetuadas pelo Comperj vão além e podem atingir também as unidades de conservação. Com relação a essa questão Benavides (2009) alega que a presença de áreas protegidas tem inibido a pressão urbana e a deterioração de áreas de mata ciliar, mangue e rios na região e ainda contribuem para a manutenção da qualidade da água. Entretanto, não impedem totalmente a degradação progressiva dessas áreas, forjada cada vez mais por pressão da urbanização desorganizada desses municípios. De acordo com esse mesmo autor (*op. cit.*) a degradação de unidades de conservação pode se acentuar com a introdução do Comperj.

Assim sendo, o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí não está a salvo de todas as transformações que o Comperj pode suscitar na região. De maneira contrária, o Parque pode sofrer impactos devido à implantação desse empreendimento, principalmente por se tratar de uma área protegida de responsabilidade municipal, já que segundo Bulhões, Vicens & Fernandez (2012), as UCs municipais são as que mais sofrem com o descaso político.

A situação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí se agrava, pois o Parque não é contabilizado pelo RIMA do Comperj (Concremat, 2007) como uma área protegida de influência direta do empreendimento, e nem mesmo indireta.

Portanto, a falta de infraestrutura municipal, de planejamento, de fiscalização, de políticas públicas orientadas para a defesa das áreas protegidas, associadas às demandas de ordenamento territorial, infraestrutura, abastecimento de água e esgoto que um empreendimento como o Comperj requer, podem afetar diretamente a conservação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Dessa maneira, mais do que nunca é preciso zelar, debater e tornar essa área evidente.

Pode-se observar nessas poucas linhas a multiplicidade dos possíveis impactos que o Comperj pode gerar para o município de Itaboraí e seus distritos, incluindo o bairro de São José e o Parque Paleontológico. De acordo com Faustino e Furtado (2013)

o município de Itaboraí carece de infraestrutura urbana, educação, saúde, habitação e outras políticas capazes de lidar com as transformações que grandes empreendimentos como o Comperj podem gerar para a região. De tal modo, toda a demanda necessária para a instalação e funcionamento do Comperj possivelmente pressionará a região do ponto de vista econômico, social e ambiental.

CAPÍTULO 5: CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O intuito do presente trabalho consiste em buscar compreender como os atores sociais relacionados com o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí compreendem a questão da participação social. Para tanto, optou-se por realizar o estudo com base na metodologia qualitativa, pois o objetivo do presente trabalho é justamente estudar os fenômenos que não podem ser quantificados, como os sentimentos e anseios da população que reside no bairro de São José com relação ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí e dos pesquisadores que tanto trabalharam para a instauração dessa área.

Nesta pesquisa, pretende-se ainda avaliar qual a importância do Parque para a população dessa região, qual o sentimento que estas possuem pelo local e que tipo de memória este desperta nesses moradores. Dessa forma, procura-se analisar as subjetividades dos indivíduos que moram no bairro.

De acordo com Minayo (1994), os estudos qualitativos referem-se a questões que não podem ser captadas por medidas estatísticas, pois estão atrelados às aspirações, crenças, valores e atitudes, conferindo, desse modo, significado às ações humanas. Morin (2001) também exalta as virtudes e méritos de realizar um estudo qualitativo, segundo o autor (*op. cit.*):

O desenvolvimento da ciência também esteve intimamente atado à quantificação. O que não pudesse ser quantificado estava eliminado do conhecimento, não existia. Entretanto, a existência não pode ser quantificada. Não há como se quantificar o sujeito humano. Muitas coisas importantes dessa vida não podem ser quantificadas e, nesse sentido a ciência é metáfora. A quantificação não indica nada sobre as qualidades. As qualidades expressam-se por imagens que passam pelo conhecimento mitológico e poético (Morin, 2001, pg. 30).

Desse modo, pretende-se com essa pesquisa compreender as percepções dos indivíduos que moram na região do Parque e dos pesquisadores, gestores e representantes do poder público, e, dessa forma, entender quais as significações que esses atores atribuem a essa importante área de descobertas científicas e, assim, ensaiar um modo diferente de olhar e traduzir aquela realidade. Pois, apesar de trabalhos anteriores, como os realizados por Santos & Carvalho (2011a), Santos & Carvalho (2011b) e Santos & Carvalho (2012), procurarem entender as concepções da população local a respeito da infraestrutura do Parque, da geoconservação, do turismo e do

desenvolvimento, o olhar referente às práticas participativas é diferente do utilizado nesse trabalho. Além desses trabalhos publicados por Santos & Carvalho (2011a, 2011b, 2012) possuírem o parâmetro científico de busca dos resultados baseados na metodologia quantitativa.

É importante frisar que o Parque Paleontológico de Itaboraí está situado no bairro de São José. A categoria bairro faz parte das subdivisões de uma cidade e é considerada a menor porção administrativa desta, no entanto, não consiste apenas num espaço físico onde pessoas estão alocadas, este constitui no local onde ocorrem as interações entre os indivíduos, e que ao estabelecerem essas relações, constroem uma memória coletiva, fruto das relações dos sujeitos entre si e entre esses e o espaço físico comum a todos (COSTA & MACIEL, 2009).

De tal modo, é importante buscar a significação e ressignificação dada pela população do bairro ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, entender se a memória associada pelos moradores locais a esse lugar é positiva, ou se conforme Castro & Machado (2011) afirmam, se essa memória não está associada ao sentimento de pertencimento dessa população, sendo reservados os aspectos positivos dessa memória à época na qual a Companhia de Cimento Portland-Mauá (CNCMP) operava na região.

Portanto, para atingir os objetivos desse trabalho é imprescindível entender as subjetividades da população local, suas percepções, que são frutos de seus sentimentos, da interação desses indivíduos com o meio, com o Parque, com os outros moradores, com os pesquisadores e com o poder público.

De acordo com o interacionismo simbólico, o significado é um produto da atividade social, uma criação que surge da atividade dos indivíduos à medida que estes interagem uns com outros e com os objetos (CARVALHO, BORGES & RÊGO 2010). Logo, o indivíduo forma suas próprias percepções a partir de sua vivência e da vivência partilhada com outros atores, e algumas dessas percepções serão compartilhadas com a coletividade. Desse modo, as significações atribuídas pela população, pelos pesquisadores, pelos gestores e pelo poder público ao Parque de Itaboraí são complexas e são frutos de uma rede intrincada de relações entre pessoas e este local.

Para coletar as informações necessárias para o delineamento desse trabalho, foram utilizadas duas técnicas relacionadas à pesquisa qualitativa, que consistem na entrevista semiestruturada e na observação em campo.

A entrevista, segundo Haguette (2007) “pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro entrevistado” (HAGUETE, 2007, pg. 87). De acordo com Neto (1994) esta consiste numa técnica de grande significância no trabalho científico, pois através desse método podem-se obter dados objetivos e subjetivos. Apesar de ser possível adquirir informações objetivas por outros dados (como em jornais, artigos, livros e estatísticas) os dados subjetivos, relacionados aos valores e opiniões dos entrevistados, só são alcançados diretamente com os atores.

A entrevista com os moradores é importante como já foi dito acima, para entender seus anseios e suas concepções com relação ao Parque e a história deste, e principalmente para compreender questões associadas ao envolvimento da população nas atividades do Parque e nas estratégias de gestão deste. A entrevista com os pesquisadores, gestores e o representante do poder público é igualmente significativa para que seja apreendidas as versões oficiais dos fatos relacionados à criação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, já que os cientistas foram atores fundamentais na criação deste. Além de ser extremamente interessante tentar também compreender as percepções que esses atores possuem a respeito dessa área protegida, qual são seus anseios, suas memórias, suas emoções e seus entendimentos com relação à temática da participação social e da conservação desse patrimônio.

Outra técnica que foi utilizada no trabalho constitui na observação direta em campo, que visa analisar os comportamentos e cenários. Essa prática é interessante para a pesquisa, pois segundo Minayo (1994), é a partir da observação em campo que é possível contrastar os dados obtidos nas entrevistas e durante a observação, além de ser essencial para compreensão do diálogo com o entrevistado.

Nesse sentido, a observação que foi realizada se deu no intuito de entender de forma mais plena o que os entrevistados afirmaram durante as conversas, e também com o objetivo de investigar as discrepâncias obtidas nas entrevistas, assim como para examinar as condições da infraestrutura do Parque e comparar com os depoimentos dados pelos professores para o trabalho de Santos & Carvalho (2011a).

O trabalho de campo, compreendendo a observação direta e as entrevistas foi realizado durante os meses de novembro, dezembro e janeiro, envolvendo o total de onze visitas ao bairro de São José e ao Parque Paleontológico, uma ao centro de Itaboraí e uma última na cidade do Rio de Janeiro, para a realização de entrevista com um ator estratégico.

Para auxiliar na observação foi usado um diário de campo, onde todas as anotações pertinentes à observação foram realizadas, incluindo aspectos objetivos da observação, como a descrição da estrutura interna e externa do Parque, das casas existentes dentro da área do Parque Paleontológico, da disposição estrutural do bairro e as informações em geral da região. No entanto, foram registrados também aspectos subjetivos da observação, como as percepções e sentimentos causados na pesquisadora, além das anotações referentes às conversas com moradores e pesquisadores que não foram gravadas. Para Neto (1994), a adoção de um diário de campo é de grande relevância para auxiliar o pesquisador na análise do objeto estudado, de forma que quanto mais detalhes contidos no diário de campo, maior será a colaboração que este pode conferir ao trabalho.

Ademais, para auxiliar a presente pesquisa, foi utilizado o processo de análise documental. A análise documental é definida por Oliveira (2007) como sendo um método de pesquisa que recorre a fontes primárias, isto é, documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como reportagens de jornais, revistas, cartas, fotografias, normas jurídicas, entre outros meios de coleta de informação. É importante ressaltar que esse método se diferencia da pesquisa bibliográfica, pois esta última refere-se à utilização de informações já trabalhadas por outros autores, ou seja, quando é realizado um tratamento científico prévio.

A análise documental foi utilizada para contextualizar os fatos observados durante a análise de campo, para compreender o contexto socioeconômico, além de reconhecer a trajetória histórica da região e compreender como a questão ambiental e suas diferentes abordagens evoluíram no município de Itaboraí.

Nesse sentido, foi analisado durante a análise documental, o aparato legal brasileiro e do Município de Itaboraí (leis, resoluções e decretos), artigos de jornais, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) produzido pelo Comperj, sites da internet, os registros históricos de Itaboraí, além das análises realizadas nos dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.1. Etapas da pesquisa

Para o melhor desenvolvimento do trabalho, a pesquisa foi sistematizada e dividida em quatro etapas. A primeira constituiu na realização da pesquisa bibliográfica, que segundo Minayo (1994) é indispensável para o andamento do trabalho de pesquisa,

pois, para a autora, é necessário articular a fundamentação teórica com o objeto a ser pesquisado, de forma a criar uma base teórica para se olhar os dados.

No trabalho de revisão bibliográfica, realizado durante a análise exploratória da pesquisa, foram consultados livros, artigos, periódicos, dissertações e teses, além da análise documental, na intenção de realizar um maior aprofundamento sobre a área pesquisada e o objeto de estudo e assim articular os conceitos teóricos com as análises oriundas do campo.

Como o trabalho focou no estudo da dinâmica da participação social no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, um apanhado bibliográfico foi realizado no intuito de ampliar o conhecimento com relação a essa temática. As definições de participação que orientaram o presente trabalho foram extraídas principalmente dos trabalhos de Demo (1988), Jacobi (1999), Loureiro (2004), Gohn (2011) e Loureiro (2012). No entanto, as leituras de outros autores também foram de grande relevância para a construção do referencial teórico e para a estruturação de conhecimentos, conceitos e ideias.

Ademais, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na busca por informações a respeito do patrimônio geológico, natural e cultural, e suas interfaces, com relação às áreas protegidas, sua definição, história e relação com a sociedade humana, e também relativas ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, seu contexto, sua história e as características em geral do Parque e a relação da população de São José com esse local.

A segunda etapa da pesquisa constituiu na elaboração dos roteiros de entrevistas. Como o Parque envolve diversos atores com perspectivas diferentes a respeito dessa área protegida, foram elaborados três roteiros de entrevistas. O primeiro foi delineado contendo questões direcionadas para os moradores do bairro de São José e para os moradores da área interna do Parque (Apêndice 1). Outro roteiro foi arquitetado no intuito de coletar informações junto aos pesquisadores, que realizam diversas ações na área do Parque, e aos gestores (Apêndice 2). Por fim, um último roteiro de entrevistas foi organizado, este foi elaborado para coletar informações junto aos representantes do poder público (Apêndice 3). Os roteiros de entrevistas estão disponíveis para visualização nos Apêndices 1, 2 e 3.

Além dos roteiros de entrevistas foi elaborado o termo de consentimento informado (Apêndice 4), visando esclarecer aos entrevistados os objetivos da pesquisa, e os demais aspectos relativos à entrevista, como tempo de duração, a não

obrigatoriedade de participação e certificar aos entrevistados quanto ao sigilo das mesmas. O documento apesar de elaborado, não foi exposto para os participantes, para evitar constrangimentos dos moradores (pois muitos não sabem ler) e as explicações e o consentimento foram realizadas de maneira oral.

Após a elaboração dos roteiros de entrevistas, adentrou-se na terceira etapa da pesquisa, referente à pesquisa de campo, que incluiu a observação direta, as anotações no caderno de campo, as entrevistas e as conversas travadas de maneira informal em diferentes situações com diversos atores.

As observações foram realizadas durante as visitas ao Parque e ao bairro de São José. Foi realizada uma observação objetiva, que incluiu a análise da infraestrutura do bairro, as condições de acesso a este, os aspectos rurais e urbanos, as escolas do bairro, como se dá o comércio na região, quem são os moradores, entre outras questões observadas. Assim como foram observadas as características estruturais do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, a lagoa, as casas que existem no entorno dos galpões destinados à visitação e a ação dos empregados do Parque.

Ademais, foi através da observação em campo que muitos contatos foram travados com os moradores da cidade. Esses contatos foram de grande importância para a análise e elaboração dos resultados, pois muitas conversas informais foram realizadas nas mais diferentes situações. Esses diálogos por terem sido realizados de maneira menos formal, os interlocutores estavam mais espontâneos e inclusive em algumas conversas os atores confienciaram algumas informações, que embora não podem ser utilizadas diretamente no trabalho, foram importantes para o entendimento do contexto em questão. Todas as informações recebidas foram anotadas no diário de campo, incluindo as conversas informais travadas com os moradores e com os pesquisadores.

Por fim, nesta etapa, foram realizadas as entrevistas. Foi entrevistado um total de oito atores. Cinco desses são moradores do bairro de São José, sendo que um desses indivíduos habita de forma ilegal a região interna do Parque, e os outros moram em outras áreas do bairro, nas imediações do Parque. As outras três entrevistas foram arranjadas com um pesquisador/funcionário do Parque e da prefeitura, um gestor/pesquisador e um representante do poder público. Pode-se observar o perfil detalhado dos moradores no Quadro 1. Ademais o perfil do pesquisador/funcionário, do gestor/pesquisador e do representante do poder público estão alocados no Quadro 2.

Os cinco moradores entrevistados foram selecionados de dois modos: primeiramente a partir da observação em campo e depois através da técnica de

snowball, onde os próprios entrevistados indicam outros participantes. Desse modo, o primeiro morador entrevistado foi selecionado a partir da observação em campo, durante as conversas informais com os moradores, e o restante pela técnica de snowball. O número de moradores que participaram das entrevistas foi delimitado através da amostragem por saturação. Dessa maneira, devido à redundância nas respostas dos cinco entrevistados, interrompeu-se a realização das entrevistas.

Já com relação aos pesquisadores, gestores e representante do poder público, o número selecionado esteve intrinsecamente relacionado com a disponibilidade dos atores para a realização das entrevistas. Apesar de se mostrarem solícitos e compreensivos com o projeto, muitos não se encontravam disponíveis durante o tempo hábil do presente trabalho, que determinou a pesquisa com três indivíduos.

As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente para a posterior sistematização dos dados e a análise dos resultados. A análise dos resultados compreendeu a quarta etapa dessa pesquisa e a interpretação das informações obtidas durante as entrevistas foi realizada com base na Análise de Conteúdo, visando produzir inferências a respeito dos conteúdos presentes nas frases dos entrevistados. De acordo com Moraes (1999) a Análise de Conteúdo consiste em:

Uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, pg. 8).

Para tanto foram estabelecidas algumas categorias *a priori*, com base nos questionamentos estabelecidos nas entrevistas e também foram elaboradas categorias *a posteriori*, pois alguns temas que não haviam sido cogitados previamente surgiram de maneira recorrente nas falas dos entrevistados. Como as categorias que surgiram durante o delineamento do trabalho são muito abrangentes em seus conteúdos, optou-se por denominá-las de “eixos inspiradores de análise”. Os eixos inspiradores de análises delineados para a interpretação das entrevistas serão apresentados mais extensivamente no próximo capítulo.

Moradores Entrevistados	ME1	ME2	ME3	ME4	ME5
Sexo	Masculino	Confidencial	Masculino	Feminino	Masculino
Local de Nascimento	São José	São José	Saquarema	São José	São José
Local de moradia	Cabuçu	São José (no interior do Parque)	São José	São José	São José
Tempo de moradia na região	69 anos	Desde que nasceu	32 anos	84 anos	51 anos
Idade	69	Confidencial	65	84	51
Profissão	Zelador	Confidencial	Aposentado	Aposentado	Comerciante
Observação		Algumas informações não foram reveladas para evitar a identificação do ator	Auxílio da esposa durante a entrevista		

Quadro 1: Perfil dos moradores entrevistados do Bairro de São José e adjacências.

Entrevistados Estratégicos	EE1	EE2	EE3
Sexo	Masculino	Masculino	Feminino
Local de Nascimento	Curuzu	Rondônia	Rio de Janeiro
Local de Moradia	Curuzu	Itaboraí	Rio de Janeiro
Profissão	Biólogo/ Funcionário da Prefeitura	Funcionário da prefeitura	Professor/Pesquisador
Observação		Subsecretário de Meio Ambiente	Administrador do Parque desde 2013

Quadro 2: Perfil dos Entrevistados Estratégicos (pesquisadores, gestores e representante do poder público).

CAPÍTULO 6: COMPREENDENDO A DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO NO PARQUE PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ

No intuito de buscar compreender melhor como ocorre a dinâmica da participação no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, de modo a abranger a noção de participação que os atores envolvidos com o Parque possuem e a existência de práticas participativas na área, os dados obtidos nas entrevistas foram interpretados a partir do desmembramento das entrevistas em unidades, isto é, em categorias que apresentavam elementos em comum, que foi denominado de eixos inspiradores de análises.

Como as entrevistas foram realizadas com atores que possuem diferentes papéis no contexto em questão, alguns eixos se diferenciaram conforme a diversidade entre os entrevistados. Assim, alguns eixos inspiradores de análise foram codificados estritamente nas entrevistas com os moradores, enquanto outros foram verificados apenas nas entrevistas com o pesquisador, o gestor e o representante do poder público. No entanto, ainda foram estabelecidos eixos comuns a todos os atores. Os eixos inspiradores de análise em comum a todos os atores foram:

- Relações entre os atores envolvidos com o Parque
- Grau de engajamento político da população de São José
- Entendimento de participação

Os eixos restritos as entrevistas realizadas com os moradores foram os seguintes:

- Memória que a população possui do local e valorização do passado e do presente
- Participação dos moradores nas atividades do Parque

Já os elementos encontrados apenas nas entrevistas com o pesquisador, gestor e representante do poder público foram subdivididos em três eixos:

- A gestão no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí
- Criação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí
- Esforços realizados por pesquisadores e pelo poder público para a conservação da área

As interpretações e análises de cada eixo foram realizadas separadamente. Mesmo as categorias em comum entre moradores e pesquisadores/gestores/poder público foram subdivididas de acordo com a perspectiva desses diferentes grupos de atores, visando facilitar a análise dos dados obtidos. Primeiramente será exposta a interpretação das informações presentes nas entrevistas dos moradores locais.

6.1. Memória que a população possui do local e valorização do passado e do presente

Com esse eixo inspirador de análise objetivou-se reconhecer como a população observa e compreende o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, além de distinguir a qual o período de tempo que a memória das pessoas está mais vinculada, a época no qual funcionava a Companhia de Cimento Portland-Mauá ou a época do Parque. A memória desses indivíduos é relevante para entender se a população tem um sentimento de afeição pelo Parque, se possuem uma memória boa com relação a este local, ou se a memória positiva está unicamente atrelada ao passado no qual a região foi mais próspera devido ao funcionamento da Companhia Mauá.

Compreender a memória que a população local possui é de grande relevância para o entendimento do engajamento populacional nas atividades do Parque e na requisição por mais espaços de participação na gestão desse patrimônio por parte dos moradores, já que de acordo com Kashimoto, Marinho & Russeff (2002) e Loureiro (2008) a mobilização da população está estritamente relacionada com a memória positiva, o sentimento de pertencimento e de identidade que os moradores possuem com o local. O estreitamento dos vínculos afetivos é muito importante para suscitar o engajamento da população. Do mesmo modo, de acordo com Demo (1988), o oposto também ocorre, de forma que a participação da população pode gerar o sentimento de pertencimento e afetividade ao local. Portanto, a temática da memória e da valorização do Parque por parte dos moradores está diretamente relacionada com a questão da participação social nessa área protegida.

Ademais, segundo Kashimoto, Marinho & Russeff (2002) a criação de áreas protegidas deve respeitar a memória e os sentimentos dos moradores, e não deve se sobrepor aos interesses da população local. Sendo o respeito à memória e cultura da população importante para estimular o engajamento da sociedade nos assuntos relativos às áreas protegidas. Nesse sentido, para motivar a participação dos moradores nas

atividades e na gestão do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí faz-se necessário entender os pensamentos e as concepções a população possui.

Ao analisar as entrevistas, pode-se constatar que a memória com relação ao passado e as riquezas geradas pela Companhia de Cimento Portland-Mauá ainda é muito presente no imaginário da população local. Todos os moradores entrevistados demonstram uma afeição muito grande por aquela época, mesmo o morador que não habitava a região no tempo da Companhia. Três dos cinco entrevistados antes mesmo de iniciar a entrevista, ainda durante a apresentação da pesquisadora e dos objetivos do trabalho, já iniciaram a conversa fazendo menção a Companhia de Cimento Portland-Mauá e aos benefícios que essa empresa proporcionou para a região. E em muitas ocasiões, mesmo não sendo o foco da pergunta que estava sendo realizada, os moradores remetiam suas falas ao passado, à época da Companhia.

De acordo com o morador entrevistado 2 (ME2) a região enquanto a Companhia funcionava era muito desenvolvida quando comparada a situação atual. Segundo esse morador:

Tinha bem mais comércio na região na época da Companhia, tinha até casa de noiva, sede para baile. A cidade foi visitada pelo Roberto Carlos, Emilinha Borba... Existiam na época 300 a 400 operários na Companhia. Tinha farmácia, hoje em dia não tem. Agora só tem uns remédios bobos que são vendidos na mercearia. O negócio era da companhia para baixo. Para cima não tinha nada. Curuzu não tinha nada coitado (ME2).

A noção de prosperidade gerada pela Companhia de Cimento Portland-Mauá é igualmente percebida durante o diálogo com outros entrevistados. O morador entrevistado 1 (ME1), antes de iniciar a entrevista, ainda durante as apresentações relata:

De primeiro isso aqui era muito bom. De primeiro naquela época, eu vinha aqui quando não tinha acidente na Companhia, a Companhia fazia festa para os filhos dos operários. Tinha presente, brinquedo, sorteio, tinha tudo. Ai vinha Emilinha Borba, Carequinha, Bob Nelson, e vinha tudo pra aqui fazer show pra nós. Todo ano. O ano que não tinha acidente nos pulava pra cima de alegria. Nós ganhava presente pra caruncho. Era festa pros filhos dos operários. Nós ganhávamos uns presentinhos, o que dava sorte era premiado com um presentinho melhor, porque sorteio né? (ME1).

Após essa afirmativa o morador entrevistado 1 (ME1) quando perguntado qual instituição ele considerava de maior importância para a região, o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí ou a Companhia de Cimento Portland-Mauá, afirma:

É claro que foi a Companhia. Tem nem pergunta. A Companhia, a Companhia que deu força a São José, foi o que cresceu São José. Não tem nem comparação. Na época da Companhia, São José era outro São José. Porque é onde que rolava dinheiro, riqueza, né? Que depois que a Companhia acabou, São José não ficou pobre, mendigo, mas fracassou muito. Por quê? O pessoal que trabalhava aqui foram trabalhar pra outro lado. Muitos foram pra Cantagalo, que a Companhia daqui tá em Cantagalo, sabe disso né? Tem até parente meu lá. Então o que que aconteceu? Quem foi daqui para Cantagalo, deu um jeitinho de comprar uma localidade pra fazer casa e morar lá. Mesmo jeito daqui, porque como é que a pessoa ia trabalhar aqui e morar em Cantagalo. Ai deu um jeitinho e compro, se ajeitou lá em Cantagalo e foram prá lá, morar lá. Ai o que que aconteceu? Cantagalo cresceu, a riqueza de São José foi daqui pra lá. Até parente meu foram com a Companhia para lá (ME1).

Igualmente, todos os moradores entrevistados, quando indagados a respeito de qual instituição foi mais importante para a região, foram categóricos em responder que a Companhia de Cimento Portland-Mauá teve uma importância impar para o desenvolvimento da região e para o bem estar dos moradores.

A Companhia sem sombra de dúvida. A Companhia ela desenvolveu, ela ofertou empregos, ela cuidava. Olha a Companhia cuidava do lado social da comunidade. Aqui tinha médico funcionário da Companhia que atendia a comunidade. Isso aqui era uma beleza. Tudo aqui funcionava. Quem dera que a Companhia voltasse a se instalar aqui, que inclusive eu não sei se existe um fundo de verdade nisso. Mas andou gente da Companhia é..., pesquisando ai dentro da área deles (ME3).

Portanto, a Companhia de Cimento Portland-Mauá tem um caráter muito positivo no imaginário da população. Para os moradores, no tempo em que a Companhia atuava em São José, o bairro era mais desenvolvido, pois existia um comércio abundante e mais dinheiro circulando na região. Ademais, para a população a Companhia foi responsável pela prosperidade e pelo bem estar social. A Companhia gerou muitos empregos diretos e indiretos, grande parte da população de São José e adjacências era empregada da Companhia, e, desse modo, a empresa constituía na principal fonte de renda da região. A existência de um médico no bairro foi ressaltada por três moradores, já que hoje o bairro carece de assistência médica.

Assim, ao deixar a região a Companhia de Cimento Portland-Mauá deixou uma grande lacuna, pois muitos moradores perderam seus empregos. Os benefícios sociais, como médico, comércio mais extensivo, os festejos, a banda de música, o cinema que funcionava no prédio conhecido como Sede, igualmente cessaram com o encerramento das atividades da mineradora. Desse modo, as expectativas com relação ao Parque, instituição que sucedeu a Companhia de Cimento Mauá, é que este gere benefícios sociais e econômicos para a região, assim como a Companhia gerava. Como é possível observar no relato do morador entrevistado 3 (ME3) e morador entrevistado 5 (ME5).

Bom, a sensação minha com o Parque é de desalento. É porque a gente esperava que viesse alguma coisa para melhorar o lugar, e foi tudo uma enganação, não veio nada, foi só aquele fogo de palha, só aquele fogo de palha. Porque na época falava em ONG, ONG virtual. Mas não veio nada (MO3).

Eu moro aqui a mais de cinquenta anos e o Parque não trouxe uma melhoria para a cidade (MO5).

Assim sendo, os moradores valorizam muito o passado da região. No entanto, observou-se que a valorização do passado não desmerece o presente na sua totalidade. O passado é marcado pela bonança, enquanto o presente – apesar de claramente não ser tão relevante quanto à época da Companhia de Cimento Portland-Mauá – se sobressai devido à serenidade e tranquilidade da região. Os moradores afirmam que a região é muito segura e sossegada, e que em São José a violência urbana ainda não se faz presente, o que difere o bairro de outros locais de Itaboraí e regiões adjacentes. O morador entrevistado 4 (ME4) quando questionado a respeito de sua relação com o bairro afirma:

Eu amo, eu amo. Aqui ó, se eu te contar que eu fico aqui, eu e meu filho né. Mas meu filho já tem 52 anos, já separou da esposa, e a cabeça não tá muito legal, praticamente eu fico aqui sozinha. Amanheço, anoiteço, minha porta fica encostada. Isso aqui é uma paz. Isso aqui é um..., isso aqui, por enquanto né? Porque diz que Santa Isabel tá uma miséria. Conhece Santa Izabel? Mas aqui é uma paz, é isso aí, é todo mundo amigo (ME4).

No entanto, existe o temor de que a violência, altamente elevada em outros bairros da região, estenda-se e penetre também em São José de Itaboraí, e descaracterize o bairro. De modo que a característica mais exaltada por alguns entrevistados com

relação à região, que é a segurança local, é também vista por outros entrevistados como possivelmente efêmera.

Você vê o tráfico de drogas tá uma barbaridade, o tráfico de armas. Então nos queremos evitar que isso venha pra aqui, por que aqui do lado eles já estão. Se você pegar esse cantinho aqui de Santa Izabel, que faz divisa aqui com a gente, ali já tem rua que nego tá andando com fuzil pendurado no ombro de dia, com o sol quente, ali. Isso dito por moradores de lá. Então caramba, nos vamos pra onde? (ME3).

Assim, o valor atribuído ao presente de São José é simultaneamente uma exaltação da paz local e um sentimento de temor por conta aumento da violência nas proximidades. No entanto, com respeito ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, os entrevistados demonstram descontentamento com relação a essa área protegida.

Esse Parque não significa nada pra mim não. Eles começaram a fazer esse Parque ai ó, mais nunca terminaram, nunquinha. Nesse Parque não tem nada não, só mato (ME5).

Meu sentimento com o Parque é uma droga. É porque eu não vejo nada. Eu acho isso engonhado, não anda. Eu queria ver isso andar. Não esquentava que trabalhasse dia e coisa, mas queria vê o troço deslanchar. Você, as pessoas, “nossa isso é isso, é aquilo”, o negócio não sai do papel (ME2).

Pra mim aquilo ali é nada. Ninguém nem vai pra lá. Nada. Antes ainda vinha, o pessoal vinha né, fazia questão de ir lá, da uma olhadinha, agora... Acabou aquilo. Parte da comunidade que tava tentando fazer alguma coisa ali, fazer trilhas, não sei o que, o pessoal que vinha ai desistiu, com essa brigalhada ai de professores... Entendeu? Isso ai é muita política. É tudo política (ME3).

Porém, o Parque não é apenas desvalorizado pelos moradores, os entrevistados também reconhecem a relevância do Parque para a região. Desse modo, é possível notar certa ambiguidade nos sentimentos dos entrevistados com relação ao Parque. Ao mesmo tempo em que os entrevistados revelam desdém por este local, em algumas respostas também demonstram que consideram o Parque importante por diferentes motivos.

Alguns entrevistados acreditam que se gerido de forma mais responsável, o Parque pode gerar benefícios socioeconômicos para a região. Outros citam que a área protegida tem relevância impar para as crianças em idade escolar e para o aprendizado dos alunos do bairro de São José e de Itaboraí. Desse modo, os moradores não

desprezam o Parque em sua totalidade. Nesse sentido, os entrevistados relatam crer que essa área possui importâncias, apesar de ser nítido que a valorização da Companhia e do passado próspero é absolutamente maior do que o valor atribuído ao Parque.

O Parque é importante. Mas o problema é que na época da Companhia mesmo, que tava, na época da Companhia mesmo era outra criação, nem se compara. Que vamo supor assim, tinha os comércios aqui, o comércio tinha tudo dinheiro que o pessoal fazia as compras. O governo mandou fazer uma Cohab para vender mantimentos para os operário. Ai a companhia acabou, e ele levou, fechou, acabou, acabou a Cohab, o governo acabou (...). O Parque o que tá fazendo, é que, tá, tá muito estudo, pessoal dos colégio vem aqui. Isso já ajuda muito. Ajuda muito. Os grupos que vem aqui fazer pesquisas, vem aprender mais do que sabe. Então isso ajuda muito as crianças, e tem criança que não sabe como é que é o município de Itaboraí. Mas como vem pra aqui, dentro do estudo, como tem os professores ai que explica, eles aprendem muitas coisas conforme era Itaboraí, conforme era e conforme é. Que de primeiro era uma coisa, agora é outra (ME1).

Ele foi criado porque acharam material que me parece que similar só tem no México, se não me engano... É só, só em duas partes do mundo, no Brasil e no México. Se não me engano é no México. É importantíssimo (...) (ME3).

Portanto, a valorização do Parque como algo que pode transformar a realidade daquela região ou como uma instituição passível de auxiliar na educação das crianças é visível nos relatos dos moradores. Um entrevistado ainda ressaltou a importância turística que o Parque pode possuir, e atrelou o estabelecimento da atividade turística com o desenvolvimento da região.

Eu gosto do Parque, e eu, eu acho que tá muito parado o andamento assim pra, pra continuar as coisas. Tá muito parado. O laboratório inauguraram e não acontece nada. É uma pena (...) O Parque é importante pra desenvolvimento do lugar, né? Que ai é gente que vem visitar, é turista, é gente de todo jeito, todo o lado (ME4).

Desse modo, pode-se constatar que os entrevistados reconhecem a importância do Parque para a região, entretanto, alguns dos entrevistados afirmam que para o Parque gerar benefícios socioeconômicos e educacionais é necessário um maior esforço por parte dos responsáveis por esse local.

(...) É importantíssimo. O Parque é importantíssimo. Por isso que eu acho que teria que ser gente seria, fazendo um trabalho sério, que

fosse útil pra comunidade, pro Município, não é, é para os cientistas né. Poxa é importante (ME3).

O Parque é importante para São José desde que ele fizesse o que prometeu em fazer, que era dar uns cursos, de como por exemplo de artesanato, e aquele lance lá daquela preguiça, como é o nome do cara que faz aquilo lá, arte... a arte... (...) É, paleoarte, uns cursos pra criançada. Desde que fizesse isso, é o que eu disse a você, continua tudo no papel. Nada foi... começou e parou. Desde que parou num... Mas é importantíssimo, o Parque é importantíssimo, não digo só pela história, porque a gente não vive só de história, a gente vive de história e muitas outras coisas (ME2).

Assim, é possível notar que o descrédito dos entrevistados com relação ao Parque não está pautado apenas na memória de uma época prospera. Mas está também atrelado a desconfiança com relação à eficácia da gestão dessa área, que para os entrevistados é ineficiente, e, portanto, não consegue impulsionar o potencial turístico e educacional do Parque.

Desse modo, os moradores entrevistados acreditam que Parque possui valor histórico, educativo, cultural e socioeconômico. Porém, questionam a forma como esse lugar é conduzido. Outro aspecto relevante observado nas entrevistas a respeito da valorização do Parque pelos moradores, é que esses demonstram grande afeição pela lagoa. Todos os entrevistados relatam certo pesar com o estado atual da lagoa, que perdeu parte considerável do volume de água inicial. Assim, muitos fazem referência ao passado quando a lagoa era repleta de água e comparam com desânimo a situação atual da lagoa.

Aquilo ali ficava assim igual uma praia. Agora o lago virou um... você foi até lá esses dias? Ela tá reduzindo dias após dias. Quando eu conheci aquele lago ali ele tava naquelas pedreira do outro lado. A rocha mais acima dos arbustos um pouco, que ela vai até lá em cima, de lá ela vinha no pé do deque, na plataforma do deque em baixo ali. Quer dizer, era quase um quilometro de água, pra hoje você olhar ali em baixo e ver só vinte metros de água. (ME2).

O espelho d'água era lindo, hoje você chega lá na beira e olha lá pro fundo. Inclusive teve uma novela, qual era o nome? Foi a Cabocla? Maria Moura, que foi gravado lá. Foi gravado, cenas foram gravadas ali. Memorial de Maria Moura. Ah Aquilo ali era lindo. Era lindo aquilo ali. Hoje em dia pra mim aquilo ali é nada (ME5).

Agora eu quero ir na lagoa, é que dizem que a lagoa... Ah meu neto bateu uma foto lá e tem só um buraco. Você já foi lá? Secou tudo, diz que só tem um buraco que tem água. Assim mesmo ainda abastece a

gente aqui. Mas secou tudo. Mas era muito grande, muito grande, muito grande. Era linda né. Vinha era gente visitar aqui, vinha muita gente (ME4).

Logo, pode-se observar que o sentimento nostálgico da população não está relacionado apenas aos tempos da Companhia de Cimento Portland-Mauá. Os entrevistados demonstram durante as conversas uma afetividade também ao passado da lagoa. No entanto, o sentimento à lagoa não está relacionado com a criação do Parque, já que este foi criado 11 anos depois do surgimento da lagoa. Apesar do descontentamento com a diminuição do volume da lagoa, alguns entrevistados revelam durante os diálogos que consideram a lagoa relevante para o bairro por conta do abastecimento de água de São José e das regiões adjacentes.

Então o que existe hoje é aquilo ali, uma lagoa abandonada, uma lagoa abandonada, porque na realidade você vê como era o grau de atrito entre eles e a comunidade. Mas partindo da parte deles, houve aí um professor que declarou uma vez “que bom seria se a lagoa secasse”. Bom pra eles, mas é pro povo aqui que precisava daquela água. (ME3).

A água da lagoa é utilizada por um número bem grande de residências aqui, ela vem da lagoa, e não é só de São José. A água dali vai pra serrinha, vai pro bairro de Curuzu, vai pra Cabuçu (...). Não existe um equilíbrio, né? Sai mais água do que entra, e isso aí somado, somado ao assoreamento, ao desbarrancamento daquilo ali, já viu né? (ME3).

A lagoa para os entrevistados é o principal atrativo do Parque, alguns deles relataram que a lagoa foi, no passado, muito utilizada para o lazer na região. Os moradores relataram que inúmeras pessoas frequentavam a área do Parque no intuito de nadar ou pescar na lagoa. Contudo, as atividades de lazer na lagoa foram cessando e os entrevistados afirmam que hoje a população quase não utiliza mais a lagoa para recreação, como é possível notar na seguinte afirmação.

Muito pouco, muito pouco, quase ninguém liga não. Vai alguns, mas... se tiver, vamos comparar, se tiver cinquenta morador, se for cinco, três ou cinco é muito, se for. Que os outros não vai não, não vai nada. O pessoal que mora aqui, os conhecidos principalmente, quase ninguém vem na lagoa, o pessoal que mora aqui não vai não. Eu nunca trouxe minha família aqui (ME1).

Assim, apesar da relação de lazer pretérita dos moradores com a lagoa, atualmente a importância da lagoa para a região se restringe no abastecimento de água.

Porém, pode-se notar um apego dos moradores com esta lagoa. Quando os entrevistados fazem referência à drenagem do reservatório de água, demonstram muito descontentamento com essa possibilidade, e não só por conta da utilização da água, mas também pela memória positiva que a lagoa desperta nessas pessoas.

Outro aspecto que foi ressaltado pelos entrevistados relaciona-se com a falta de segurança no interior do Parque. Os moradores contaram que a região no passado era muito perigosa e que o Parque e a lagoa foram marcados por diversas modalidades de crimes. Muitos corpos de pessoas e carros roubados foram lançados na lagoa.

Antigamente era tudo aberto e existiu muitos crimes sim, pessoas que morreram ai dentro, que já matou, que já morreu, já jogou ali dentro, outros carregavam lá pro outro lado, jogava, matava. É carro, nego dispensava automóvel dentro da lagoa, aquele negócio todo. Mas hoje não existe mais isso (ME2).

É um perigo, ali já foi matadouro, já foi matadouro, nego pegava carro, trazia o carro pra cá. E você vê a situação de abandono que vivia aquilo ali. Então, pelava o carro, tirava motor tirava tudo, depois empurrava na carcaça. Ou então traziam gente para matar ali, matavam ali e jogavam dentro da lagoa (...). Agora parou, hoje aqui já tá mais movimentado, depois fizeram o DPO de Cabuçu e coisa, ai, ai foi acabando. Hoje tá mais tranquilo. Mas aquilo tá lá, ninguém toma conta, entendeu? Houve uma época que iam pra lá consumir entorpecente, mas gente que vinha de fora. Ali já teve prostituição, consumo, consumo e comércio de entorpecente, teve de tudo. (ME3)

No relato dos moradores pode-se observar que os crimes e as atividades ilícitas realizadas no Parque foram muito frequentes no passado, porém a ocorrência na atualidade é restrita. Quando questionados sobre o motivo da diminuição dos crimes, nenhum entrevistado pontua os administradores do Parque, os pesquisadores, a prefeitura, ou a própria criação do Parque como a causa da redução dos delitos no local. Os moradores entrevistados relacionam essa diminuição à criação do DPO de Cabuçu (como é possível observar no relato acima) e até mesmo ao próprio esforço de divulgação pessoal.

Mas hoje não existe mais isso por quê? Por causa dessa cerca que foi feita e eu também jogo muita coisa ao vento. Sempre quando eu tô num bar “e ai como que está a pescaria?” ai eu digo assim “e tá fraco, agora tão proibindo pescar, e coisa e tal. Cê não vê mais peixe, acabaram com o peixe do lago. Agora tem um segurança ai, vem a guarda da..., de vez em quando a guarda municipal, aquela florestal, tá aqui”. (ME2).

Dessa forma, o esforço realizado pelos cientistas e pela prefeitura para o aperfeiçoamento do local não é contabilizado pelos entrevistados como um motivo para a redução dos crimes, do consumo de drogas e da prostituição no interior do Parque. Embora haja alguns empenhos por parte dos pesquisadores e da gestão pública nesse sentido, como as proibições de uso da água da lagoa para pesca e para banho, a colocação de uma porteira que impede a entrada de veículos e a própria cerca, essas táticas não são reconhecidas pelos moradores.

Ao analisar a memória que a população possui com relação ao passado e ao presente da região pode-se constatar que assim como afirma Castro e Machado (2011), o sentimento mais positivo que a população retém da região está atrelado à época da Companhia de Cimento Portland-Mauá e a prosperidade da região na época. Já com relação ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, a memória e os sentimentos dos entrevistados foram bem ambíguos, pois os moradores afirmam que o Parque não tem significância nenhuma em suas vidas e concomitantemente demonstram reconhecer a importância do Parque para a região, como é possível notar na fala do morador entrevistado 4 (ME4) “se não fosse o Parque isso aqui eu acho que já tava morto”.

Nesse sentido, os moradores demonstram valorizar essa área protegida, principalmente do ponto de vista educacional, econômico, social e turístico. Os entrevistados esperam que esse lugar gere benefícios socioeconômicos para a região, assim como a Companhia de Cimento Portland-Mauá gerava. Os moradores entrevistados demonstram que detêm sentimento de afeto pela lagoa. Apesar dos mesmos não utilizarem mais esta para lazer, a lagoa faz parte do imaginário local, assim como a própria Companhia. Desse modo, apesar do aparente descaso dos moradores com esta área protegida a população não possui um sentimento de rejeição ao Parque.

No entanto, conclui-se que os entrevistados desacreditam nas estratégias forjadas pelo poder público e pelos pesquisadores para a melhoria do Parque, já que muitos afirmam não conseguir ver nenhum progresso concreto no lugar. Até mesmo alguns avanços com relação à segurança do local, como a diminuição do índice de atividades criminosas e ilícitas, não é atribuído pelos moradores como resultado de esforços dos pesquisadores e do poder público.

A próxima categoria que será abordada no presente trabalho tem o objetivo de analisar como ocorrem as relações entre os atores envolvidos com o Parque, partindo

das percepções que os moradores possuem a respeito dos pesquisadores, dos atuais administradores e do poder público.

6.2. Relações entre os atores envolvidos com o Parque

Com esse eixo pretendeu-se compreender como os atores envolvidos com o Parque, agrupados no presente trabalho em quatro grupos – moradores, pesquisadores, gestores e poder público – se relacionam. Assim, objetivou-se entender de acordo com a perspectiva dos moradores como esses quatro grupos interagem entre si, se existe diálogo entre os grupos, se há relação de confiança, se há negociação de interesses entre os atores dos diferentes grupos. Procurou-se compreender como é realizada a comunicação entre os diferentes atores envolvidos de alguma forma com o Parque. E para tanto no questionário semiestruturado foi adicionado perguntas e pontos que teriam a função de estimular a conversação sobre essa temática.

Esse eixo inspirador de análise é de grande relevância para a compreensão de como a dinâmica social é inserida nas estratégias de gestão do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Pois de acordo com Demo (1988) o processo participativo demanda que os atores relacionem-se entre si, necessita de diálogo, de discussão das diversas opiniões e problemas, de negociação e de cooperação entre os atores. Portanto, um bom relacionamento entre as partes e um extensivo diálogo são essenciais para motivar o engajamento populacional, e, desse modo, estabelecer um processo de participação social.

De acordo com o relato dos moradores, o relacionamento desses com os pesquisadores, gestores e o poder público não é estreito. Para os entrevistados não existe diálogo entre os responsáveis pelo Parque e a população. Nenhum dos moradores entrevistados sabe dizer ao certo quem faz a gestão da área, eles citam os professores/pesquisadores, porém em geral sem citar nomes (com exceção do entrevistado que possui residência dentro da área do Parque), o poder público (prefeitos, secretários, e Secretaria de Meio Ambiente) e o Comperj. No entanto, afirmam não ter certeza sobre quem exatamente faz a gestão dessa área protegida.

Há uma grande confusão conceitual a respeito do papel dos pesquisadores que atuam na área. Pois, para os moradores entrevistados, os pesquisadores desempenham o papel de gestores do Parque e, portanto, devem zelar pela manutenção e por gerar

benefícios socioeconômicos para a região, dentre outras funções. No entanto, cabe ressaltar que os pesquisadores não são os gestores do Parque (com exceção dos dois pesquisadores que foram mais recentemente nomeados para essa função), e, por mais que estes desempenhem esforços para a melhoria da área, estes atores não possuem a obrigação de gerir o Parque e, desse modo, não possuem o encargo de realizar as tarefas atribuídas a um gestor.

Hoje eu não entendo mais. A Beltrão, que é a milionária que tem por trás disso aí, disse que ela que manda, aí chega outra pessoa e diz que ela que manda, chega outro, ele que manda, e eu não to vendo ninguém mandando nada aí. Quer dizer pra dizer pra você se é a prefeitura, o meio ambiente, o governo do estado, o governo federal, eu não sei mesmo. Não sei por que até hoje eu não entendi nada. Aí que dizer, é, não tem, na minha cabeça não tem uma pessoa direta que decide, é isso, isso e isso, ou é isso, isso e aquilo (ME2).

Os professores mandam numa parte. Mas lá, eles trabalham com a prefeitura, lá é diferente. A prefeitura e a Comperj, eles tudo tão junto, mas aí não chega no conhecimento da gente o que que eles fazem e o que eles deixam de fazer, o que que eles trata, e o que eles deixam de tratar. Eu sei que eles vêm pra aqui. Mas não posso dizer pra você que eles mandam na prefeitura, que eles pagam a prefeitura, não posso dizer nada, eu não tenho conhecimento. Se eu disser que sei só mentiroso. Eu sei que a Comperj a UERJ é tudo ligado com o pessoal da prefeitura, mas eu não sei como é que funciona, como é que é (...). Eu não sei. Isso aí é coisa deles (ME1).

Um entrevistado ainda demonstrou não possuir nenhum conhecimento dos possíveis responsáveis pela gestão do Parque, quando perguntado para o morador entrevistado 4 (ME4) sobre quem realizava a gestão dessa área protegida obteve-se como resposta: “Não sei, também não faço ideia, José é quem sabe né?”

Outra questão analisada junto aos moradores foi a respeito do motivo que fomentou a criação do Parque. Foi questionado aos entrevistados se eles reconhecem o pretexto que determinou o estabelecimento dessa área protegida. Os moradores entrevistados 4 e 5 foram categóricos a responder apenas “não”, enquanto os outros tentaram explicar de alguma forma o porquê da criação dessa área protegida:

Isso aí foi interesse da prefeitura né, eu penso pra mim. Começou pela prefeitura, agora eu não sei qual o motivo que foi criado, eu não sei o porquê, né. Eu não sei por que, por que o Parque foi criado aí eu não sei explicar o motivo. Se foi porque quiseram fazer alguma coisa, se foi pra melhorar. (ME1).

Eu só acho que a criação do Parque... O Parque foi criado por que? Porque a exploração de pedra ela chegou ao final, e, os primeiros exploradores, geólogos, começaram a procura de fósseis aí. Então foi nesse esquema que começou o Parque. Mistura de professores com a Uerj, e foi indo, induzindo essa turma, e ai tiveram essa ideia de procurar fósseis aqui. Ai eles procuraram a regularizar no papel, que hoje é o Parque Paleontológico de São José. Até apoiado pela prefeitura, pelo prefeito da época, porque o prefeito da época acho que tinha um filho também que era geólogo (ME2).

Porque o Parque foi criado? Ele foi criado porque acharam material que me parece que similar só tem no México, se não me engano. É só, só em duas partes do mundo, no Brasil e no México. Se não me engano é no México (MO3).

Ao observar as explicações dos moradores para os motivos que levaram a criação do Parque pode-se notar que três dos moradores afirmam não saber o porquê da criação do Parque, enquanto os dois moradores que justificam os motivos realizam atribuindo aos achados científicos.

Desse modo, os moradores que conseguiram explicar a origem do Parque, revelam que possuem alguma informação a esse respeito, pois explicam de maneira satisfatória a motivação para a implementação dessa área protegida, já que o Parque Paleontológico de Itaboraí foi criado, de acordo com Castro & Machado (2011), com a finalidade de proteger o local onde foi encontrado fósseis de importância impar para a paleontologia e vestígios arqueológicos. No entanto, outros entrevistados não conseguiram verbalizar esses motivos.

A falta de divulgação do Parque para a população de São José é muitas vezes citadas pelos moradores, como é possível verificar nas conversas relacionadas à informação sobre a criação dessa área. Foi questionado aos entrevistados se eles tiveram conhecimento da criação do Parque e se houveram explicações na época sobre o que estava se passando no local. Pois Castro & Machado (2011) afirmam que os moradores não tiveram participação na criação do Parque, não foram ouvidos e não tiveram direito a opinar sobre o processo de instauração dessa área protegida. Porém, as autoras não realizam afirmativas com relação à existência de ações de divulgação, transmissão de informação e comunicação entre os responsáveis pela criação do Parque e a população. Desse modo, quando questionados se houve algum esforço no sentido de informar a população da criação do Parque os moradores responderam:

Não, não, teve... o que a população soube aí foi o que ouviu em conversa na rua. Porque eu acho o seguinte, aqui é nosso bairro, é a nossa casa, deveria ter acontecido o seguinte, na época em que foi feito o decreto, não custava o prefeito pegar o secretário dele e sair, devia tá ligado a meio ambiente, pega o secretário de meio ambiente, entendeu? E vamos convocar o povo pra uma reunião, traz lá o representante dos cientistas, dos professores, vamos conversar com o povo, mostrar o que tá acontecendo, o que precisa ser feito, o que o povo pode ajudar, o que a prefeitura vai fazer, entendeu? Mostrar o que pode ter de benefício para todos, o conjunto, não foi feito nada disso, nada, nada (ME3).

Não foi informada, só foi informada naquela placa ali, na placa “Parque Paleontológico”. A turma sabe que aqui é um Parque paleontológico porque passa ali e lê a placa. Não teve nenhum tipo de divulgação, a única coisa... e vinha eles, geólogos, professores, e tal, entravam e iam lá pra dentro, e procura daqui, procura dali. Pessoal mesmo daqui nada, ninguém... “O que que ela turma faz lá? Vai lá pra dentro fica cavando?” “Aquilo lá é um parque.” “Que parque? Aquilo é parque?” “É um parque de pesquisa, eles tão atrás de fóssil”. É porque eles se trancavam lá dentro e aqui fora ninguém sabia de nada (ME2).

Portanto, de acordo com os entrevistados não houve um diálogo entre os responsáveis pela criação do Parque e a população durante a implantação dessa área. A informação de que o Parque estava sendo instaurado e os motivos da criação não foram transferidos para os moradores. Os moradores entrevistados afirmam que primeiramente observaram a movimentação dos pesquisadores no interior do que seria o Parque, porém não havia maiores explicações do que era essa movimentação. Nesse sentido, foi verificado, se nos dias atuais – ao contrário do que aconteceu durante a criação do Parque – existe diálogo entre moradores, gestores, poder público e pesquisadores, e se a população é informada das decisões atuais relativas ao Parque. A esse respeito os entrevistados afirmaram:

Olha eu acredito até, que ali tem um pessoal, que quando arrumam dinheiro, precisa fazer algum biscate, pega aquele pessoal ali do lado. Pode ser até que notifiquem aqueles ali, porque eles vivem em função deles mesmo, ou melhor, sobrevivem em função deles mesmo. Entendeu? (ME3).

Que eu saiba não. Pode até avisar, mas que eu saiba não. Se os outro é avisado não chega no meu conhecimento. As vez até é, mas a mim não chega. Eu sei sim, o que eles já avisa. O que cansaram de avisar. Que não pode criar animais aqui dentro, isso já avisa. É proibido tomar banho na lagoa, isso eles fala. É proibido pescar de rede e tarrafa. É proibido, isso eles já avisa. É proibido levar certa horas

pessoas lá pra dentro pra ficar lá de..., é proibido, isso tudo é proibido (ME1).

Com relação a essa questão, todos os entrevistados responderam que não são informados de nenhuma decisão que o poder público ou os gestores fazem com relação ao Parque. Dessa forma, de acordo com os moradores, até os dias atuais não existe uma comunicação efetiva, no intuito de notificar a população do que acontece dentro do Parque.

A falta de comunicação com a população também é observada quando os entrevistados fazem referência a possível remoção da população que reside na área interna do Parque.

Eu já estive lá dentro. E poxa, foi a única coisa que eles fizeram aqui. E eles fugindo da comunidade, eles fugindo, eles não queriam conversa. Eu me desentendi com eles umas meia dúzia de vezes, porque poxa, eu acho que a gente tinha que conversar e ver o que que é bom pra comunidade e pra eles. Porque pra nós interessava muito, muito, que aquilo funcionasse, de uma forma séria, né, uma forma séria, uma forma normal. Muito bem, ai começamos a nos desentender e coisa, e eles foram muito bem até conseguir uma verba pra fazer uma cerca. Ai o que aconteceu, ao fazer a cerca, eles começaram a contrariar, a querer botar pra fora gente que já estava ali naquele pedaço a vinte, há trinta anos, ai criaram choque com aquele pessoal. Ai eu tentei dialogar com eles. E soltavam uns boatos ai, faziam um terrorismo psicológico com o pessoal (ME3).

(...) Inclusive botaram um administrador, parece que um administrador de empresa né. Ai a gente começou a se desentender e depois a gente acertou os ponteiros e coisa, que ele combinou comigo o seguinte, que eu falei com ele “quando começarem a falar em botar o pessoal pra fora, por favor, vamo chamar, vamo conversar com o pessoal, explicar pra eles, que bota pra fora bota, mas indenizando, ou dando uma casa em outro local. Porque o povo ai tá achando com esses boatos que vocês soltam ai, tá achando que vai ser escorraçado daqui de uma hora pra outra. Isso vai acabar gerando algum incidente sério” “Não pode deixar que a hora que falarem na saída do pessoal eu te chamo, vamo convocar o povo, vamo conversar”. Nós combinamos, daqui a pouco ele já não tava fazendo mais nada daquilo. Não adianta, não tinha jeito. Ai também não ficou muito tempo não, não ficou muito tempo e foi embora (ME3).

Segundo o morador entrevistado 3 (ME3) a ausência de diálogo a respeito da remoção da população que mora no interior do Parque gera inúmeros boatos. Esses boatos ocorrem com certa frequência, pois devido à falta de informação, toda vez que um agente governamental vai à região para conversar com os moradores de dentro da

área do Parque aparecem rumores a respeito da remoção dos moradores (como por exemplo, no fim do ano de 2013, quando na ocasião estiveram agentes do programa “Minha casa minha vida” questionando aos residentes do interior do Parque sobre o interesse desses em fazer um cadastro no programa).

Desse modo, a falta de comunicação entre os pesquisadores, gestores e o poder público com a população gera um clima de desconfiança por parte dos moradores, que relatam suspeitar das atividades desses administradores.

Lá rola muito dinheiro. Eles botaram uma cerca até lá em baixo, perto do colégio, cercaram tudo, gastaram milhões pra construir. Que não adiantou nada de nada, pois o povo tá queimando tudo (...). Tinha uns alunos que iam lá no Parque trabalhar lá, ganhavam cem reais para trabalhar lá. Se eles ganham cem reais será que não tem mais coisa por debaixo do pano. Eu espero que não, eu creio que não né? Mas nunca se sabe (ME5).

Poxa, esse pessoal vem pra aqui, diz que faz, que acontece, que não sei o que. Nos nunca vimos nenhum daqueles professores, nenhum deles, entendeu, aliais a gente vê no filme o pessoal com uma pazinha, um pincel, pegando uma mostra de uma pedra e uma mostra de não sei o que. Nos nunca vimos nenhum deles fazerem isso, aquele material que eles tem lá, aquilo ali foi coletado pela comunidade, pelo pessoal que trabalhava ali dentro, que pegava alguma coisa diferente e carregava pra lá, entendeu? O que eles trouxeram pra aqui, foi uma..., uma coruja, o que é que é aquilo? Um bicho preguiça plástico (ME3).

Foi achado aqui, ali ó, aquela foto ali, e fora os que têm lá em cima, lá na preguiça. Disseram que acharam né, por que eu não vi né, a preguiça quando acharam, ele disse que tinha uns seis metro, e agora tem aquela lá. Eu não sei quantos metros tem né. Que a preguiça que acharam aqui levaram para o Museu Nacional, lá no Rio, essa ai fizeram e botaram aí. Assim passaram pra mim, eu não vi, não sou testemunha. Eu só sei porque me falaram e eu ouvi, eu ouvi o que falaram. Agora não vou dizer assim “é verdade”, eu não posso, porque aí eu não tenho essa sabedoria de dizer uma coisa que eu não sei (ME1).

Desse modo, a falta de confiança dos moradores entrevistados nas pessoas que fazem e fizeram a manutenção do Parque (seja nos pesquisadores, seja no poder público) é notada de maneira nítida durante a conversa com esses. Muitos dos empenhos promovidos para a melhoria do Parque pelos pesquisadores e pelo poder público (e mais recentemente pelos gestores) não são reconhecidos pelos entrevistados. Mesmo os esforços que são visualizados pela população são colocados em dúvida quanto à veracidade e/ou a honestidade. Como é possível observar nas frases descritas

acima, os entrevistados questionam o fato de terem encontrado uma preguiça gigante, dois deles afirmam que como não viram não podem afirmar sobre a veracidade desse fato.

Ademais, há dúvidas a respeito das verbas empregadas no Parque, dois moradores citaram a quantidade de dinheiro investida na cerca e um ainda questionou o projeto “Jovens Talentos” (que concedia estágios como monitores do Parque para jovens estudantes de Itaboraí), e conjecturam a respeito de possíveis corrupções realizadas pelos pesquisadores e pelo poder público.

É importante ressaltar que a desconfiança não é relativa à só um grupo (pesquisadores, gestores ou representantes do governo), o descrédito é com relação a todos os “responsáveis” pela área, sem fazer distinção.

Os entrevistados ainda diagnosticam a problemática da falta de comunicação dos responsáveis pelo Parque com a população e a ausência de divulgação do local como sendo um dos principais problemas administrativos do Parque.

Mas o certo é isso, eles nunca procuraram realmente conversar com a comunidade, nunca, nunca... Eu citei pra eles, varias vezes, eu cheguei até dizer “olha eu tenho impressão que vocês chegaram na minha casa, meteram o pé no portão, invadiram meu quintal e entraram sem pedir licença, poxa. E todo mundo aqui pensa desse jeito. Todo mundo pensa aqui”. É difícil uma área, uma área... aqui o nível de analfabetismo era grande, entendeu, pessoal difícil, difícil. Então em vez de eles chegarem e começarem a fazer amizade com o pessoal e chamar e coisa, pra ir agregando, não foi isso que aconteceu. Falta de tato, entendeu? Resultado, deu nisso ai (ME3).

Tinha festa, mas não vinha quase ninguém. Divulgação, falta de divulgação, coisa que não é divulgado ela não tem frequência, não tem. Mas eles faziam festas pra eles, só vinha a turma do Rio. Aqui, quer dizer o pessoal podia vir, mas eles não falavam pra eles que podia vir. Agora você faz uma festa na sua casa, se você não me convidou como é que eu vou enfiar a cara lá? Vou enfiar a cara e de repente posso levar um... ou não. Quer dizer, tem que ser conversado, divulgado, explicado (ME2).

Nesse sentido, a falta de comunicação direta entre os responsáveis pelo Parque e os moradores pode ser prejudicial para suscitar práticas participativas, pois de acordo com autores como Kashimoto, Marinho & Russeff (2002) e Gohn (2011) o envolvimento da população está diretamente relacionado com o valor e o sentimento que estes atribuem ao local. E a falta de comunicação entre os gestores e a população

não proporciona um sentimento positivo por parte dos moradores, que se sentem excluídos dessa área.

O não envolvimento da população na criação do Parque e a ausência de relacionamentos entre os diversos atores envolvidos com a área pode gerar o desinteresse da população com relação os assuntos relativos ao Parque, pois estes não se sentem envolvidos com o lugar e, apesar de entenderem a importância desse patrimônio, este lugar não desperta afeição nas pessoas. Nesse sentido, percebe-se o desinteresse na fala dos moradores quando estes afirmam que o Parque não significa nada para eles, e quando relatam que não costumam ir ao Parque para visitá-lo e não o utilizam para lazer.

A ausência de comunicação entre os atores também pode ser responsável pela existência de conflitos, pois de acordo com Medeiros *et al.* (2006) os conflitos são frequentemente ocasionados devido a ausência de diálogo, de negociação e pelo desconhecimento da dinâmica local por parte dos gestores. Alguns conflitos relacionados ao estabelecimento do Parque foram identificados no trabalho de Santos (2009) e também nas falas dos entrevistados. Desse modo, a problemática com os indivíduos que residem no interior do Parque, os contratempos relacionados à drenagem da lagoa, as desconfianças dos moradores com respeito ao uso da verba destinada ao Parque, todas essas questões poderiam ser amenizadas se houvesse um diálogo aberto e de mão dupla.

6.3. Participação dos moradores nas atividades do Parque

De acordo com Reed (2008) para a superação dos problemas em áreas protegidas é necessário agregar diversas formas de conhecimento, seja científico ou o conhecimento local, quanto mais o aporte de informações multifacetadas mais eficientes serão as estratégias de conservação dessas áreas. Portanto, a participação da população nas decisões e atividades realizadas no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí é de grande relevância para a proteção desse local.

Ademais, a participação dos moradores nas estratégias de conservação do Parque é de acordo com Kashimoto, Marinho & Russeff (2002) importante para gerar maior comprometimento da população com a proteção desse lugar. Além de ser muito relevante para não se sobrepor aos sentimentos e interesses da população e ainda

proporcionar melhores condições de vida para os moradores da região, já que de acordo com Sachs (2008), a população de uma região são os que mais reconhecem as necessidades do local.

Portanto, a seguir será discutido se existe do ponto de vista dos moradores alguma atividade ligada ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí no qual a população tem participação. Foi averiguado se existem reuniões com os moradores, ou qualquer outra atividade no qual os moradores são convidados a se envolver um pouco mais com a dinâmica do Parque.

A esse respeito foi conversado com os moradores se em alguma ocasião as opiniões destes foram computadas ou se foram investigadas as ideias dos moradores. E obteve-se como respostas afirmativas bem categóricas:

Não. Pior que não, a primeira vez que eu tô conversando assim é com você (ME1).

Também não. O pessoal tá sempre por fora de tudo. Esse que é o problema (ME2).

Não, pra chamar, pra conversar, aquele negócio que fazem quando tão querendo atrair o pessoal, pente pra um, espelinho pra outro, não sei o que (ME3).

Com relação à participação em reuniões alguns moradores afirmam que nunca participaram de reuniões com o poder público, já outros relatam que são poucas as reuniões em que os moradores participam e que em geral aparecem poucos indivíduos da população.

Não fazem. Eu pelo menos não sei né. Nunca fui, nunca participei (ME4).

Eles faz uma reunião aí. Mas com pouco morador. É mais o pessoal da prefeitura. Ai faz ali em cima. A Comperj, a Uerj, o pessoal da prefeitura (ME1).

O morador entrevistado 2 (ME2) afirma que existem reuniões entre os pesquisadores, os gestores e o poder público, mas segundo este a população não é convidada a participar desses acontecimentos, e, portanto, ele afirma não se envolver nas reuniões que acontecem no Parque.

Não porque eu sou meio privado, eu mesmo me privo. Eu não sou chegado a participar de coisas que eu não sou convidado. Se você vai fazer uma reunião ali e você “o senhor a gente vai fazer uma reunião lá, eu quero o senhor lá pro senhor ficar ciente que isso, que aquilo”. Então eu vou tá lá. Se você não me disse nada eu vou estar aqui (ME2).

Quanto à existência de outras atividades no Parque com o intuito de envolver a população alguns entrevistados afirmam que foram realizadas festas no interior do Parque para comemorar algum acontecimento na área (como a comemoração realizada para inaugurar os galpões e os laboratórios). No entanto, os moradores relatam que poucos são os habitantes que tomam conhecimento dessas festas.

Quando têm festas alguns vem. É só chamar, porque se o Parque fizer uma festa eu acho que tem que convidar, porque muitos não vem porque não foi convidado, como é que vão chegar e vão vir (ME5).

Desse modo, os entrevistados afirmam que há um déficit de comunicação entre moradores e pesquisadores/gestores/poder público. Logo, de acordo com os moradores entrevistados, mesmo que havendo uma boa intenção por parte dos pesquisadores e do poder público em organizar eventos no interior do Parque, devido à falta de divulgação esses eventos não foram desfrutados pela população. Assim, conforme a perspectiva dos moradores não há no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí estratégias para inserir a população nas atividades do Parque, sejam ligadas a gestão ou não. Essa perspectiva será mais adiante confrontada com as oriundas dos entrevistados estratégicos (pesquisador, gestor e representante do poder público).

Autores como Demo (1988) e Jacobi (1999) alegam que devido às características políticas do Brasil, que é marcado por uma política paternalista e autoritária, a participação por parte dos moradores necessita ser incentivada, pois a participação não é uma condição habitual dos indivíduos. Assim, o próximo ponto analisado consiste no grau de engajamento político da população de São José e no entendimento que os entrevistados fazem a respeito do conceito de participação.

6.4. Grau de engajamento político e entendimento de participação por parte dos moradores

Nesse subtópico serão discutidas as análises das entrevistas relativas a duas categorias: o entendimento de participação por parte dos moradores e o grau de engajamento político desses. Essas categorias foram anexadas no mesmo subtópico por constituírem em questões que se encontram atreladas, pois a noção de que os moradores fazem sobre o significado do conceito de participação depende até certa medida do engajamento político desses indivíduos.

Foi analisado o grau de engajamento político que a população de São José possui para tentar compreender se a noção de mobilização e de envolvimento que os moradores possuem é suficiente para gerar reivindicações por maior participação nos assuntos relacionados ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.

Ademais, foi analisado como os moradores entendem o conceito de participação, devido à necessidade de observar se a população concebe o conceito de participação como o direito de se envolver nas decisões relativas ao Parque, ou se esses concebem a participação apenas como ações voluntariadas para auxiliar na manutenção desse lugar.

Para analisar o grau de engajamento político da população do bairro foi verificado se existe na região alguma instituição que viabiliza a mobilização popular, ou alguma outra forma mobilização por parte dos moradores no sentido de questionar as ações do poder público e buscar melhorias para região.

Desse modo, averiguou-se a existência de uma associação de moradores ou alguma outra instituição participativa no bairro. Assim, após pesquisar com alguns moradores constatou-se que existiu na região uma associação de moradores, que atualmente encontra-se desativada. A esse respeito os entrevistados afirmaram:

Tinha, eu não sei se continua. De primeiro tinha, agora eu não sei se continua ou parou. Não posso te informar a você. Só a prefeitura mesmo. Não posso informar, isso muda muito (ME1).

Ela existe, existe, com estatuto, com tudo, só não funciona porque nós não conseguimos pessoas dispostas a fazer parte da diretoria. Entendeu, que quando apanharam ela, apanharam pra política, ai como não foi eleita abandonou, ai ninguém quis saber mais de nada (ME3).

No entanto, a extinta associação de moradores, de acordo com os relatos, não implicou em um engajamento político por parte dos moradores. Conforme as

informações dos entrevistados a associação não possuía um número expressivo de membros, e, inclusive, encerrou suas atividades por falta de pessoal interessado em assumir a diretoria. Ademais, a população não era habituada a participar das reuniões, e em apenas alguns casos extremos as reuniões apresentaram quórum relativamente grande.

Eu lhe mostro o livro de ata, tudo direitinho, essa diretoria não fez nenhuma reunião, em torno de 95/96. Ai a associação de moradores ficou parada, quando nós voltamos pra cá em 2004, e ela voltou a existir, ai eu fiquei o primeiro mandato, teve uma reeleição, ai de acordo com o estatuto eu não podia continuar, ai entrou o Roberto com a diretoria dele. O Roberto ficou um ano, um ano não, ficou dois. Quando foi na próxima eleição tentamos formar uma diretoria, dos dez que precisava só conseguimos um, porque ninguém mais tinha tempo (ME3).

Teve uma época que soltaram um boato lá dentro, que a, o pessoal do Parque ia botar o povo lá pra fora, ia trazer a PM pra jogar as casas, jogar as casas a baixo. Ai correram, começaram a me pensar na rua. Ai marquei uma reunião na associação de moradores, foram quase 400 pessoas. Ficou tumultuado, olha, ficou tumultuado, o pessoal que não está... Não, ai tava todo mundo ameaçado, ai foi, ai foi. O pessoal não tá acostumado a participar de reunião, aquele negócio que quando um fala o outro abaixa a orelha, e se inscreve, e respeita limite de tempo, não tá acostumado, você imagina o inferno que foi (ME3).

Nesse sentido, mesmo quando havia a associação dos moradores, a população de São José não buscava participar das reuniões, de acordo com o morador entrevistado 3 (ME3), ainda que essa atuasse no sentido de trazer melhorias para a região, os moradores só se engajavam nas causas da associação se os interesses destes estivessem ameaçados, explicitado no relato acima, no qual o medo de serem removidos de suas casas dentro do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí ocasionou na participação de inúmeros moradores em uma reunião extraordinária da associação de moradores.

Desse modo, alguns entrevistados mostram-se céticos quanto ao interesse da população em participar de qualquer que seja a atividade.

Então só escutava o povo aqui reclamando, se lamentando, que não podia fazer uma faculdade, que não podia fazer um segundo grau, porque não tinha condução pra Niterói, e essa condução para Alcântara era uma tristeza, e que no passado, no passado, já tinha existido aqui uma linha pra Niterói (...). Quer dizer o povo nunca participou de nada

nunca se mobilizou pra fazer nada, ficou por isso mesmo, ai passou por aquelas lamentações, aquele negócio (ME3).

Só que o povo aqui de São José só sabe bater boca, que na hora de ir lá na empresa reclamar, ninguém vai. É só reclamando, ai briga com o motorista. Que que o motorista tem com isso? Ele é empregado né? Ele faz o que o patrão manda. É muito difícil fazer as coisas aqui, o povo não ajuda em nada. Na hora de reclamar todo mundo reclama, mais na hora de ir lá, se reunir, pedir diretamente ao prefeito, pros responsáveis, ninguém vai (ME4).

Existe a tentativa de reabrir a Sede (espaço onde eram realizadas as reuniões da associação de moradores), por parte de um grupo pequeno de pessoas, para ser um local de realização de atividades culturais no bairro. Entretanto, os mobilizadores dessa empreitada também afirmam encontrar dificuldades na interação com a população.

Agora que minha filha tá querendo reabrir aquilo ali, já foi lá? É muito difícil trabalhar aqui, muito difícil, o povo não ajuda, não colabora. Ai tá indo né, mas vamo ver como é que vai ficar. Pra ver se consegue..., mas tá muito difícil, o povo aqui não gosta de ajudar (ME4).

A respeito do interesse da população em participar das atividades e das decisões do Parque, o morador entrevistado 3 (ME3) alega que os moradores de São José só se envolveriam nos assuntos relativos ao Parque caso a participação traga benefícios pessoais diretos.

Eu acredito que o pessoal participaria se promettesse alguma coisa por fora, uma cesta básica, um vale... Tem que satisfazer algum interesse pessoal, porque senão não vai. Não vai, não participa. E ainda tem mais, na hora da..., se acontecer a reunião ainda vai aparecer um bêbado pra acabar com ela. É, um pinguço pra acabar com ela (ME3).

Portanto, de acordo com esse entrevistado, não há um interesse por parte da população em participar das decisões e da gestão, não apenas do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, como também as decisões relativas ao bairro de São José.

No entanto, apesar dos entrevistados afirmarem o desinteresse da população em participar das atividades políticas, sociais e até culturais no local, muitos asseguraram que pessoalmente gostariam de participar dos programas e das decisões relativas ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.

Com certeza. Eu sim, sim até porque eu acho que opiniões sempre são bem vindas. Então, quanto mais opiniões melhor pra você calcular

como é que fica, ou que pode funcionar a coisa, possa concordar e o que não (ME2).

Gostaria né, que no dia que inaugurou eu não sei como que eu soube e nós fomos lá, mas foi pouca gente também (ME4).

Já gostei, já quis muito isso, já quis. Mas hoje eu já tô velhinho, tô aposentado. Mas eu já quis (ME5).

É possível observar uma contradição no relato dos moradores, pois apesar de todos afirmarem categoricamente a passividade da população de São José, muitos alegaram possuir pessoal interesse em participar mais das atividades e decisões do Parque. Desse modo, os moradores entrevistados cogitam em participar mais das atividades e decisões dessa área protegida, e entendem (em especial o morador entrevistado 2) que a proteção desse local será mais efetiva se for agregado mais opiniões nesse processo.

Com relação ao entendimento de participação por parte dos moradores, é possível notar que os entrevistados acreditam que a participação da população nas atividades do Parque possui importância para o desenvolvimento desse local e para geração de melhorias para o bairro.

É eu sei lá eu acho que as pessoas, você diz, as pessoas participarem mais? Mas é justamente isso, para as pessoas participarem mais, é preciso o Parque ser mais divulgado. Eu achava que deviam fazer uns prospectos e espalhar, botar uma pessoa pra ir de casa em casa e bares, e o caramba, convidar as pessoas, fazia um evento, convidava toda a galera, chegava aqui diante deles e explicava como é que é o Parque, qual o interesse, pra que eles coisa, o que vai trazer, qual o benefício que vai vir futuro. Por que eles sabem, eles sabem que o Parque investindo dentro dele aqui, ele traz um grande futuro. Eu acho que tanto em trabalho pra comunidade, como também em ensinamento, e em varias coisas, sabe, bastante futuro (ME2).

Participação? Dentro do Parque? Uma boa pergunta, eu acho que seria te ali uma equipe séria, que conseguisse transmitir boas intenções, que conseguisse transmitir boas intenções para a comunidade. Mostrar que tá com boas intenções, entendeu? Que esse pessoal daqui arredio do jeito que é, fosse se chegando, chegando pra participar. Porque aquilo ali vai ser bom pra todos nós, entendeu? Seria muito bom se tivesse ai uma equipe que conseguisse fazer isso, trazer a comunidade pra perto deles, começar a discutir os assuntos, e com o apoio do poder público né. Porque sabe-se perfeitamente que o pessoal ai do ..., os professores eles não tem verba pra gastar. Então, seria algum trabalho que fosse feito em um tripé, um tripé, comunidade, ali os cientistas e coisa, e o poder publico (M3).

Pode-se também observar nos relatos acima que os entrevistados afirmam ter consciência que a participação da população é essencial para efetivar a proteção do Parque. No entanto, apesar de demonstrarem a ideia de que a participação dos moradores nas atividades do Parque é essencial para a proteção desse lugar e para gerar benefícios sociais, econômicos e culturais para a região, os entrevistados também revelam em suas respostas que entendem a participação de maneira passiva, onde cabe aos moradores realizar ações voluntárias para melhorar a estrutura do Parque, ou participar de cursos que possibilite a capacitação profissional e/ou educacional. A noção de participação como sendo a conscientização dos moradores sobre a importância do Parque também é visualizada nas respostas dos entrevistados.

Então quer dizer, são tudo coisas que a gente com a mão de obra dos outros, e nego ajudava a fazer, ai nessa pegava ele pra levar uma árvore lá no morro pra plantar. Aquele negócio, quer dizer, a união, unir o povo. Agora você vê não tem divulgação, não tem contato um com o outro, não tem nada. O Parque tem que ser composto de tudo, de vizinho, a população do local, tomarem parte disso, sabe. Saberem o que é o Parque, pra que o Parque, o que que o Parque vai trazer futuramente (ME5).

Ah eles podem participar mais como é, por exemplo, arrumar um esquema de... como eles iam falando da paleoarte pra criança, vindo a criança vem a mãe, da mãe vem o pai, e que dizer cria um circulo convidativo. Então vamo conversar, explicar..., então eu acho que é isso. Eu acho que é divulgação, falta divulgação (...). É, ajudar, aqui tem muita coisa pra fazer, mutirões. Mas tem que divulgar, conversar com pais de alunos (ME2).

Olha, eu acho que a comunidade poderia participar, é, que o que o pessoal desenvolve de forma pequena ai, é a parte de esportes, entendeu? Esportes, e algum trabalho social, cursinho de corte e costura, trabalhos manuais, agora tão tentando reunir um grupo de idosos pra ir fazer exercício, pra ver se dura mais três anos, esse tipo de coisa, entendeu? (ME3).

A noção de participação como direito a opinião e ao compartilhamento das decisões, de maneira a se estabelecer o diálogo aberto entre os gestores e população, só foi observada na seguinte frase dita pelo morador entrevistado 2 (ME2).

Com certeza. Eu sim, sim até porque eu acho que opiniões sempre são bem vindas. Então, quanto mais opiniões melhor pra você calcular como é que fica, ou que pode funcionar a coisa, possa concordar e o que não (ME2).

Nesse sentido, pode-se notar que o entendimento de participação por parte dos moradores é pautado na crença de que participação é sinônimo de auxílio. Auxílio que os moradores podem prestar ao Parque, para ajudar na proteção deste, e também no auxílio que o Parque pode gerar para os moradores, com o oferecimento de cursos e outras melhorias para a sociedade. No entanto, a noção de que a participação é um processo coletivo, que deve primar pelo compartilhamento das decisões e do poder é pouco cogitado pelos entrevistados.

Entretanto, cabe ressaltar que este entendimento de participação é realizado apenas pelos moradores, a visão do pesquisador, gestor e do representante do poder público com relação ao conceito de participação será averiguado nas próximas páginas. Assim como o entendimento por parte dos pesquisadores e representantes do poder público a respeito do grau de engajamento político dos moradores, e como esses visualizam as relações entre os atores envolvidos com o Parque. E desse modo, contrastar as visões dos responsáveis pela proteção dessa área protegida com a visão dos moradores.

Ademais, será verificado como se dá a gestão (e quem são os gestores) no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, como se deu a criação do Parque e quais são os esforços dos pesquisadores e do poder público para a conservação dessa área.

6.5. A gestão no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí

Esse eixo foi incluído no estudo devido à necessidade de compreender quais são atores que estão à frente da gestão do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, e como é realizada essa gestão. Como já foi apontado anteriormente, existe certa dificuldade em entender como se dá a gestão no Parque, em principal quem são os responsáveis pela gestão dessa área e como a gestão é desempenhada.

Segundo Castro & Machado (2011) os cientistas são muito atuantes na área, e fazem a captação de recursos humanos e financeiros para serem investidos em melhorias para o Parque. Já a atuação do poder público varia de acordo com o governo e os políticos, que se alteram a cada quatro anos. Porém, a atuação do poder público é sempre menos evidente do que a dos pesquisadores. No entanto, até o trabalho de Castro & Machado (2011) não havia no Parque um gestor ou um comitê gestor instituído para essa área, as ações dos pesquisadores são relatadas pelas autoras como

difusas e as licenças concedidas para esses realizarem melhorias são verbais e dependem do governo em questão.

Portanto, foi averiguado junto aos cientistas que possuem maior envolvimento com o Parque e verificado com o subsecretario de meio ambiente, como foi estruturada a gestão no passado e como está sendo organizada na atualidade. Desse modo, pretende-se compreender melhor como ocorre à gestão dessa área e ainda avaliar se houveram mudanças com relação à gestão desde o estudo realizado por Castro & Machado (2011) até os dias atuais.

De acordo com o relato dos entrevistados, na atualidade dois administradores foram nomeados pela prefeitura para realizarem a gestão do Parque, e ainda existe um biólogo, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente de Itaboraí, que é encarregado das atividades práticas dessa área. Segundo os entrevistados, esses administradores foram designados apenas no final de 2013. Nesse sentido, a instituição dessa gestão é muito recente.

Na verdade hoje, a gente tem a Maria Beltrão e o Sergio Alex como diretores do Parque. E o Parque tá vinculado a duas secretarias, na verdade na legislação uma, que é a Secretaria de Meio Ambiente, mas informalmente é vinculada a secretaria de projetos especiais também. Que é até esse Marcio aí que é o secretário. Que foi até ele que contatou a Beltrão e o Sergio para serem diretores (...). Essa direção entrou esse ano né, entrou com a nova gestão (EE 1).

Mas hoje a diretora, a diretora do Parque é a Maria Beltrão, que até é aquela, você deve conhecer né? (EE 2).

Após a descoberta da existência de dois administradores desde novembro de 2013, foi entrevistado um dos novos gestores do Parque. Portanto, adicionou-se mais um ator estratégico entrevistado, que constitui no atual administrador do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.

A indicação desses nomes para compor o órgão administrativo do Parque representa um avanço nas questões relativas à gestão dessa área, já que de acordo com o entrevistado estratégico 1 (EE1), essa é a primeira vez que o Parque possui gestores designados pela prefeitura (apesar que de acordo com o entrevistado estratégico 3 (EE3), a prefeitura só repassou a indicação, pois a determinação do gestor foi realizada diretamente por uma universidade de Paris).

Foi possível constatar junto aos entrevistados – assim como foi apresentado por Castro & Machado (2011) – que não existia nenhum comitê ou órgão gestor anterior a esse atual. Nesse sentido, o entrevistado estratégico 1 (EE1) afirma:

Não, não tinha. Existe até um dispositivo legal, que é o decreto 79 de 2008, Municipal, que era o dispositivo que instituíra normas para constituir o conselho gestor do Parque, e esse conselho gestor até hoje não foi constituído de acordo com o decreto. A gestão mesmo, a nível de nomeação e vínculo com a prefeitura a partir desse ano que começou a se instituir (EE1).

Ademais, de acordo com o ator estratégico 2 (EE2) não cabia aos pesquisadores à gestão do Parque, apesar destes empenharem vários esforços para a implementação da área protegida e para sua conservação. Os pesquisadores, em um passado não tão distante, não eram considerados os gestores do Parque, eles estavam mais para benfeitores.

Os pesquisadores não eram os gestores, tinha mais aquele apego sentimental. Mas quem tomava a frente do Parque era a Tutuca. Tudo meio que passava pela mão dela, os equipamentos eram adquiridos pelas universidades através de projetos, que foram doados para a prefeitura, tombados, e trazidos para o Parque. Se você for ver aí todos eles tem número de tomo né. Então, era mais ou menos nesse padrão. Todos eles foram doados para a prefeitura de Itaboraí (EE1).

Constatou-se que os pesquisadores mais antigos não se consideram gestores do Parque, eles fazem benfeitorias na área, buscam investimentos, constroem estruturas, realizam atividades para as crianças, mas não são os gestores. Em conversa com uma pesquisadora da UFRJ, esta revelou que os pesquisadores se auto-intitulam como “Amigos do Parque”.

Desse modo, é possível observar que o Parque passou 18 anos sem ter uma gestão oficializada. Mesmo a partir de 2008, data da criação da Lei Municipal 71/2008, que institui o Código de Meio Ambiente de Itaboraí, o qual estabelece a criação do SIMMA, responsável justamente por determinar o estabelecimento e gerenciamento de unidades de conservação do município, nenhum avanço foi realizado no sentido de instaurar um comitê gestor ou um conselho gestor na área. Apenas em 2013 houve a nomeação dos administradores.

Em conversa com a pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é relatada a existência de um documento que oficializou em 1997 a instituição

de uma Comissão Gestora do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Entretanto, de acordo com a pesquisadora, essa Comissão existiu apenas enquanto documento, de forma que não foi realmente efetivada.

No entanto, essa discussão é complexa, pois o Parque está enquadrado na categoria de Área de Preservação Permanente do Código Florestal, que não prevê delimitação nem formação de conselho gestor. Porém, na Lei 1346/95, que cria o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, fica estabelecido a obrigatoriedade de realizar a delimitação da área e a criação do plano diretor. Ademais, o decreto nº 71 de 19 de novembro de 2008, prevê a criação do plano de manejo e de um conselho administrativo, ambos ainda não realizados.

Nesse mesmo decreto fica instituído que a Secretaria de Meio Ambiente é a responsável pela gestão do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Entretanto, de acordo com os entrevistados apenas na gestão atual a Secretaria de Meio Ambiente passou a dedicar mais tempo, esforços e demandar recursos financeiros para o Parque.

Apesar da comunidade acadêmica não constituir efetivamente nos gestores do Parque, foram os pesquisadores os primeiros atores que buscaram investir nesse local, mesmo sem a concessão oficial. Os pesquisadores não foram apenas responsáveis pela criação do Parque, mas foram também responsáveis por uma série de reformas e melhorias nessa área.

Na verdade o Parque sempre funcionou meio que por intermédio das instituições que a gente tem aqui, tanto a UERJ quanto a UFRJ, né? A UERJ por intermédio da Tutuca, tem um professor também que era da rural, o Benedicto, que é geólogo, tá aposentado, e foram essas pessoas sabe? A Tutuca, o Benedicto, a Lilian, a Beltrão também meio que um pouco mais distante, mas fez parte. E eram basicamente essas, e eles que buscavam, captavam recursos (EE1).

Então assim, hoje na frente do Parque a gente tem ela que foi pesquisadora (a Maria Beltrão), é pesquisadora há muito tempo. Tem também a Lilian, não sei se você conhece a Lilian. A Lilian é outra pessoa muito importante aí na história do Parque. Ela, a Tutuca, então, são pessoas que... Assim, a comunidade científica que briga muito pelo Parque. Que tem brigado muito e a gente tem agora tentado dar o mínimo de suporte, e tem, porque ele tá lotado na nossa secretaria, e a gente tem tentado dar essa manutenção (EE 2).

No entanto, mesmo atualmente os grandes responsáveis pelo Parque continuam sendo os membros da comunidade acadêmica, pois os dois nomeados para a administração atual dessa área são pesquisadores e professores da área de paleontologia

e arqueologia de universidades existentes no estado do Rio de Janeiro. A respeito da nomeação dos administradores e do fato de fazerem parte da comunidade acadêmica o ator estratégico 2 (EE 2) afirma:

Assim, o Parque já era lotado na nossa secretaria né, só que a nomeação veio do gabinete. Então, essa é uma pergunta que eu não tenho detalhes. Realmente foi uma ótima indicação, mas isso ai já são assuntos que são decididos lá. Mas foram muito felizes nessa escolha, né? E agora algo que a gente tá discutindo, inclusive tivemos algumas reuniões pra definição do conselho gestor do Parque, os membros. Ai a gente vai ter que publicar e tudo e tal, então e a prioridade, e não só a prioridade, até agora as indicações de fato são realmente as pessoas da comunidade científica, entendeu? (EE2).

Ainda com relação à escolha dos atuais administradores do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, o entrevistado estratégico 3 (EE3) relata que:

Eu criei o Parque, em 1995. Fui eu que criei com o professor Benedicto Rodrigues, entendeu? Eu tava achando que me chamaram pra ser diretora por causa disso. Nada minha filha, é porque aqueles que me atacaram tanto lá, em Paris, de uma universidade quiseram vir trabalhar comigo aqui, trabalhar como cientista. Mas perguntaram para ser diretora quem seria. Ai, perguntaram a um professor de Paris, que me indicou. Então fui indicada por Paris, fui a última a saber (EE3).

Então eu chamei pra ser meu vice o Doutor, professor Doutor Sergio Alex, foi chefe do departamento de geologia e paleontologia, foi diretor do Museu Nacional, participou de todos os colegiados, tem uma experiência administrativa enorme. Eu tenho experiência administrativa no setor da arqueologia que eu dirigi quase 50 anos, 45 anos. Mais..., então como eu to muito na parte científica, o Sergio Alex pode me ajudar muito na parte administrativa. Embora eu seja a diretora. E não vou deixar isso correr assim tão fácil não (EE3).

Com relação à função desempenhada pelos pesquisadores nomeados pela prefeitura para gerir o Parque, de acordo com o entrevistado estratégico (EE1), os pesquisadores foram separados em duas principais funções:

O biólogo gerencia as atividades práticas aqui do Parque e ao mesmo tempo corre atrás de umas partes administrativas inerentes ao mesmo e a gente tem a professora Beltrão e agora o Sergio que estão ai na parte executiva. São responsáveis por essa interlocução com empresas e parceiros, pra buscar uns investimentos mais pesados. Mais ou menos isso (EE1).

Desse modo, pode-se observar que os pesquisadores/professores das universidades localizadas no estado do Rio de Janeiro, não apenas foram muito atuantes no processo de criação do Parque, implantação de uma infraestrutura mínima e conservação dessa área, no passado, como continuam a ser até hoje os principais atores empenhados na conservação dessa área protegida.

Para compreender melhor os papéis exercidos pelos pesquisadores e pelo poder público na criação e gestão do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, foram realizadas algumas perguntas pertinentes ao processo de criação do Parque.

Entender como era e como é a gestão dessa área é muito importante para compreender a dinâmica do Parque e também para contrastar com as entrevistas realizadas pelos moradores, em principal com relação às queixas que estes fazem a respeito da falta de comunicação. A ausência de um gestor ou uma instituição gestora no Parque torna inviável o diálogo com a população, assim como não beneficia a divulgação da área. Como a nomeação dos administradores só ocorreu no final de 2013, apenas a partir dessa data será possível avaliar como a gestão da área é realizada. Dessa forma, é possível observar o descaso das sucessivas gestões do poder público com o Parque.

6.6. Criação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí foi estabelecido na área da antiga propriedade da Companhia de Cimento Portland-Mauá. Quando a extração de calcário deixou de ter interesse para a empresa esta abandonou o local. Não houve a preocupação com a retirada do maquinário nem com a reconstituição da área. Um pequeno histórico sobre os antecedentes da criação do Parque é relatado pelo entrevistado estratégico 1 (EE1).

O Parque ele foi descoberto em 1928 e ficou um período, uns quatro anos, a nível de análise, tudo, e a exploração se iniciou em 1933, e essa exploração durou até 84. Em 84 quando já não era mais viável a extração do calcário, pararam essa extração, desligaram as bombas e o nível do lençol freático subiu e formou aquele lago gigantesco que tínhamos na época. E a partir de 84 a empresa saiu, abandonou a área, deixando todo o passivo ambiental, até mesmo porque a gente não tinha uma cobrança ambiental tão exigente como temos hoje. Então o que acontece? A empresa já não tinha mais interesse na área, abandonou, vieram às ocupações que a gente tem até hoje, irregulares,

que acarreta uma série de problemas pra gente aqui da administração do Parque, e em 1990 a prefeitura decretou a área como área de utilidade pública (EE1).

De acordo com os atores entrevistados, apesar de a prefeitura ter sancionado a lei de criação do Parque em 1995, o Parque durante muitos anos existiu apenas devido à determinação legal, mas não houve esforços para a implementação de fato dessa área protegida. Consequentemente, esse local passou muito tempo abandonado, mesmo depois da instituição dessa lei.

Porque eu não sei se você sabe, já viu na sua pesquisa, o histórico legal do Parque, que o Parque teve o decreto de desapropriação, aí ele teve a lei de criação, teve outra de ocupação, assim tava tudo certo, aí teve a de ocupação, isso você já deve saber, né? Porém, porém, ela não foi devidamente cumprida, né? Então assim, o Parque existia por lei mais não existia de fato. Até porque se você entrar no SNUC ele não se enquadrava no SNUC, então se você ver, for procurar em qualquer site do ICMBio, qualquer site desses, for consultar, não consta (...). Aconteceu, ele teve um decreto, inclusive eu posso te passar, de desapropriação, porém como não teve esse trabalho ali de monitoramento da área, de proteção, de vigília da área, a gente teve muito problema na área com invasões né? (EE2).

E em 95 foi criado o Parque Paleontológico, isso por uma cobrança até mesmo das universidades, que na época era o Benedicto, que estudou a bacia e sabia da importância fossilífera, arqueológica, geológica e paleontológica, de um modo geral. A Tutuca também teve inserida na briga pra criação dessa lei, então em 95 foi criada essa lei, surgiu essa lei de criação do Parque. E, desde então criaram a lei, e também e nada foi feito, tudo o que podia se fazer não foi feito e só tinha o normativo jurídico (EE1).

Desse modo, é possível constatar que a prefeitura apenas criou o Parque, porém deixou o local na mesma configuração que a Companhia de Cimento Portland-Mauá havia deixado. Não foi realizada, por parte do poder público na época, nenhuma ação para implantar de fato no local o Parque. Após alguns anos, os paleontólogos, que segundo os entrevistados haviam batalhado pela criação do Parque, perceberam o descaso da prefeitura com a área e resolveram implementar algumas medidas de conservação na área.

Da lei ser criada aí você fica um intervalo até 2000 ou 2001, que aí eles viram (os pesquisadores) que o Parque..., que nada foi feito por parte da prefeitura, desde a criação da lei. Era ocupação irregular, pessoas criavam animais dentro do Parque, e isso poderia acarretar

numa perda de todo aparato histórico e científico que a gente tem na área, né? Então a universidade, a universidade quando eu falo é sempre UERJ, UFRJ, Museu e a rural (UFRRJ), eles começaram a desenvolver esse trabalho, aí começaram a captar os recursos (EE1).

Portanto, existe uma problemática relativa ao Parque que reside no fato deste ter sido criado por uma determinação legal, que, no entanto, não foi devidamente cumprida. A demora no estabelecimento do Parque permitiu a entrada de muitas famílias no interior deste, e muitas dessas famílias residem até os dias atuais nas proximidades das instalações destinadas para os visitantes.

O poder público, que deveria ser o responsável por essa área, não desempenhou esforços para a efetiva implementação do Parque e sua posterior conservação. As melhorias e os projetos foram realizados pelos pesquisadores de forma difusa. Cada pesquisador interessado observava alguma necessidade do Parque e tentava suprir com financiamentos oriundos de editais Faperj ou através de parcerias com a Petrobras.

A ausência da nomeação de um gestor dificultou o estabelecimento de estratégias de conservação relacionadas à divulgação da área, ao estabelecimento do diálogo com moradores e de práticas participativas.

6.7. Esforços realizados por pesquisadores e pelo poder público para a conservação do Parque

De acordo com os entrevistados, os pesquisadores foram e são os atores que mais realizaram atividades e melhorias no interior do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Desde que perceberam a passividade da prefeitura com relação à área, os cientistas desempenharam vários projetos visando à implementação do Parque, a manutenção e a interação com a sociedade. Iniciativas como a inserção de placas indicativas na área, alocação da cerca e de painéis foram realizadas por intermédio dos pesquisadores. Além das obras nos galpões, que deram origem a um pequeno museu e aos laboratórios e a construção do deque. De acordo com o entrevistado estratégico 1 (EE1) a respeito das melhorias implementadas no Parque pelos cientistas:

Uns dos primeiros recursos foi cercar a área do Parque, uma delimitação que eles estipularam através de dados da antiga fazenda que era da mineradora (...). Então, tudo que a gente tem aqui no Parque hoje, eu posso falar sem sombra de dúvida que teve um dedo da Tutuca, assim, captando recurso, ou administrando, lutando pra

conseguir investimentos, até mesmo os “Jovens Talentos” também, foi por parte da administração dela (...). Então, o que o Parque tem hoje, sem sombra de dúvida é por intermédio dos pesquisadores e principalmente da Tutuca (EE1).

Ademais, algumas ações visando envolver a população de Itaboraí também foram realizadas pelos pesquisadores, o projeto “Jovens Talentos” de responsabilidade da professora Dr^a. Maria Antonieta da Conceição Rodrigues (conhecida como Tutuca), é um exemplo dessas ações:

Até mesmo o “Jovens Talentos” também foi por parte da administração dela, ela que conseguiu..., ela que na verdade deu o start assim dos “Jovens Talentos” trabalharem na própria unidade. Então, foi bem bacana, então tinha reuniões todos os sábados aqui com os “Jovens Talentos” e tudo mais, e isso foi por intermédio dela (EE1).

Já na atualidade existem outros projetos inerentes ao Parque em andamento. O projeto considerado como prioridade maior é relativo ao enquadramento do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí em uma das categorias do SNUC.

Na verdade a gente tem como prioridade enquadrar o Parque no SNUC, né? Porque assim a gente vai conseguir captar mais recursos e tem todo um amparo legislativo para que as coisas possam funcionar de uma melhor forma, já que pra uma unidade de conservação a lei do SNUC favorece bastante. Tem todo um percentual de investimento a serem destinados a unidades, e com o crescimento industrial, vamos dizer assim, de Itaboraí, tem muito recurso entrando, e a gente, tirando a APA de Guapimirim lá (é gerenciada pelo ICMbio até), Itaboraí nem tem nenhuma outra unidade. Então enquadrando o Parque vai ser bem legal e positivo, até mesmo pra fazer investimentos e executar projetos e melhorar nossa infraestrutura (EE1).

Então, a gente tem corrido em duas direções: a primeira é essa legalização até porque a gente legalizando como Parque de fato a gente já vai ter o recurso de ICMS verde, que vem para o município, né? Pra futuramente o nosso Parque constar no SNUC, e também pra gente começar a receber até ICMS verde, né? Do Estado. Porque a gente tem uma previsão, tem municípios que ganham um valor muito alto de ICMS verde, e a gente infelizmente por essa questão, essas questões legais e sociais a gente tá..., assim né? (EE2).

A prioridade com relação ao enquadramento do Parque no SNUC se dá devido à necessidade de conseguir captar recursos de maneira mais eficiente. No entanto, estão em andamento outros projetos. Um destes tem ligação com a educação e a divulgação científica. Organizado pela pesquisadora Dra. Lilian Paglarelli Bergqvist em parceria

com a Faperj e a prefeitura de Itaboraí o projeto intitulado “Um dia no Parque”, visa realizar visitas guiadas com alunos da rede municipal de Itaboraí. De acordo com os entrevistados estratégicos 1 e 2 (EE1 e EE2), as visitas serão bem dinâmicas e várias atividades estão sendo idealizadas para entreter e conscientizar os alunos sobre a importância do Parque, da paleontologia e da arqueologia.

Na verdade a gente tem um projeto que tá sendo executado agora, que a gente conseguiu... A gente montou um projeto de divulgação científica, com a Doutora Lilian, que é do instituto de geologia lá da UFRJ, e esse projeto foi aprovado. A gente tinha solicitado uma verba pra comprar alguns equipamentos e fazer, e dar uma melhorada em algumas partes do Parque, e construir uma escada de madeira, de eucalipto tratado mais precisamente, num local acidentado, fazer uma plataforma de observação em uma rocha lá, em um calcário travertino, que foi a rocha que foi extraída para a fabricação do cimento em si, e fazer um circuito com algumas escolas. E a gente vai construir uma sala de vídeo. Esse projeto tem como cunho principal uma atividade que a gente denominou de “Um dia no Parque”, que aí a gente vai selecionar uma turma de uma escola, um dia da semana, um final de semana, qual seja, e vai trazer, e a gente fez uma parceria entre Secretaria de Meio Ambiente, a Universidade Federal e a Faperj. A secretaria vai disponibilizar um lanche e o transporte dos alunos até o Parque, e o pessoal lá do laboratório da UFRJ vai vir com a parte de jogos lúdicos e as pessoas pra fazer essa visita guiada. Então vai ser tipo um circuito (EE1).

É o que eu te falei esse da Lilian em parceria com a prefeitura, o do dia do Parque né? Que a gente vai organizar, não só disponibilizar o transporte, levar as escolas, a gente vai focar que nem eu te falei em crianças e jovens de escolas públicas do município. Então disponibilizar o transporte inicialmente para esse nosso foco, pra levar até o Parque, mas assim, não só levar e mostrar “ah esse aqui é o Parque”, vai ser uma visita toda assistida. Eu acredito que depois que iniciar de fato esse projeto “Um dia no Parque”, que na verdade ele, é o que eu te falei, as visitas já estão sendo feitas, mas agora de uma forma oficiosa, vão ser feitos de uma forma mais estruturada e organizada dentro de um projeto. E eu acho que vai ser muito fácil ganhar simpatia ali da população, mesmo porque eles vivem numa cidade extremamente carente de qualquer tipo de programação cultural ou ambiental (EE2).

Outro projeto, esse dirigido pelos atuais gestores, com um viés acadêmico, está sendo cogitado. Esse último visa o retorno das pesquisas arqueológicas no local.

Na verdade tem outro projeto que foi submetido não sei se esse mês ou mês passado, aí foi pela gestora do Parque, pela diretora, que é um projeto de arqueologia, que é para retomar as atividades de escavação e prospecção arqueológicas. E a perspectiva de iniciar essa exploração

ainda esse ano. E só o IPHAM autorizar a portaria, liberar a verba, pra gente começar a escavar (EE1).

Por conta do grande potencial fossilífero do Parque e dos vestígios encontrados altamente relevantes para a arqueologia, os arqueólogos tem esperanças de realizar descobertas na região de importância impar para a ciência, pois no Parque foram encontrados artefatos líticos que assemelham aos encontrados na África.

Então, eu vou te dizer o que é importante em Itaboraí, porque que é que eu o considero um sítio arqueológico pré-histórico mais importante das três Américas. É o seguinte, na África, onde dizem que tudo começou, tem os pré-humanos, depois começam os humanos, então vamos falar de 3 milhões de anos. Então, houve um cidadão que fez uma chavezinha, sobre como evoluíram os artefatos na África. Pode começar com um triedro, uma coisa triangular, um artefato triangular, ou um chopper, geralmente é chopper, um seixolado, com seis lascamentos de um lado só em geral. E eu vi algo absolutamente extraordinário. Então, não existe na África um sítio que tenha tudo isso bonitinho, até chegar no buril, doze mil anos, que é especializadíssimo. O que eu vi em Itaboraí, que é espantoso, é que o sítio tem tudo isso num único sítio, o que faz..., me obriga declarar, que ele ali foi um centro de dispersão (EE3).

De acordo com o entrevistado estratégico 3 (EE3) a atual gestão do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí também visa estabelecer algumas atividades para inserir a população em atividades de lazer no interior deste. Segundo esse entrevistado:

As trilhas eu quero aproveitar pra fazer corridas, a pé e de bicicleta. Coisas não poluentes. Põe isso aí que eu esqueci, entendeu? No dia do aniversário da cidade, porque é em maio e tá mais fresco, então dá pra fazer, corrida a pé e de bicicleta (EE3).

Existe ainda em tramite outro projeto, só que esse idealizado pela prefeitura de Itaboraí, que possui ligação com educação e divulgação científica. No entanto, o projeto da prefeitura não inclui apenas o Parque, mas também diversas outras áreas relacionadas à temática da natureza. De acordo com o entrevistado estratégico 1 (EE1), esse projeto tem um viés ambiental e será realizado nas escolas da região.

A gente tá até montando um projetinho de educação ambiental para o município. Mas aí é um projeto de educação ambiental no modo geral sabe? Tanto pro Parque, quanto questões ambientais das mais genéricas possíveis. Que engloba tudo que tenha o cunho meio ambiente. A gente tá pensando em executar esse ano, né? A gente vai nas escolas dar palestras, faz atividades, então coisinhas mais de

conscientização. Um trabalho que eu particularmente gosto de fazer sabe? (EE1).

O entrevistado estratégico 1 (EE1) ainda afirma ter interesse em realizar um convênio com a brigada ambiental, no intuito de prevenir incêndios na área e ainda gerar benefícios sociais através da capacitação dos moradores para exercer o trabalho de bombeiro civil. Desse modo, os pesquisadores e gestores se mostram preocupados não somente com a conscientização dos moradores a respeito da área e a divulgação científica, mas também com a possibilidade do Parque proporcionar melhorias para a população.

É, isso é uma coisa bem lembrada, você falou em guarita, a gente tá tentando firmar um convênio com a brigada ambiental, de eles instituírem uma base aqui no Parque. Então se esse convênio for formado acho que vai ser bem produtivo para o Parque e para o município, porque eles vão prestar esse serviço de brigadistas e esse convênio eles até formam, sabe? Dão cursos e formam novos brigadistas, então, vai ser um atrativo a mais para o Parque, para população, podendo utilizar a área, formar profissionais que possam trabalhar em shoppings, em todos esses lugares que necessitam de bombeiros civis (EE1).

Outra atividade que visa gerar benefícios socioeconômicos para a região está sendo programada pelos gestores do Parque, e baseia-se na utilização de mão-de-obra local para a futura contratação de funcionários, monitores e guarda-parques. Assim, os gestores almejam gerar empregos para a população da região.

Elaboramos também, uma proposta de capacitação da população residente nos bairros próximos ao Parque, para que essas pessoas venham a ser os futuros funcionários, seja trabalhando no centro de visitantes que almejamos implantar, seja como guias para grupos de visitantes, entre outras opções que agora, investidos em cargos executivos, teremos mais condições de estar propondo ao Governo Municipal de forma mais elaborada e justificada (EE3).

Nesse sentido, é possível perceber que os pesquisadores investem (e investiram) alguns esforços para a conservação do Parque, pois consideram uma área de expressiva importância para a ciência. Mas também, buscam divulgar essa área para o grande público, principalmente para incentivar a conscientização sobre a importância do Parque e das ciências relacionadas com este local. Igualmente é possível notar que a atual gestão da Secretaria de Meio Ambiente tem realizado ações para a manutenção e

divulgação dessa área. De acordo com os entrevistados estratégicos 1 e 3 essa é a gestão pública que mais demonstrou interesse pelas demandas do Parque.

Ao meu ver, essa é a gestão que mais apoia o Parque por parte da Secretaria de Meio Ambiente. Porque são coisas básicas assim, mas a gente tirava do nosso bolso pra comprar gasolina pra botar na roçadeira, hoje em dia a gente consegue isso até mesmo com um pouco de facilidade. Conseguimos alguns equipamentos que foram adquiridos através de compensação ambiental, que foram doados pro Parque. Doados não, na verdade foram adquiridos pro Parque, esses equipamentos, alguns EPIs, roçadeira, motosserra para fazer poda de algumas árvores, e tudo mais. Essas coisas que a gente tinha a maior dificuldade pra conseguir, hoje não tá mais tão difícil. Porque a gente tem o amparo da secretaria para o Parque. Então, isso é bem bacana, no meu ponto de vista essa é a melhor gestão da prefeitura para o Parque (EE1).

Agora, nunca tivemos um prefeito, nem secretário de governo da prefeitura de Itaboraí com tanto interesse na depressão calcária de São José de Itaboraí, no Parque Paleontológico (EE3).

É possível perceber que os pesquisadores realizaram alguns projetos que foram muito importantes para a conservação dessa área. São eles que fazem constantemente a poda das árvores, a manutenção das trilhas, o corte da grama, entre outras ações. Atualmente existem muitos projetos previstos para entrar em vigor ainda no ano de 2014, e outros que estão mais relacionados a uma perspectiva futura. Apesar dos novos gestores, alguns pesquisadores continuam atuantes na área e continuam desempenhando seus projetos.

Devido à nomeação recente dos administradores, para avaliar as estratégias de gestão com relação à temática da participação social e a respeito da efetivação de todos os projetos relatados acima, seria necessário acompanhar o andamento dessa gestão por mais tempo.

A despeito das ações empreendidas pelos pesquisadores para a implementação e melhoria do Parque, muitos moradores não reconhecem esses esforços e criticam bastante a intervenção dos pesquisadores e do poder público no Parque. O descontentamento com os pesquisadores e o poder público gera uma relação conflituosa entre os moradores e o Parque. Portanto, com intuito de discutir de modo mais aprofundado sobre as relações dos moradores com os pesquisadores, o poder público e os gestores do Parque, a próxima categoria visa analisar como se dão as relações entre

todos os atores envolvidos com o Parque na perspectiva dos pesquisadores, gestores e do representante do poder público.

6.8. Relações entre os atores envolvidos com o Parque na visão dos pesquisadores, gestores e do representante do poder público

Com esse eixo inspirador de análise tem-se o intuito de tentar desvendar como as estratégias de participação são inseridas na dinâmica do Parque, já que a implementação de práticas participativas segundo Demo (1988) estão diretamente relacionadas com a conversação, a divulgação e a confiança mútua. De modo que entender como os atores descrevem as relações sociais na área pode gerar evidências para compreender se existe envolvimento da população nas atividades e decisões do Parque.

O pesquisador, gestor e o representante do poder público relatam possuir grande respeito pelos moradores, e demonstram vontade de inserir mais efetivamente a população nas atividades do Parque. No entanto, ao analisar as entrevistas, tanto de moradores, quanto dos pesquisadores, gestores e do representante do poder público, nota-se que as relações não são estreitadas e que o diálogo entre estes atores e a população é limitado.

Contudo, cabe ressaltar que apesar dos pesquisadores estarem incluídos nesse eixo de análise, não cabe a estes o papel de gerir o Parque. Desse modo, a realização de estratégias educativas, melhorias na infraestrutura e táticas de aproximação com a comunidade não são responsabilidades destes atores e sim do poder público (e mais recentemente dos novos gestores). A inclusão dos pesquisadores na presente análise é realizada, pois estes atores mesmo sem a obrigação de exercer essas tarefas acabam por desempenhá-las.

A respeito do interesse da população pelo Parque os entrevistados acreditam que os moradores não se mostram muito empolgados com a área protegida e também não valorizam o local. O entrevistado estratégico 2 relata que muitos moradores sequer conhecem o Parque.

Mas ai então, a gente identificou ano passado como foi o nosso primeiro ano, e a gente teve que fazer muita coisa ao mesmo tempo, principalmente fora do Parque, então, a gente de cara identificou essa necessidade, da comunidade..., tem gente que mora ali em São José, em Cabuçu, e não conhece o Parque, mesmo tento as placas ali, indicativas, entendeu? (EE2).

O entrevistado estratégico 2 (EE2) ainda demonstra estar ciente que os moradores possuem maior afeição pela lagoa do que pelo Parque propriamente dito.

A maioria não conhece o Parque, eles sabem que tem uma lagoa, muitas vezes, entendeu? A lagoa é muito mais famosa, e muitos não tem ideia de como apareceu aquela lagoa ali, e simplesmente ela surgiu em um passe da mágica, não tem ideia da história, até a história ali da exploração é interessante, entendeu? É uma história muito interessante que assim tem muita coisa envolvida, ai teve essa questão paleontológica que acabou ficando mais famosa do que..., mais famosa pra comunidade científica né, diga-se de passagem (EE1).

Outros entrevistados estratégicos igualmente expõem durante as entrevistas preocupações com a falta de interesse que os moradores aparentam com relação ao Parque e com a diminuta consciência da população sobre importância dessa área. O entrevistado estratégico 1 (EE1) quando questionado se considerava que a população apresentava algum tipo de interesse pelo Parque, e se existia moradores que valorizam a área, afirma:

Olha, parte da população acho que não, sabe. Uma minoria das pessoas que tem um pouco mais de consciência da ciência, principalmente os jovens, parte dos jovens de hoje em dia, algumas pessoas idosas também têm essa consciência de que o Parque é importante, de que a ciência é importante, que não só para o Parque, mas para o país. Mas é a minoria, e isso eu creio que não é diferente em outros lugares, no Brasil hoje em dia (EE1).

Pode-se notar que os entrevistados estratégicos mostram-se decepcionados com o desinteresse que a população apresenta com relação ao Parque. No entanto, os entrevistados não apenas culpabilizam os moradores pela ausência de preocupação com essa área protegida. De acordo com o entrevistado estratégico 1 (EE1) a problemática com relação ao interesse dos moradores procede justamente devido a complexidade das ciências contempladas no Parque, o que torna mais difícil uma população com baixa instrução, como a de São José, entender a importância da paleontologia e da arqueologia.

É verdade, e eu não sei sabe, por ser uma comunidade carente, a população tem um certo impasse também, né? Em aceitar aquilo, em acreditar, até mesmo na paleontologia, que é uma ciência muito abstrata pra população de um modo geral. Então, você conseguir mostrar que aqueles fósseis que viveram a 60 milhões de anos são

importantes no contexto da evolução dos organismos que hoje a gente encontra na Terra, que você estudar o comportamento daquele bicho a 60 milhões de anos vai proporcionar um entendimento futuro até, é difícil você conseguir tornar isso concreto (EE1).

Outro diagnóstico realizado pelos entrevistados para a passividade dos moradores diante do Parque, é explicado pelo entrevistado estratégico 2 (EE2), pois de acordo com esse interlocutor a ausência de interesse dos moradores no Parque ocorre justamente por conta da falta de conhecimento da população com relação a essa área protegida e também devido a falta de estímulo e de divulgação.

Então isso assim, não é só uma questão de desleixo de outras gestões não, é um negócio assim até de falta de interesse da comunidade, muitas vezes por falta de estímulo também, né? Então a gente quer tentar fazer a nossa parte no sentido de dar esse estímulo dar condições né? (EE2).

Nota-se que pelo menos um dos entrevistados, reconhece a ausência de incentivo ao conhecimento e de divulgação do Parque para os moradores. Entretanto, apesar do relativo desinteresse da população pelos assuntos do Parque, os entrevistados demonstram que existem (e existiram) estratégias para incluir a população e divulgar a área. Até mesmo elencam os projetos “Jovens Talentos” e “Um dia no Parque” como um meio de inserir a população nas atividades do Parque e divulgá-lo.

Até mesmo esse projeto, o “Jovens Talentos” que foi financiado pela Faperj tem um cunho meramente educacional. E a gente tem feito também um trabalho meio que de conscientização, sempre falando, sempre orientando que é legal, então isso vem se dissipando, como o bairro é bem pequeno, quando você começa a conversar acaba todo mundo sabendo também né? (EE1).

Os entrevistados afirmam compreender a importância do envolvimento populacional nos assuntos e nas atividades do Parque. A importância que os interlocutores reconhecem para o papel designado à população é relativa à conservação do Parque, pois acreditam que se os moradores desenvolverem um sentimento com a região eles poderão ajudar na proteção dessa área.

Mas eu acho que assim, a ocupação científica é até assim notável, mas a comunidade tem que começar a ocupar aquele espaço, entendeu? Não só é..., pra ter outros tipos de ocupação indesejável, que nem tá tendo, mas assim, pra entender que aquilo lá é um patrimônio

importante, que é da comunidade, mas eu não to falando de maneira política, to falando de maneira realmente cultural (...). E aí..., mas o que a gente quer realmente é essa ocupação não só de lazer, mas essa ocupação da comunidade despertar esse interesse, que eu acho que vai estimular várias coisas, e assim, indiretamente a gente acaba criando aliados para a preservação ali né? Porque quando a gente tem um número fixo pra pessoa entrar em contato com a secretaria e falar “ah tão queimando aqui no fundo” “ah quebraram a cerca”. Então, até pra comunidade começar ajudar, por essa dificuldade que a gente tem de monitorar. Que é um município muito amplo e a fiscalização como eu te falei é muito reduzida (EE2).

Mas assim, no Parque, o primeiro de tudo, a gente entende, eu converso muito isso com os pesquisadores, a gente entende que a população tem que conhecer, porque a população conhecendo e começando a exigir a gente vai ter a conscientização melhor da classe política, vereadores e tudo, eu não só falo internamente, eu digo também questão de câmara pra gente já começar aprovar recursos (EE1).

Os entrevistados estratégicos também citam a importância do interesse dos moradores no Parque para gerar benefícios para a própria região. Desse modo, é possível observar que estes possuem a consciência que a participação da população não é apenas importante para a proteção do Parque, mas também para superar os problemas do bairro e gerar benefícios sociais e econômicos.

É mostrar a população que isso aqui tem um potencial turístico e científico que pode até trazer uma..., ser uma fonte de renda extra pra população né. E valorizar a cultura local, e mostrar a importância que a gente tem no município e até mesmo no Estado né? Um que é a única bacia fossilífera do Rio de Janeiro (EE1).

Ressaltam ainda que pensam outras estratégias para incluir a população nas atividades realizadas na área e nas decisões relativas ao Parque. Eles afirmam que o conselho gestor está em vias de criação e que esse órgão pode vir a acolher a população local, de modo a manter os moradores informados das atividades, demandas e decisões relativas ao Parque.

E a gente tem discutido muito a estratégia para esse ano, inclusive com a criação do conselho gestor do Parque, que é algo que a gente tá estruturando que tem a demanda legal, vou até te passar tá, que um dos itens que não foi cumprido, até pra gente seguir a diante com a criação do parque de fato é a falta da criação do conselho gestor, que não foi criado (EE2).

Querida, eu sou uma só e to fazendo o possível. Criei um conselho gestor, tá sendo implantado, os convites estão sendo enviados. Devemos colocar um representante da sociedade talvez, num futuro, entendeu? Um líder. Você nunca sabe por que mistura política, entendeu? Tem um líder ligado a esse prefeito, muda prefeito, o líder muda. Complicado, complicado (EE3).

No que diz respeito à condução da informação, quando os entrevistados estratégicos são questionados se existe algum trabalho de informar os moradores a respeito das decisões que os pesquisadores, gestores ou o poder público tomam com relação ao Parque, os entrevistados afirmam:

Na verdade, a gente tenta tornar isso público através do jornal local né, que é o jornal de Itaboraí. Então essas decisões, grande parte das decisões, são todas as decisões mais relevantes, a gente da publicidade por meio do jornal (EE1).

Nesse sentido, as informações não são transmitidas diretamente para a população, na forma de conversa, de reuniões, de cartazes e faixas dentro do próprio Parque ou no bairro. Para tornar os moradores cientes do que acontece no Parque é necessária à leitura do jornal da cidade. Essa tática de divulgação por jornais, apesar de ser muito relevante e necessária para atingir o grande público, não estreita a relação entre os gestores/pesquisadores/poder público e a população. Desse modo, os indivíduos – como foi revelado nas entrevistas com os moradores – não sentem que são informados das decisões relativas ao Parque.

Apesar da notificação sobre as decisões relativas ao Parque ocorrer principalmente por jornais, o entrevistado estratégico 1 (EE1) afirma que existe a preocupação em tornar as decisões e atividades mais acessíveis a população.

E esse projeto também que vai ser executado aqui (Um dia no Parque), eu vou tornar ele bem público possível, eu vou botar o valor que foi gasto em cada área, pra mostrar..., pra eles verem que o valor realmente investido foi um valor que condiz com a estrutura, e eu vou detalhar bastante essas etapas porque eu acho bem interessante. E é até um princípio da publicidade né, um princípio constitucional que nos permite e exige fazer isso, e é uma das minhas prioridades e tornar tudo bem claro e transparente pra ver que não tem nenhum desvio, sabe? Que a gente quer de fato implementar o Parque e contribuir da melhor forma possível (EE1).

Outra questão que remete a uma possível ausência de diálogo, notada durante as entrevistas com a população, esta associada à possibilidade de remoção dos moradores

da área interna do Parque. Segundo os moradores entrevistados não há conversa com a população sobre essa questão, o que gera inúmeras especulações e aflições nas pessoas que residem de forma ilegal na área do Parque. De acordo com o entrevistado estratégico 2 (EE2) e o entrevistado estratégico 3 (EE3) é realmente necessário retirar os indivíduos que residem na área interna do Parque, principalmente porque as casas estão localizadas nas imediações da área de visitação.

Tem que retirar, porque é uma área pública né? Primeiro é uma área pública, e é uma área de interesse científico né? De interesse científico e social, mas não pra habitação. Inclusive no município, no nosso zoneamento foram criadas Zs, que são zonas de especial interesse social. Nessas regiões, que são regiões onde serão construídos os PHAPs lá, os programas de habitação popular, de moradia popular, que inclusive a gente vai tentar destinar alguns moradores para esses programas, é de habitação. Então, existem regiões específicas, mas não dentro de uma área pública, que é o Parque Paleontológico né, de interesse científico (EE2).

E nos estamos tirando cerca de dezessete famílias de lá, dando a elas o dinheiro para um aluguel, um aluguel social, para elas saírem. Nós descobrimos que algumas dessas famílias já tinham casas na cidade, não precisavam ir morar lá. Entendeu? Então nos estamos nesse processo, que eu já comecei isso há muitos anos e tive que parar, porque não havia intenção naquele momento de resolver. Um prefeito queria, o outro que entrou já não queria (EE3).

Apesar de reconhecer a necessidade de retirar os moradores de dentro do Parque, o entrevistado estratégico 1 (EE1), que trabalha na área há mais tempo, afirma que não há intenção de criar conflitos com a população, e reconhece a preocupação que essas pessoas têm de serem rechaçadas.

Olha, os invasores em si eu não sei, sabe? Porque eles tem um certo receio, os invasores que eu falo são os moradores que moram nas instalações que foram deixadas pela Companhia. E elas tem um certo receio de serem desapropriadas e jogadas ao vento. Isso é uma coisa que a gente não tem intenção de fazer, e também a gente não tem amparo jurídico pra fazer isso, e tem a prioridade. Uma das prioridades é realocar esse pessoal, seja por uma dessas construções de PAC, ou até mesmo fazer construções de um vilarejo, casa populares aqui dentro do Parque, numa área que não seja de interesse administrativo, científico, e a gente tá vendo a forma mais adequada pra fazer a realocação desse pessoal (EE1).

Desse modo, é possível observar que esse entrevistado está inteirado a respeito do medo que os moradores possuem de serem removidos repentinamente de suas casas. E ressalta a inviabilidade de realizar tal ação. O que demonstra que existe algum contato desse entrevistado estratégico com os moradores.

De acordo com os entrevistados estratégicos, apesar das possíveis remoções, os pesquisadores, gestores e o poder público evitam conflitos com a população, inclusive citam que a área original do Parque sofreu mudanças para não haver necessidade de remover mais pessoas.

Porque até o polígono que a gente tem pelo decreto de criação, esse polígono, acho que no decreto de criação ou no decreto de desapropriação, esse polígono teve áreas invadidas, então começou a ficar cheio de lacunas. Então, foi definida, foi feito em cima disso um outro polígono pelo nosso setor de geoprocessamento, considerando essas supressões de área aqui, entendeu? (EE2).

Com relação ao grau de diálogo entre os pesquisadores, gestores e o poder público, os entrevistados relataram que a gestão atual da prefeitura, em principal a Secretaria de Meio Ambiente tem travado um contato bem amplo e produtivo com os pesquisadores e gestores, e, segundo os relatos, a gestão atual é a que mais auxiliou na administração do Parque. Assim, apesar dos problemas pretéritos entre os pesquisadores e o poder público, nos dias atuais os pesquisadores estão mais satisfeitos com o poder público, e, de acordo com as afirmativas dos entrevistados o diálogo com o atual subsecretário de meio ambiente é realizado de maneira contínua e extensa.

Desse investimento que você tem hoje aqui no Parque e mais uma vez nada foi feito por parte da prefeitura, né? Até essa data de hoje. Eu me lembro que quando eu fazia parte da universidade a gente teve momentos em que a gente foi até impedido de entrar no Parque sabe? Mesmo só querendo trazer benefícios. Por parte de um secretário de meio ambiente, então o trabalho ficou paralisado. O cara não queria ver a gente pintado de ouro aqui. Então com essa nova gestão sabe..., a gestão passada, não ajudou mais também não interferiu, e essa veio cheia de ideias, até mesmo eu acho que, foi o que eu falei antes, no meu ponto de vista foi uma gestão que mais está ajudando, que mais está fazendo pelo Parque (EE1).

Então eu acho que a gestão atual, ela começou a enxergar não só a importância social, que a gente tem batido muito, científica, mas também na importância política que pode vir a ter esse Parque para o município, né? Com a..., até indiretamente ele pode chamar outros investimentos culturais para o município, né? Essa visibilidade que ele tem passado a ter. Então, a gente vê que o próprio prefeito começou

agora no final do ano a participar mais, realmente, pessoalmente né, não através de assessores, o próprio prefeito já reuni, entende as demandas, entendeu? (EE2).

Nesse sentido, é possível notar que existe uma evolução nas relações entre os atores envolvidos com o Parque. O aumento do diálogo e a cooperação entre poder público, pesquisadores e mais recentemente gestores é benéfico para a área. No entanto, com respeito à população, é necessário fazer as informações circularem de maneira mais ampla e mais acessível aos moradores. Ao analisar as entrevistas observa-se que os pesquisadores e o poder público se preocupam com o desinteresse da população.

Mas ai você vê, hoje o Parque não tem um interesse da comunidade mais popular, mas eu acredito que, que nem eu te falei por essa falta de conhecimento, e ai como a gente tem vários assuntos ao mesmo tempo aqui na secretaria a gente tem essa dificuldade entendeu, na divulgação do próprio Parque, então a gente tem feito isso de maneira pontual, em eventos e tudo, entendeu? E a gente tem discutido muito a estratégia para esse ano, inclusive com a criação do conselho gestor do Parque, que é algo que a gente tá estruturando que tem a demanda legal, que um dos itens que não foi cumprido, até pra gente seguir a diante com a criação do Parque de fato é a falta da criação do conselho gestor, que não foi criado (EE2).

Após analisar todas as entrevistas pode-se perceber que os entrevistados estratégicos demonstram estar cientes do desinteresse da população pelo Parque Paleontológico de São José de Itaboraí e executam várias análises para explicar esse desinteresse da população. Para formular essas hipóteses é necessária alguma forma de interação com a população. Os entrevistados possuem ainda noção das aflições dos moradores com relação à remoção da população de suas casas. No entanto, estes também relatam que as informações não são transmitidas diretamente para os moradores e que faltam ações nesse sentido, apesar do entrevistado estratégico 1 (EE1) afirmar que possui a pretensão de promover a divulgação das informações diretamente no Parque.

Nesse sentido, os pesquisadores, gestores e poder público, não estão tão alheios às preocupações e anseios da população de São José. No entanto, assim como foi observado na entrevista com os moradores, a troca de informação e o diálogo não são travados de forma extensiva.

A seguir será avaliado o próximo eixo inspirador de análise, relativo ao entendimento do conceito de participação que o pesquisador, o gestor e o representante do poder público fazem. Pretende-se também avaliar se existem na área algumas estratégias de participação e se positivo desvendar quais são essas estratégias. Ademais, será realizada a análise de como os pesquisadores, gestores e o representante do poder público visualizam o grau de engajamento político da população de São José.

6.9. Entendimento do grau de engajamento político da população e de participação por parte dos pesquisadores, gestores e representante do poder público

Esse eixo busca compreender diretamente como os administradores, os pesquisadores e o representante do poder público entendem o conceito de participação social. Esse entendimento é importante para averiguar os ideais que estimulam as estratégias de participação forjadas para o Parque. Assim, foi observado se a conceituação de participação realizada pelos gestores é suficiente para gerar táticas de participação, e entender a escolha de determinadas práticas.

Desse modo, será avaliado se o entendimento de participação que os entrevistados estratégicos possuem inclui a participação da população nas instâncias decisivas, se existe a intenção de dar voz e poder de decisão aos moradores; ou se o entendimento de participação por parte dos pesquisadores, gestores e do representante do poder público é, conforme afirma Loureiro (2012), uma forma de apenas informar e conscientizar a população, sem proporcionar aos indivíduos o direito de expressar suas ideias e a participar das decisões.

Nesse sentido, foi questionado aos entrevistados qual a percepção destes a respeito do conceito de participação social. As respostas dadas pelos entrevistados são longas e as ideias não são muito claras. Porém, é possível notar que o entendimento de participação por parte dos entrevistados estratégicos está deveras atrelado à possibilidade de o Parque ser reconhecido como uma área de lazer, de transmissão de cultura, de divulgação científica e de conscientização da população com relação à importância do Parque.

Mas a nível da participação eu acho que a gente pode fazer atividades e criar um Parque na verdade turístico, uma área de lazer porque tem uma beleza cênica bem considerável, e a gente tem esses projetos também que assim que for viável a gente vai executar, fazer estruturas

em torno do lago, uma área que a gente vai delimitar pra ação de lazer do Parque, de não sei, talvez fazer um ambiente para fazer piquenique, uma reunião familiar... Essa ação social e até mesmo eu vejo como um meio de você tá de certa forma inserindo a ciência sabe? Então, abrir as portas para a sociedade local e visitantes que não sejam locais para fazer esse tipo de atividade de lazer, você acaba mostrando a importância do Parque, até mesmo porque a gente tem esse projeto de fazer trilhas auto interpretativas, né? E por menor que seja você sempre passa e lê alguma informação, até porque eu me enquadrando na visão de turista também, quando a gente visita outros locais (EE1).

Mas eu acho que assim, a ocupação científica é até assim notável, mas a comunidade tem que começar a ocupar aquele espaço, entendeu? Não só é..., pra ter outros tipos de ocupação indesejável, que nem tá tendo, mas assim pra entender que aquilo lá é um patrimônio importante, que é da comunidade. Mas eu não tô falando de maneira política, tô falando de maneira realmente cultural, porque a gente vive num município que a gente sempre reclama que Itaboraí não tem nada, não tem nada pra fazer, mas Itaboraí tem assim tanta coisa histórica que podia ser explorada (...). Então eu acho assim que o Parque a gente tem que compartilhar não só a estrutura pra lazer ali, mas assim, interesse pra um dia você ver na escola e uma criança dizer assim, “ah eu quero ser um arqueólogo, eu quero ser um paleontólogo (EE2).

A divulgação minha cara, tinha que ser permanente. Por isso que a gente quer formar guias e funcionários que possam... Eu posso, eu recebo, eu saí daqui em um sábado pra receber um ônibus que veio de Vitória, Espírito Santo, com alunos de pós-graduação. Eu não me furto, mas eu sou uma pessoa né. E isso é uma coisa para o futuro, tá (EE3).

Ademais, o entrevistado estratégico 2 (EE2), cita a importância do envolvimento populacional para a instrução de alunos e para a proteção do próprio Parque. Para esse entrevistado os moradores podem ajudar na fiscalização da área. Assim, a ideia de voluntariado também está inserida na noção de participação social.

E aí..., mas o que a gente quer realmente é essa ocupação não só de lazer, mas essa ocupação da comunidade despertar esse interesse, que eu acho que vai estimular várias coisas, a biologia, não só especificamente a paleontologia, mas tanta coisa que pode despertar num aluno hoje. É o interesse daquela parte né, dele entender, e assim, indiretamente a gente acaba criando aliados para a preservação ali né? Porque quando a gente tem um número fixo pra pessoa entrar em contato com a secretaria e falar “ah tão queimando aqui no fundo” “ah quebraram a cerca”. Então, até pra comunidade começar ajudar, por essa dificuldade que a gente tem de monitorar. Que é um município muito amplo e a fiscalização como eu te falei é muito reduzida. A gente não consegue, se a gente até pra atender as demandas do município a gente depende muitas denúncias, que a gente não consegue tá em todo lugar ao mesmo tempo (EE2).

Entretanto, a visão dos entrevistados estratégicos a respeito do conceito de participação não é apenas associada à conscientização dos moradores, ao voluntariado e a divulgação da ciência. É possível notar em algumas afirmativas que esses atores também visualizam o Parque como forma de gerar benefícios sociais para a comunidade, através da criação de empregos. Além do mais, os entrevistados reconhecem que a população apesar de não possuir o conhecimento sobre paleontologia, apresenta outra forma de conhecimento, associado à vivência dos moradores na região.

Acho que é basicamente isso, é abrir as portas para a população local, se possível desenvolver algum trabalho com a população local também, a nível de, formar guardas-parque, guias turísticos também, então a gente tem todo esse interesse de enquadrar a população sabe, e utilizar essa ferramenta, que é a população local, que tem conhecimento histórico. Podem não ter o conhecimento científico da área mais tem o conhecimento histórico da época da mineração, do que foi para o local, do que foi para o ambiente, o que foi para Itaboraí, até mesmo o que foi para o estado do Rio de Janeiro. Então, é aproveitar esse conhecimento histórico e agregar o conhecimento científico, gerar quem sabe uma fonte de renda, contratando pessoas pra fazer esse tipo de serviço, e visitação guiada, e, eu acho que basicamente é isso sabe, é abrir as portas mesmo e inserir (EE1).

Quanto ao entendimento do conceito de participação como compartilhamento de informações, direito a expressar opinião e compartilhamento das decisões relativas ao Parque, os entrevistados demonstram em algumas afirmações que também possuem essa compreensão. Desse modo, o entendimento dos gestores a respeito do significado de participação, apesar de não ser totalmente claro, não exclui a participação da população nas instâncias decisivas.

Mas você pode ter certeza que quando a gente for enquadrar o Parque, um dos processos é a consulta pública né, e a gente quer fazer tudo nos padrões legais e vamos fazer..., e também o que eu sempre friso o nosso interesse não é excluir a população, pelo contrário, é incluir elas e mostrar que isso pode ser um potencial de renda (EE1).

Assim eu vejo que não existe hoje, mas é aquilo que eu falei, a gente, pelo menos no meu ponto de vista, quero fazer as coisas mais transparentes possível, e com certeza, não vou dizer que a gente vai abrir pra todos da população essas decisões da administração do Parque, mas incluir representantes do local na gestão, na administração. Que seja por modo voluntário, não sei, o que a gente vai fazer ainda, mas até mesmo pra ficar uma coisa mais organizada,

porque você tomar decisões inerentes à unidade de..., isso falando na visão futura, com um número de pessoas muito grande fica até um pouco complicado (EE1).

Nesse sentido, apesar do pesquisador, o gestor e o representante do poder público, enfatizarem em algumas situações a importância da conscientização dos moradores, a compreensão do conceito de participação não é restrita apenas a esta particular característica. Existe a consciência de que o significado de participação também está vinculado à participação dos moradores diretamente na gestão.

As principais práticas participativas que foram realizadas no Parque e que estão sendo atualmente estruturadas estão associadas com a educação e a divulgação científica. Como no caso do projeto “Jovens Talentos” e do “Um dia no Parque”.

Em conversa com a pesquisadora da UFRJ foi relatado que o projeto “Jovens Talentos”, hoje inexistente, angariava jovens da região para o trabalho de monitores no Parque.

Essa mesma pesquisadora afirma que o projeto “Um dia no Parque” está programado para começar depois da Copa do Mundo. Esse projeto já foi realizado pontualmente em outras duas ocasiões, e como o resultado foi positivo, os pesquisadores decidiram implementar de maneira mais extensiva. O “Um dia no Parque” visa divulgar a ciência através de atividades lúdicas.

Ademais, os pesquisadores ainda buscaram inserir outra atividade de cunho social nas dependências do Parque, que constituiu na realização de oficinas de artesanatos para os moradores da região. De acordo com a pesquisadora da UFRJ, essa atividade foi conduzida pela professora da UERJ Maria Antonieta da Conceição Rodrigues (Tutuca) e objetivou a inclusão da população no Parque através da instrução de uma ocupação aos moradores.

No passado tinha sim. Foi tentado sabe, fazer algumas reuniões com a população, desenvolver alguns trabalhos sociais, de artesanato, tem até alguns ali, que foram desenvolvidos, se você quiser tirar uma fotografia, não sei se é necessário pra você botar na sua dissertação. Ai foram feitos até alguns artesanatos assim, com a sociedade, pela ação local. Só que é aquilo, é um projeto bem difícil né? (EE1).

Portanto, esses três projetos foram as atividades participativas mais expressivas que ocorreram no Parque. É possível notar que essas atividades não incluem o compartilhamento das decisões e do poder. Entretanto, constituem formas de inserir a

população no Parque e de buscar criar um vínculo com a população, e, portanto, são de grande importância para a conservação desse local e para despertar nos moradores um sentimento positivo com relação a essa área protegida.

Os entrevistados estratégicos ainda demonstram o anseio de realizar outras práticas relacionadas à geração de benefícios socioeconômicos para os moradores e o envolvimento na gestão, como a implementação da brigada de incêndio e do conselho gestor.

Com relação à percepção que os entrevistados estratégicos fazem do grau de engajamento político da população, estes relatam que observam na população uma passividade com relação ao engajamento nas atividades e decisões do Parque. Assim, com relação ao interesse que a população apresenta pelo local o entrevistado estratégico 1 (EE1) argumenta:

Olha, parte da população acho que não, sabe. Uma minoria das pessoas que tem um pouco mais de consciência da ciência, principalmente os jovens, parte dos jovens de hoje em dia, algumas pessoas idosas também, tem essa consciência de que o Parque é importante, de que a ciência é importante, que não só para o Parque, mas para o país. Mas é a minoria, e isso eu creio que não é diferente em outros lugares, no Brasil hoje em dia (EE1).

No seu relato, o entrevistado estratégico 1 (EE1), demonstra que percebe certo desinteresse por parte da população em participar das atividades do Parque. Esse ator ainda expõe que a ausência de engajamento da população pode ser explicada devido ao fato dos moradores não entenderem a importância da ciência.

Para o entrevistado estratégico 2 (EE2), o desinteresse dos moradores não é consequência apenas do descaso da população pelo Parque, mas também é oriundo da passividade característica da população de São José.

Não se faz nada ali só com..., a gente aqui, a população, a gente nota uma dificuldade muito grande de mobilização, não só naquele sentido que eu te falei pra participar dos canais democráticos, mas por exemplo, eu fiquei de fazer um mutirão pra gente construir tal coisa no Parque, é incrível, não vai pra frente, é capaz de vir gente lá do Rio de Janeiro pra ajudar aqui, mas o pessoal aqui não ajuda. Assim, é uma população diferente (...). É uma apatia que eu não consegui ver em nenhum outro lugar (EE2).

Esse entrevistado também alega que a população não tem interesse em se envolver nas instâncias participativas. De modo que para o entrevistado estratégico 2

(EE2), o engajamento político dos moradores é parco, e esses não procuraram participar dos canais democráticos que existem na cidade.

Tem o CADS, é um conselho que tinha, que a gente ressuscitou né, nessa gestão porque realmente tava abandonado e a gente tá aos poucos tentando..., é outro lugar que a gente sente muita dificuldade na participação popular porque a gente vê que muitas vezes, o pessoal faz um protesto, faz isso, vai na frente da casa do governador, do prefeito, faz aqueles protestos que nos vimos agora. Mas muitas vezes as pessoas fazem um barulho muito grande, mas durante o resto do ano eles não procuram os canais corretos, os canais democráticos pra expressar toda essa energia que eles têm que representar. Um exemplo disso é o CADS, que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente (EE2).

Os entrevistados estratégicos acreditam que para mobilizar a população no intuito de torná-la mais participativa das decisões relativas ao Parque seria necessário um estímulo financeiro. É interessante notar que a concepção de que a população de São José somente se mobilizará caso haja um benefício também é relatado pelos moradores entrevistados. Logo, moradores, o pesquisador e o representante do poder público possuem a mesma percepção sobre o nível de engajamento dessa população.

Eu acho que só vai existir definitivamente quando eles verem que isso pode trazer um retorno financeiro, isso qualquer morador de São José. Desde o momento que tiver um retorno financeiro, acho que desperta o interesse deles, em apoiar e trabalhar no Parque (...). Sem esse apoio financeiro, não vou dizer que não, mas vai ser muito mais complicado e o número de pessoas que vão se disponibilizar a fazer esse tipo de trabalho vai ser bem menor, senão zero. Até mesmo porque as pessoas são carentes sabe? E eles dependem do tempo e tempo é dinheiro, então eles não vão dispor de um tempo pra fazer alguma coisa que para eles não vai ter retorno financeiro, deixando de trabalhar até mesmo, então é bem complicado. Eu até consigo entender essa parte sabe? (EE1).

Mesmo quando a temática é a participação no conselho gestor e não apenas ações de auxílio na manutenção do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, o entrevistado estratégico 1 (EE1) considera que a população só vai se engajar se houver benefícios financeiros.

É assim pelo o que eu conheço da população aqui (...), eu acho que pelo menos alguns vão querer fazer parte sim. Não sei se voluntariamente, mas como você não pode ter remuneração no conselho gestor... Mas acho que é interessante assim, interessante, e eu creio que alguns vão se dispor, pelo menos o básico necessário pra

incluir a população na administração, no conselho gestor do Parque, acho que sim (EE1).

No entanto, é possível observar que apesar de reconhecer o desinteresse da população em participar das decisões relativas às demandas do Parque, o entrevistado estratégico 1 (EE1) também acredita que ao menos uma minoria da população pode ter disponibilidade para se engajar nas decisões referentes a área. Esse mesmo entrevistado atribui o pouco envolvimento populacional a situação de pobreza da população do bairro, pois o tempo que os moradores têm para se dedicar ao Parque muitas vezes é utilizado para conseguir uma renda extra.

Desse modo, ao analisar as entrevistas realizadas com o pesquisador, o gestor e o representante do poder público é possível notar que a percepção que esses atores fazem do engajamento populacional não se diferencia da percepção dos moradores entrevistados. Para todos os atores entrevistados a população do bairro de São José é absolutamente passiva no que desrespeito a participação social e política. Os entrevistados afirmam que a mobilização dessa população é extremamente difícil, seja para a realização de atividades no Parque, seja para participar das instâncias decisivas ou qualquer outra atividade que não produza benefícios diretos para os indivíduos.

Contudo, essa condição de passividade descrita pelos entrevistados para a população de São José não se diferencia da observada no contexto brasileiro como um todo. De acordo com Jacobi (1999) e Demo (1988) o limitado grau de engajamento populacional nas instâncias políticas e decisivas é resultado de uma política caracterizada por relações hierarquizadas e clientelistas entre o poder público e a população. Nesse sentido, a população não é instigada a participar, esta em geral espera que todos os problemas sejam resolvidos com exclusividade pelo poder público.

O pouco envolvimento da população nas demandas do Parque pode estar também associado a essa peculiaridade da política brasileira. De modo que, a noção de mobilização, de envolvimento, de práticas coletivas e de engajamento em torno da questão socioambiental por parte da população não é suficiente para gerar reivindicações por participação. Ademais, o desinteresse da população de São José por esta área ainda resulta do sentimento negativo que os moradores possuem com relação ao Parque, já que a afetividade a este local é de grande importância para estimular ações de mobilização, como afirmam Loureiro (2008) e Gohn (2011).

CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar como a temática da participação social é inserida no contexto do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Para tanto, foi analisado como os moradores vivenciam essa área e qual memória e sentimento que esses possuem com relação ao Parque. Ademais, foi averiguado como moradores, pesquisadores, gestores e poder público compreendem o conceito de participação social, e qual a percepção que esses atores possuem a respeito do engajamento político da população do bairro de São José. Do mesmo modo, avaliou se a gestão do Parque inclui práticas participativas e quais são essas práticas.

No entanto, ao começar a analisar essas questões em campo, foi observado um ponto que a princípio não havia sido cogitado, que constitui na problemática relacionada com a gestão da área. Durante a revisão bibliográfica não foi possível compreender como ocorria à gestão no Parque e quem eram os gestores dessa área, mesmo após ler artigos e a legislação relativa ao Parque o tema continuou nebuloso. Desse modo, foi preciso tentar compreender durante o trabalho de campo como ocorre a gestão dessa área protegida, pois não existe a possibilidade de tratar sobre a temática de práticas participativas na gestão do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí sem conhecer como é estruturada a gestão no local. Portanto, entender a estrutura da gestão do Parque acabou tornando um dos objetivos do trabalho.

Nesse sentido, para entender como se estrutura a temática da participação nos assuntos relativos ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí recorreu-se a definição de participação realizada por Demo (1988), Loureiro (2004), Gohn (2011) e Loureiro (2012). Apesar de cada autor definir a participação a sua maneira, as definições se sobrepõe e se assemelham em vários pontos. Desse modo, o sentido conferido pelos autores para o conceito de participação é vinculado ao estabelecimento da população como agente deliberativo, com o assentamento de processos democráticos, de estratégias de cogestão, que visa à autonomia e o empoderamento dos moradores e que instiga a luta por melhores condições de vida.

Assim sendo, o sentido de participação que se buscou observar no Parque é relacionado à cooperação entre a instituição e os moradores, ao compartilhamento das decisões e de poder, ao acesso por parte da população às instâncias participativas, e a geração de benefícios sociais, econômicos e culturais.

No entanto, o estudo não se limitou a observar a participação no sentido de compartilhar as decisões, mas também nas atividades em geral do Parque, no modo como o Parque é utilizado para fomentar a educação e a ciência, na condução da informação e na existência de uma boa relação entre os atores, pois se compreende que para inserir a população nas instâncias decisivas é necessário que esta demonstre interesse em participar e que tenha estímulo para tanto. Conforme afirma Gohn (2011) é necessário que a população tenha sentimento de pertencimento com relação ao Parque, e é esse sentimento que pode gerar a motivação para participar. Deste modo, as ações enunciadas acima podem ser catalisadoras do engajamento populacional.

Após muitas conversas e entrevistas foi observado que o Parque não teve uma gestão estabelecida desde sua criação, apesar de existir pelo menos uma tentativa de instaurar uma comissão gestora no Parque, essa comissão não se instituiu de fato. Nesse sentido, examinar a estruturação de práticas participativas na gestão do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí torna-se uma tarefa complexa, já que a gestão é inexistente. Na atualidade há uma possível evolução nesse quadro, pois no fim de 2013 nomearam-se dois administradores para compor o conselho gestor do Parque.

Desse modo, é possível observar o aparente descaso das diversas gestões do poder público com a área. Na tentativa de suprir a ausência de uma gestão efetiva, os pesquisadores (apesar de não serem os gestores do Parque) realizaram diversas obras de infraestrutura e melhorias no interior dessa área protegida, e ainda criaram projetos para a divulgação da área, para a interação com a população e com o enfoque educativo.

Apesar dos esforços dos pesquisadores em efetivamente implementar o Parque e realizar a conservação deste, existe uma grande desconfiança dos moradores com relação aos trabalhos realizados pelos pesquisadores e também pelo poder público. O descontentamento com o Parque e com o poder público e os pesquisadores é evidente nas falas dos moradores. A memória da população ainda está amplamente ligada aos tempos prósperos no qual a Companhia de Cimento Portland-Mauá operava na região e gerava emprego, renda e benefícios sociais. O sentimento reservado pelos moradores ao Parque é marcado por dúvidas e contradições.

Os moradores entrevistados afirmam em alguns relatos que o Parque não tem significância para estes, porém concomitantemente alegam que a área pode ser relevante para gerar benefícios socioeconômicos para a região, ser importante para os estudos das crianças e para fomentar a atividade turística. Desse modo, apesar da maior valorização da época no qual funcionava a Companhia de Cimento Portland-Mauá e a aparente

desvalorização do Parque, os moradores demonstram que acreditam no potencial dessa área.

O sentimento que a população carrega com relação ao Parque Paleontológico de São José de Itaboraí é relevante para as discussões a respeito da participação da sociedade nessa área, pois de acordo com Gohn (2011) a motivação para participar está estreitamente relacionada ao sentimento demonstrado pela população.

No entanto, os moradores criticam a forma como o Parque é conduzido, para os entrevistados existe uma ineficiência na gestão desse local. Ressalta-se ainda que a população considera os pesquisadores como gestores da área, desse modo, há uma confusão conceitual a respeito do papel atribuído aos pesquisadores. Os professores das diversas universidades apesar de exercerem várias atividades dentro do Parque não são os gestores instituídos para aquela área e não possuem compromisso direto com as demandas do Parque.

Os moradores ainda ressaltam que a informação a respeito do que ocorre no Parque não circula por todos os habitantes do bairro, afirmam que não há um diálogo com os beneficiadores do Parque (seja pesquisadores ou poder público) e relatam que tampouco participam das atividades e decisões da área. Ao analisar as entrevistas dos moradores conclui-se que não existe um diálogo extensivo e aberto entre gestores, pesquisadores, poder público e a população. A ausência de diálogo é extremamente desfavorável para o estabelecimento de práticas participativas, pois a comunicação entre os atores é essencial para mobilizar a população, e assim, instaurar um processo participativo.

A esse respeito, sobre o estabelecimento de práticas participativas no interior do Parque, os pesquisadores afirmam que existem algumas ações que buscam uma maior inclusão da sociedade nas atividades dessa área, como os projetos educacionais e de divulgação científica, o “Jovens Talentos” e o “Um dia no Parque”. Ademais, a atual gestão afirma que está montando um conselho gestor que contará com a participação de alguns moradores. Desse modo, é possível perceber esforços por parte dos pesquisadores e gestores no sentido de incluir a população nas atividades e decisões dessa área protegida. Contudo, a população não se sente incluída nas questões relativas ao Parque.

Ademais, o grau de engajamento político da população de São José é descrita por moradores e pesquisadores como insignificante. Para os entrevistados, os moradores de São José não manifestam vontade de participar da gestão do Parque e das demais

decisões relativas ao bairro. Nesse sentido, a ausência de interesse em participar mais das atividades e deliberações do Parque por parte da população não está ligada apenas a desafeição que os moradores sentem com relação ao local e a falta de comunicação com os gestores, mas também é avaliada pelos entrevistados como uma característica relacionada à passividade política e social da população.

Dessa forma, conclui-se que a população de São José não possui ampla participação nas atividades do Parque e tampouco na gestão dessa área protegida. Não há o compartilhamento de decisões com os moradores e a divulgação dessas decisões não alcança toda a população.

São várias as causas da limitada participação da sociedade na gestão dessa área, e incluem a ausência de um gestor até bem recentemente (ou conselho gestor), a falta de diálogo amplo e aberto entre pesquisadores/gestores/poder público e a população, o sentimento contraditório e muitas vezes negativo que os moradores possuem por essa área (que não implica em sentimento de pertencimento) e por fim o desinteresse da população no que diz respeito aos assuntos políticos e sociais.

A esses fatores soma-se ainda a vaga noção que os atores possuem a respeito do conceito de participação, em particular os moradores. Muitos revelam que entendem a participação como trabalho voluntário, exercido para melhorar a infraestrutura do Parque e tornar a conservação do local mais eficiente. Já o pesquisador, gestor e representante do poder público, afirmam que o conceito está ligado a conscientização da população, a divulgação científica e as ações voluntariadas. No entanto, esses atores também ressaltam as atividades ligadas à gestão como prática participativa. Nesse sentido, o entendimento de participação em principal por parte dos pesquisadores e do poder público, não exclui a participação da população no compartilhamento das decisões.

Apesar da limitada participação atual da população nas demandas do Parque, existem discussões e ações nesse sentido. A própria compreensão da necessidade de se estabelecer um conselho gestor no Parque que inclua os moradores é um exemplo das ideias que convergem para o estabelecimento da participação mais ampla da população. Ademais, os pesquisadores buscam estabelecer uma maior interação com a população, através da educação e da divulgação científica. Ações essas que apesar de pontuais podem ser importantes para despertar o sentimento de pertencimento da população e futuramente estimular a mobilização popular. No entanto, para isso deve ser superada a

barreira do diálogo, uma das principais críticas feitas pelos moradores a respeito dos pesquisadores, poder público e gestores.

O processo de mobilização da população de São José certamente não será fácil, e demandará muita análise, estudo, tempo, experimentações, paciência e esforço. Inúmeras variáveis como a situação socioeconômica da região, a história, a cultura local e a relação dos moradores com a área devem ser analisadas. O processo participativo não deve se sobrepor as concepções e a forma de viver dos moradores. A participação não deve ser imposta, as mudanças necessitam partir da sociedade, segundo Demo (1988) de baixo pra cima é a direção correta.

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí está passando por um período de transição e pela primeira vez conta com o estabelecimento de uma administração. Desse modo, surge no contexto do Parque uma nova perspectiva, e também novas esperanças e dúvidas. Nesse sentido, não se sabe ao certo como os novos gestores vão lidar com a temática da participação social, como esses vão incluir as práticas participativas na gestão dessa área, como será a relação dessa gestão com os moradores, e como os gestores, que possuem formação nas áreas de paleontologia e arqueologia, vão lidar com as questões socioambientais.

Portanto, encerra-se essa dissertação tendo como base a perspectiva atual, na qual a população não participa ativamente da gestão do Parque, apesar de existirem inclinações nesse sentido. Porém, futuramente, como a população será incluída nas atividades e demandas do Parque é uma incógnita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AVRITZER, L.. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. *In: Pires, R.R.C. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação.* Brasília: Ipea, 372p., 2011.
- AYRES, H.H.F. & IRVING, M.A.. O olhar psicossocial para a gestão participativa de áreas protegidas: refletindo sobre possibilidades e desafios. *In: Irving, M.A. (Org.). Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados.* Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 222 p., 2006.
- BELTRÃO, M.C.M.C.. Aspectos pré-históricos pleistocênicos do projeto arqueológico Mangunhos e suas potencialidades. *Cadernos de Saúde Pública*, 5 (1): 121-128, 1989.
- BENAVIDES, Z.C.. *Consumo e abastecimento de água nas bacias hidrográficas dos rios Guapi-Macacu e Caceribu*, RJ. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 158 p., 2009.
- BERGQVIST, L.P., MANSUR, K., RODRIGUES, M. A., RODRIGUES-FRANCISCO, B. H., PEREZ, R & BELTRÃO, M. C.. Bacia São José de Itaboraí, Rj. O berço dos mamíferos no Brasil. *In: SIGEP. Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*, v. 2, pp. 413-432, 2002.
- BERGQVIST, L.P., MOREIRA, A.L. & PINTO, D.R.. *Bacia de São José de Itaboraí 75 anos de história e ciência.* Rio de Janeiro: Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 81 p., 2006.
- BOGGIANI, P.C.. A aplicação do conceito de geoparque da UNESCO no Brasil e relação com o SNU – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Revista Patrimônio Geológico e Cultura*, 1 (1): 2010.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937.
- BRASIL. Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal, 1965.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- BRASIL. Lei nº 7803, de 18 de julho de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nº 6.535, de 15 de junho de 1978, e nº 7.511, de 7 de julho de 1986.

- BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, 2000.
- BRASIL. Medida Provisória nº 2166-67/01. Altera os artigos. 1º, 4º, 14º, 16º e 44º, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências, 2001.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, 2012.
- BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências, 2006.
- BRILHA, J.. Geoconservation and protected areas. *Environmental Conservation*, **29** (3): 273-276, 2002.
- BRILHA, J.. *Patrimônio Geológico e Geoconservação: a conservação da natureza em sua vertente geológica*. Portugal: Palimage Editores, 190 p., 2005.
- BRILHA, J.. Proposta Metodológica para uma estratégia de geoconservação. *VII Congresso Nacional de Geologia*, Evora, Portugal, pp. 925-927, 2006.
- BRILHA, J.B.R.. A importância dos geoparques no ensino e divulgação das geociências. *Revista do Instituto de Geociências – USP*, **5**: 27-33, 2009.
- BULHÕES, E.M.R., VÍCENS, R.S. & FERNADEZ, G.B.. ODM7: Garantir a sustentabilidade ambiental. *In: COMPERJ. Monitoramento de indicadores socioeconômicos nos municípios do entorno do complexo petroquímico do estado do Rio de Janeiro – Comperj: Boletim eletrônico de acompanhamento regional*, Niterói: Editora da UFF, 52 p., 2012.
- BUREK, C.V. & PROSSER, C.D.. The history of geoconservation: an introduction. *Geological Society of London, Special Publications*, **300**: 1-5, 2008.
- CARVALHO, I.S.. *Paleontologia: cenários da vida*. Volume 1. Rio de Janeiro: Interciência, 852 p., 2007.

- CARVALHO, V.D., BORGES, L.O. & RÊGO, D.P.. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. *Psicologia, Ciência e Profissão*, **30** (1): 146-161, 2010.
- CASTRO, A.R.S. & MACHADO, D. M. C.. *Múltiplos olhares para um patrimônio: o estudo de caso do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí*. <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/522>. Acesso em 05 de agosto de 2011.
- COELHO, M.C.N.. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: Guerra, J.T. & Cunha, S.B. (Org.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 416 p., 2001.
- COMPARATO, F.K.. *Para viver a democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 214p., 1989.
- COMPERJ. *Monitoramento de indicadores socioeconômicos nos municípios do entorno do complexo petroquímico do estado do Rio de Janeiro – Comperj: Boletim eletrônico de acompanhamento regional*. Niterói: Editora da UFF, 52 p., 2012.
- CONCREMAT. *Estudo de impacto ambiental do Comperj*. Rio de Janeiro, 2007.
- COSTA, S.L. & MACIEL, T.M.F.B.. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, **61** (1): 60-72, 2009.
- COSTA, M.L.P.M. & PIMENTEL, D.. Inflexões na história e nas configurações urbanas de Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro. *XXIII Simpósio Nacional de História/ANPUH*, pp. 1-9, 2005.
- CUNHA, L.H. & COELHO, M.C.N.. Política e gestão ambiental. In: Cunha, S.B. & Guerra, A.J.T. (Org.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 250p., 2009.
- DAGNINO, E.. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: Dagnino, E. (Org.). *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra/UNICAMP, 364p., 2002.
- DAGNINO, E.. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Mato, D. (Org.). *Políticas de cidadania y sociedade civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES/Universidad Central de Venezuela, 116p., 2004.
- DEMO, P.. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 176p., 1988.

- DIEGUES, A.C.S.. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica aos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, 6 (1-2): 22-29, 1992.
- DIEGUES, A.C.S.. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 169 p., 2001.
- DUARTE, F.R. & MIRANDA, J.G.V.. O geoparque Araripe como polo difusor do conhecimento no semiárido nordestino. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 1 (2): 249-265, 2011.
- FAUSTINO, C. & FURTADO, F.. *Indústria do petróleo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj. Relatório da missão de investigação e incidência*. Plataforma Dhesca - Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 81p., 2013.
- FERRAZ, R.F.B.. *Agenda 21: Itaboraí*. Petrobras, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2011a. Disponível em: <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/itaborai.pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2013.
- FERRAZ, R.F.B.. *Agenda 21: Maricá*. Petrobras, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2011b. Disponível em: http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Maric%C3%A1_baixa.pdf. Acesso em 16 de setembro de 2013.
- FIRJAN. *Comperj: potencial de desenvolvimento produtivo*. Estudos para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- FONSECA, M.C.L.. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC - Iphan, 296 p., 2005.
- FREIRE, P.. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 11° ed., 107p., 1987.
- GOHN, M.G.. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 122p., 2011.
- GUATARRI, F.. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 56 p., 1990.
- HAGUETTE, T.M.F.. A entrevista. In: Haguette, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 224 p., 2007.
- HERRERA, B.. Vetores de Desenvolvimento Industrial em Áreas Protegidas: A Relação do Mosaico Central Fluminense com o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. *Anais do II Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do Instituto*

- Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade*. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, pp. 39-46, 2010.
- ICOMOS. *Noção de Patrimônio*. Disponível em <http://www.icomos.org.br/index.html>. Acesso em 2 de dezembro de 2013.
- IBGE. *Censo Município de Itaboraí*, 2010. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330190>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- IRVING, M.A., GIULIANI, G.M. & LOUREIRO, C.F.. Natureza e sociedade: desmistificando mitos para a gestão de áreas protegidas. In: Irving, M.A, Loureiro, C.F. & Giuliani, G.M.(Org.). *Parques Estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas praticas para a gestão*. São Carlos: Editora Rima, 147p., 2008.
- IRVING, M.A.. Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? *Sinais Sociais*, **4** (12): 122-147, 2010.
- ITABORAÍ. Lei Municipal nº 1.346, de 12 de dezembro de 1995. Cria o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, 1995.
- ITABORAÍ. Decreto nº 72, de 19 de dezembro de 2008. Ordena a ocupação da área onde está situado o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, no município de Itaboraí-RJ, organiza as ações operacionais, define sua estrutura administrativa e dá outras providências, 2008.
- ITABORAÍ. Lei complementar nº71, de 15 de dezembro de 2008. Institui o Código do Meio Ambiente de Itaboraí-RJ, e dá outras providências, 2008.
- ITABORAÍ. Lei n ° 2176, de 28, dezembro de 2010. Dispõe sobre a Política Ambiental do Município de Itaboraí e dá outras providências, 2010.
- IUCN. *Guidelines for applying protected area management categories*. Switzerland: IUCN, 2008.
- JACOBI, P.R.. Conflito Ambiental Urbano. In: Projeto Meio Ambiente e Democracia (Org.). *Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais*. Rio de Janeiro: IBASE, pp. 14-20. 1995.
- JACOBI, P.R.. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. *Saúde e Sociedade*, **8** (1): 31-48, 1999.
- JACOBI, P.. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. *Sociedade e Estado*, **18** (1/2): 137-154, 2003.

- KASHIMOTO, E.M.; MARINHO & M.; RUSSEFF, I. Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, **3** (4): 35-24, 2002.
- KEEVER, P.J.M. & ZOUROS, N.. Geoparks: celebrating Earth heritage, sustaining local communities. *Episodes*, **28** (4): 274-278, 2005.
- LAMEGO, A. R.. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 408 p.,1964.
- LAVALLE, A.G.. Participação: valor, utilidades, efeitos e causa. In: Pires, R.R.C. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 372p., 2011.
- LIMA, M.F.D.L.. *Caracterização e estratégias de valoração sustentável de ocorrências geológicas com importância patrimonial*. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Ciências da Terra, Universidade do Minho, Portugal, 220 p., 2006.
- LOPES, R.J.. *Lagoa criada na fase de mineração tem poluição com metal*. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 set. 2005.
- LOUREIRO, C.F.B.. Educação Ambiental Transformadora. In: Brasília: Ministério do Meio Ambiente. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Edições MMA, 156 p., 2004.
- LOUREIRO, C.F.B.. *Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 128 p., 2012.
- LOUREIRO, C.F.B.; AZAZIEL, M. Áreas protegidas e “inclusão social”: problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: Irving, M.A. (Org.) *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 222 p., 2006.
- LOUREIRO, C.F.B. & CUNHA, C.C.. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, **11** (2): 237-253, 2008.
- MACHADO, L.O.. *Gente do Caceribu, sua geografia e sua história*. Niterói: Instituto Baía de Guanabara, 1997.
- MANSUR, K.L. & NASCIMENTO, V.M.R.. Como valorar um Patrimônio Paleontológico ou Geológico? O caso da Bacia Calcária de São José de Itaboraí. *XX Congresso Brasileiro de Paleontologia*, pp. 1-9, 2007.

- MEDEIROS, R., IRVING, M.A. & GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. *In: IRVING, M.A. (Org.). Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 222 p., 2006.
- MEDEIROS, R., IRVING, M.A. & GARAY, I.. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, **9**: 83-93, 2004.
- MELO, L.E.M., JUNIOR, S.R., SILVA, C.S & CARDOSO, E.O. (Org.). *Cadernos Itadatados*. Prefeitura Municipal de Itaboraí, Secretaria Municipal de Planejamento e coordenação, 108 p., 2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Consultas por UCs*. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.
- MINAYO, M.C.S.. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In: Minayo, M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 80 p., 1994.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, **22** (37): 7-32, 1999.
- MORIN, E.. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond, 76 p., 2001.
- MORIN, E.. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 128 p., 2006.
- MOSCOVICCI, S.. *Natureza: para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Gaia, 254 p., 2007.
- NETO, O.C.. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In: Minayo, M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 80 p., 1994.
- OLIVEIRA, F.G.O.. Uma nova urbanização no espaço regional: a lógica não metropolitana da cidade-região no estado do Rio de Janeiro. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. **194** (109), 2005.
- PALLESTRINI, L. & MORAIS, J.L. O trabalho na pedra. *In: Pallestrini, L. & Moraes, J.L. Arqueologia: pré-história brasileira*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 94 p., 1982.

- PAULA, L.I.. Unidades de conservação como instrumentos de proteção ao patrimônio cultural. *In: Almeida, A.A., JÚNIOR, J.S. & MIRANDA, M.P.S.. Patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 325p., 2013.
- PEREIRA, R.F., BRILHA, J. & MARTINEZ, J. E.. Proposta de enquadramento da geoconservação na legislação ambiental brasileira. *Memórias e Notícias Universidade de Coimbra*, **3**: 491-499, 2008.
- REED, M.S.. Stakeholder participation for environmental management: a literature review. *Biological Conservation*, **4**: 2417-2431, 2008.
- SACHS, I. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 152 p., 2008.
- SANCHEZ, F., CORREIA, D.V.A., BIENENSTEIN, R. & REIS, E.P.. O leste fluminense e o Comperj: atores, consensos e conflitos num território em transformação. *XXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional*, pp. 1- 20, 2009.
- SANTOS, B.S.. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 92p., 2009.
- SANTOS, W.F.S. & CARVALHO, I. S.. Propostas para conservação, valorização e divulgação do patrimônio geológico de São José de Itaboraí – Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro (Brasil). *I Simposio de Geoparques y Geoturismo em Chile*, pp. 135-138, 2011a.
- SANTOS, W.F.S. & CARVALHO, I. S.. Propostas para a preservação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí (Brasil) a partir da percepção populacional. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, **34**: 24-37, 2011b.
- SANTOS, W.F.S. & CARVALHO, I.S.. Percepção populacional dos efeitos socioeconômicos do geoturismo: o caso de São José de Itaboraí (Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro). *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*, **35**: 242-251, 2012.
- SANTOS, W.F.S. & CARVALHO, I.S.. Percepção dos professores do entorno do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí (RJ) sobre aspectos geológicos, paleontológicos e arqueológicos locais. *Terrae Didactica*, **9**: 50-62, 2013.
- SCHOBENHAUS, C., CAMPOS, D.A., QUEIROZ, E.T., WINGE, M. & BERBERT-BORN, M.L.C (Eds). *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM/CPRM/SIGEP, 540 p., 2008.
- SILVA, F.F.. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Editora Peiropolis, 219 p., 2003.

- SOUZA, A. R.. *Geoconservação e a musealização: a aproximação entre duas visões de mundo. Os múltiplos olhares para um patrimônio*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 155 p., 2009.
- TATTERSAL, I.. Partindo da África de novo. Quantas espécies humanas teriam evoluído no continente africano e depois emigrado? *Scientific American Brasil*. Edição Especial: 40-47, 2006.
- TULER, S. & WEBLER, T.. Voices from the forest: what participants expect of a public participation process. *Society & Natural Resources: An International Journal*, **12** (5): 437:453, 1999.
- UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972.
- UNESCO. *Guidelines and criteria for National Geoparks seeking UNESCO'S assistance to join the Global Geoparks Network*. Coordination Unit European Geoparks Network and Réserve Géologique de Haute-Provence, 10 p., 2008. Disponível em <http://www.globalgeopark.org/Portals/1/documents/2008GGN-guidelinesJuneendorsed.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2013.
- UNESCO. *Global geoparks network*. UNESCO Division of Ecological and Earth Sciences, Global Earth Observation Section Geoparks Secretariat, 6 p., 2009.
- UNESCO. *O Patrimônio: legado do passado ao futuro*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em 12 de dezembro de 2013.
- VALERA, C.A. & BETTARELLO, C.L.A.. O ministério público estadual e a proteção dos patrimônios arqueológico, espeleológico e paleontológico: uma visão para além da dominialidade. In: Almeida, A.A., JÚNIOR, J.S. & MIRANDA, M.P.S.. *Patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 325p., 2013.
- WORLD BANK. *The World Bank participation sourcebook*. Washington: World bank, 259p., 1996.
- ZARINATO, S.H. & RIBEIRO, W.C.. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, **26** (5): 251-262, 2006.
- ZARINATO, S.H.. Patrimônio da Humanidade: controvérsias conceituais e legais na definição do bem comum. *V Encontro Nacional da ANPPAS*, 2010.

ZOUROS, N.. The European Geoparks Network: geological heritage protection and local development. *Episodes*, **27** (3): 165-171, 2004.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro de entrevista direcionado para os moradores

Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado para os moradores que residem no interior e no entorno do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.

“Parque Paleontológico de São José de Itaboraí: contextualizando a dinâmica da participação social”

Objetivos: Compreender o que os moradores entendem por participação nas atividades do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, entender como a população enxerga o Parque, buscar observar quais são as memórias desses moradores para com a região, verificar se é aplicado no Parque práticas participativas e técnicas que visam a mobilização da população.

- Caracterização e identificação dos sujeitos da pesquisa

Entrevista n°:

Data:

Local:

Profissão/ocupação:

Escolaridade:

Idade:

Sexo:

Local de nascimento:

Local de moradia:

Tempo de moradia em São José:

- Perguntas

Memória e valorização do passado e do presente

- 1- Como é para você morar nas proximidades do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí?

- 2- Qual o seu sentimento com relação ao Parque? Você gosta ou desgosta desse local?
- 3- Acha o Parque importante? Importante como? Pra que? E pra quem?
- 4- Utiliza o parque para alguma atividade? Se positivo qual seriam essas atividades?
- 5- Já ouviu falar em fóssil? Sabe o que é um fóssil? Conhece os fósseis que foram achados na área do Parque (mostrar algum fóssil achado no Parque)?
- 6- O lugar onde o Parque está sempre foi o Parque Paleontológico, ou já houve alguma coisa antes do Parque? Se positivo perguntar: O que existia ali antes do Parque?
- 7- Lembra da época em que a Companhia de Cimento Portland-Mauá atuava na área onde hoje é o Parque? Me conte um pouco como era a região nessa época? O que a companhia gerava (de benefício e malefício) para a cidade? Você gostava da época em que existia a Companhia de cimento?
- 8- Caso a pessoa não lembre da época da Companhia perguntar: Você já ouviu alguém falar da época da Companhia? O que essas pessoas falam sobre esse tempo? Elas falam bem ou mal?
- 9- Você sabe quando/por que o Parque foi criado?
- 10- Mudou algo na região com o estabelecimento do Parque? O que? Pode dar exemplos?
- 11- Para você o que foi mais importante para a cidade, o Parque paleontológico ou a Companhia de Cimento Portland-Mauá?

- Perguntas

Entendimento de participação por parte dos moradores.

Métodos participativos aplicados no Parque.

- 1- No seu entendimento o que é o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí?
- 2- No seu entendimento qual foi o motivo que incentivou a criação do Parque?
- 3- O que você entende por participação social? E por participação da população no Parque de Itaboraí? Como você acha que a população pode participar? E como os moradores podem ajudar na conservação desse lugar e para gerar benefícios para a população?

- 4- Como e quando você tomou conhecimento de que o Parque estava sendo criado?
Durante a criação do Parque, antes ou depois?
- 5- A população do bairro foi informada que o Parque Paleontológico estava sendo criado?
- 6- A população participou de algum modo do processo de criação do Parque?
Existiu algum tipo de consulta a população, alguém perguntou a opinião dos moradores, alguém perguntou se vocês gostariam ou não que o Parque fosse criado?
- 7- Você acha que participa das atividades realizadas no Parque e das decisões relativas a este?
- 8- Quais são as atividades realizadas no Parque que os moradores participam e as decisões?
- 9- Alguém notifica a população sobre as decisões tomadas que tem relação com o Parque Paleontológico?
- 10- Já perguntaram sua opinião sobre algum assunto?
- 11- Você sabe quem administra o Parque?
- 12- Você já participou de alguma reunião que se discutia sobre o Parque? Se positivo quando foi? E com quem foi realizada essa reunião?
- 13- Existem reuniões entre os administradores do Parque e a população?
- 14- Você gostaria de participar mais das atividades do Parque e das decisões que são tomadas relativas a este local? Como você gostaria de participar?
- 15- Você sabe o que é um conselho gestor?

Apêndice 2 - Roteiro de entrevista direcionado para os pesquisadores/gestores

Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado para os pesquisadores e gestores

“Parque Paleontológico de São José de Itaboraí: contextualizando a dinâmica da participação social”

Objetivos: Compreender o que os pesquisadores/paleontólogos entendem por participação. Observar se esses pesquisadores são favoráveis a inserção de atividades participativas no Parque. Entender se existe alguma atividade visando a participação que já foi realizada (ou está sendo) no Parque. Verificar se as atividades consideradas como participativas pelos pesquisadores incluem poder de decisão da comunidade ou são vistas como forma de voluntariado. Compreender como é realizada a gestão do Parque Paleontológico de Itaboraí e se/como essa gestão inclui a temática da participação.

- Caracterização e identificação dos sujeitos da pesquisa

Entrevista nº:

Data:

Local:

Profissão/ocupação:

Idade:

Sexo:

Local de nascimento:

Local de moradia:

Tempo de envolvimento com o Parque:

- Perguntas

- 1- Me fale um pouco sobre a criação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Você participou desse processo? Como foi? (foi árduo)? Quem participou diretamente da criação? E indiretamente? Houve participação da população? Se negativo porque você acha que a população não participou da implantação do Parque?
- 2- O que você entende por participação social?

- 3- A população do bairro foi informada que o Parque Paleontológico estava sendo criado?
- 4- Atualmente existe alguma atividade realizada no Parque na qual os moradores participam? E decisões?
- 5- Como você acha que a população pode participar mais no caso do Parque de Itaboraí?
- 6- Existe no Parque tentativas de aproximação com a população através de projetos educacionais ou programas de conscientização?
- 7- Alguém notifica (como por exemplo, o poder público) a população sobre as decisões tomadas que tem relação com o Parque Paleontológico?
- 8- Existem reuniões que envolvem a população?
- 9- Você acha que a população deveria participar mais das atividades realizadas no Parque e das decisões relativas a este?
- 10- Você acha que a população tem interesse pelo Parque? E quanto a vontade de participar da gestão dessa área, eles se mostram interessados? Caso a resposta seja negativa perguntar: Em sua opinião o que impede a participação dos moradores?
- 11- Quem realiza atualmente a gestão do Parque? Existe um gestor responsável pela administração dessa área? Como é realizada a gestão?
- 12- Existe conselho gestor no Parque? E plano de manejo?
- 13- Em geral áreas protegidas de cunho municipal sofrem com a falta de investimento, fiscalização, plano de manejo e recursos humanos e financeiros. Você reconhece algum desses problemas no Parque de Itaboraí?
- 14- A prefeitura tem gerado algum esforço para a manutenção do Parque?
- 15- Quem é responsável pela proteção dessa área?
- 16- Quanto à chegada do COMPERJ para a região, você acha que esse empreendimento pode levar a uma transformação da área? Acha que pode ser positivo ou negativo para o Parque?

Apêndice 3 - Roteiro de entrevista direcionado para o representante do poder público

Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado para o representante do poder público

“Parque Paleontológico de São José de Itaboraí: contextualizando a dinâmica da participação social”

Objetivos: Compreender o que o representante do poder público entende por participação. Observar se existe no município de Itaboraí instâncias voltadas para a participação da população, e se o representante do poder público é favorável a inserção de atividades participativas no Parque. Entender se existe alguma atividade visando a participação que já foi realizada (ou está sendo) no Parque. Verificar se as atividades consideradas como participativas pelo representante do poder público incluem poder de decisão da comunidade ou são vistas como forma de voluntariado. Compreender como é realizada a gestão do Parque Paleontológico de Itaboraí e se/como essa gestão inclui a temática da participação.

- Caracterização e identificação dos sujeitos da pesquisa

Entrevista n°:

Data:

Local:

Profissão/ocupação:

Idade:

Sexo:

Local de nascimento:

Local de moradia:

Tempo de envolvimento com o Parque:

- Perguntas

- 1- O que você entende por participação social?
- 2- Existe no município de Itaboraí estratégias no sentido de instaurar alguma forma de participação da população nas demandas políticas e ambientais? Pode exemplificar?

- 3- E no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, existe alguma estratégia de participação e/ou mobilização popular?
- 4- Qual a importância que a gestão atual da prefeitura atribui ao Parque Paleontológico de Itaboraí?
- 5- Quais as políticas públicas que estão sendo realizadas com relação ao Parque?
- 6- A prefeitura tem gerado algum esforço para a manutenção dessa área?
- 7- Quem realiza atualmente a gestão do Parque? Existe algum órgão gestor? É conselho gestor/consultivo?
- 8- Existe um plano de manejo?
- 9- Em geral as áreas protegidas de cunho municipal sofrem com a falta de recursos humanos e financeiros, investimentos e fiscalização. Você reconhece algum desses problemas no Parque Paleontológico de Itaboraí?
- 10- A população é notificada sobre as decisões relativas ao Parque?
- 11- Existem reuniões que envolvem a população?
- 12- Atualmente existe alguma atividade realizada no Parque na qual os moradores participam? E decisões?
- 13- Existe no Parque tentativas de aproximação com a população através de projetos educacionais ou programas de conscientização?
- 14- Você acha que a população deveria participar mais das atividades realizadas no Parque e das decisões relativas a este?
- 15- Você acha que a população tem interesse pelo Parque? E quanto a vontade de participar da gestão dessa área, eles se mostram interessados? Caso a resposta seja negativa: Em sua opinião o que impede a participação dos moradores?
- 16- Quanto à chegada do COMPERJ para a região, você acha que esse empreendimento pode levar a uma transformação da área? Acha que pode ser positivo ou negativo para o Parque?

Apêndice 4 – Termo de Consentimento Informado

Termo de Consentimento Informado

Responsável pelo Projeto:

Renata de Souza (aluna de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS/UFRJ).
e-mail: resouza_1985@yahoo.com.br telefone: (21) 98015-5134

Orientada pela professora Dra. Tania Maria de Freitas Barros Maciel
Endereço: Instituto de Psicologia da UFRJ - Av. Pasteur, 250. Praia Vermelha. Rio de Janeiro.
CEP 22290-240
e-mail: secretariaeicos@psicologia.ufrj.br

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Parque Paleontológico de São José de Itaboraí: um olhar sobre a participação social”, de responsabilidade de Renata de Souza, aluna de mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eu vou descrever para você o propósito desta pesquisa e como ela será feita. Você pode perguntar e esclarecer qualquer dúvida que tenha. Se você tiver perguntas depois da entrevista ter iniciado, por favor, não deixe de nos informar, a nossa equipe tem a obrigação de responder. Caso tenha alguma dúvida após a nossa visita você poderá entrar em contato conosco através dos telefones, e-mails e endereços listados acima.

O objetivo desta pesquisa é compreender como a população local e os pesquisadores responsáveis pela gestão do Parque entendem o conceito de participação social e como esses atores enxergam essa temática dentro das estratégias de gestão do próprio Parque.

Achamos importante entrevistar você por causa da sua história de envolvimento com o Parque. Consideramos que sua contribuição será fundamental para a nossa análise. A sua participação é voluntária e a qualquer momento que você queira, tem o direito de recusar a responder alguma pergunta, interromper sua participação, ou retirar o consentimento sem nenhum tipo de penalidade para você.

Será realizada uma entrevista que consiste em algumas perguntas e que deve demorar em torno de uma hora e meia. Esta entrevista será gravada e/ou anotada. Os dados serão mantidos em sigilo de forma que não possa haver sua identificação. Somente a equipe de pesquisa terá acesso a esses dados.

Este projeto não apresenta nenhum risco para você. Este estudo também não trará benefícios imediatos a você, mas uma vez que tenha sido concluído ficaremos satisfeitos em divulgar para todos os entrevistados os resultados.

Você entendeu o que expliquei? Tem alguma pergunta? Você quer participar? Concorde com a gravação (ou anotação) da entrevista?

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

ANEXOS

Anexo 1 - Decreto nº 79, de 19 de novembro de 2008



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECRETO Nº 79, DE 19 DE novembro DE 2008

PUBLICADO

Em 06 de dezembro de 2008
no Jornal Itaboraí, nº 139

Sônia
Tânia Maria M. F. Rodrigues
Mat. 3971

Ordena a ocupação da área onde está situado o Parque Paleontológico de São José, no Município de Itaboraí-RJ, organiza as ações operacionais, define sua estrutura administrativa e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso IV do art. 214, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 1.346, de 12 de dezembro de 1995, esta com a alteração introduzida pela Lei Municipal nº 1.716, de 26 de dezembro de 2001, e

Considerando que a paisagem é um valor a ser preservado e que a região de São José é de relevante beleza cênica;

Considerando a superficialidade e fragilidade do lençol freático da região;

Considerando a pouca disponibilidade de água potável na região;

Considerando que o rico patrimônio geológico, paleontológico, arqueológico e histórico deve ser preservado;

Considerando a necessidade de promover a educação ambiental, propiciando por meio de contato das pessoas com a natureza, a sensibilização para a conservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento de valores e atitudes comprometidas com a boa qualidade de vida;

Considerando que o funcionamento de um Parque Municipal é uma ação propositiva para o estabelecimento de uma política territorial direcionada, em especial, para a cultura, o turismo, a educação e para o desenvolvimento regional e a conciliação do processo de desenvolvimento de Itaboraí com a preservação ambiental em bases sustentáveis;

Considerando por fim que a preservação deste fragmento do território garante a manutenção da conectividade entre os mais importantes achados paleontológicos do Continente Americano,

DECRETA:

Art. 1º - A ação administrativa, turística, cultural, ambiental e científica na área do Parque Paleontológico de São José, obedecerá às disposições deste Decreto.

Parágrafo único - O Parque Paleontológico de São José compreende a área que foi de propriedade da Companhia Nacional de Cimento Portland Mauá, na localidade de São José, 6º Distrito do Município de Itaboraí - RJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Art. 2º - O Parque Paleontológico de São José é uma unidade de conservação, na forma prevista no art. 4º da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, ocupando área equivalente a 40 (quarenta) alqueires geométricos, conforme descrito às folhas 285, do Livro 2-BD, em escritura lavrada em 09 de maio de 1984, matriculada sob o nº 15.824, no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Itaboraí, conforme detalhamento e memorial descritivo constante dos Anexos I e II deste Decreto.

Parágrafo único - A área sob administração do Parque é aquela fixada em sua planta e no memorial descritivo constante dos Anexos III e IV deste Decreto.

Art. 3º - A gestão do Parque fica a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente providenciará, no prazo de 90 (noventa) dias, estudos técnicos de caracterização dos ecossistemas, a elaboração do plano de obras e de melhoramentos da área, além de projeto de recomposição da flora e da fauna locais.

§ 1º - No prazo de 90 (noventa) dias a Secretaria Municipal de Meio Ambiente deverá submeter ao Chefe do Poder Executivo os termos de referência para a elaboração do Plano de Manejo da área do Parque.

§ 2º - O Plano de Manejo do Parque deverá estar aprovado até 15 de dezembro de 2009.

Art. 5º - O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí terá a seguinte estrutura:

I - Conselho Administrativo e Científico, de caráter consultivo, paritário, integrado por:

- a) 05 (cinco) representantes do Governo Municipal;
- b) 05 (cinco) representantes da comunidade científica, sendo obrigatoriamente:

1) 01 (um) representante do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ;

2) 01 (um) representante do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ;

3) 01 (um) representante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ;

4) 01 (um) representante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e

5) 01 (um) representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro - Departamento de Recursos Minerais - DRM ;

c) 05 (cinco) representantes da sociedade civil organizada, sendo duas instituições estabelecidas há pelo menos 2 (dois) anos no Distrito de Cabuçu.

II - Diretoria Executiva, será composta por:

- a) Diretor Geral;
- b) Diretor de Administração e Finanças;
- c) Diretor de Ensino e Pesquisa;
- d) Diretor de Eventos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

e) Diretor de Comunicação.

§1º - O Conselho Administrativo e Científico será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e será presidido pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º - Será facultado ao Diretor de Ensino e Pesquisa a criação de Centros ou Núcleos de ensino e Pesquisa diretamente a ele subordinados.

§ 3º - O Conselho, 30 (trinta) dias após sua posse, submeterá ao Prefeito, para aprovação, seu Regimento Interno.

§ 4º - O Conselho, em 90 (noventa) dias, submeterá ao Prefeito, com vistas ao seu encaminhamento à Câmara de Vereadores, projeto de lei criando os cargos e empregos necessários ao seu funcionamento.

§ 5º - Até que esteja aprovado o Plano de Classificação de Cargos e Salários do Parque, o pessoal necessário ao seu funcionamento será contratado pelo regime da CLT, pelo prazo máximo e improrrogável de 18 (dezoito) meses.

§ 6º - Os representantes da sociedade civil organizada a que se refere a alínea "c" do inciso I deste artigo, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, após eleição por seus pares, em reunião convocada para este fim.

§ 7º - Para participar da eleição da sociedade civil organizada, as entidades deverão cadastrar-se na forma dos parágrafos seguintes.

· § 8º - O cadastramento das entidades da sociedade civil se dará mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) comprovante de localização de sua sede no Distrito de Cabuçu para as representações específicas;
- b) comprovante de localização de sua sede no Município de Itaboraí para as demais representações;
- c) cópia do estatuto da entidade registrado em cartório, comprovando que a mesma tem, pelo menos dois anos de existência legal;
- d) cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria;
- e) indicação de representantes (dois: titular e suplente), pelo presidente ou outro responsável devidamente habilitado.

§ 9 - O mandato dos integrantes do Conselho Administrativo e Científico será de dois anos, contados da data de sua eleição e posse, admitida a recondução por mais um período.

§ 10 - As reuniões do Conselho Administrativo e Científico serão amplas e previamente divulgadas, com participação livre a todos os interessados, que terão direito a voz.

§ 11 - As deliberações e os comunicados de interesse do Conselho Administrativo e Científico deverão ser afixadas na entrada do Parque, em local de fácil acesso e visualização a todos os usuários e interessados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Art. 6º - O Conselho Administrativo e Científico reunir-se-á, ordinariamente uma vez a cada mês, podendo as reuniões ser convocadas extraordinariamente por solicitação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros ou da Administração do Parque.

Art. 7º - São atribuições do Conselho Administrativo e Científico, respeitadas as prerrogativas do Poder Público Municipal:

I - participar da elaboração e aprovar o planejamento das atividades desenvolvidas no Parque;

II - propor medidas visando à organização e a manutenção do Parque, a melhoria do sistema de atendimento aos usuários, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a consolidação de seu papel como centro de lazer e recreação e como unidade de conservação;

III - analisar e opinar sobre pedidos de autorização de uso dos espaços do Parque, inclusive para realização de eventos;

IV - fiscalizar e opinar sobre o funcionamento do Parque;

V - apreciar sugestões, denúncias e queixas encaminhadas por pessoas ou entidades e a elas responder;

VI - articular a população do entorno do Parque para promover o debate e elaborar propostas sobre as questões ambientais e culturais locais;

VII - elaborar o seu regimento interno e normas de funcionamento.

Art. 8º - As funções de membro do Conselho Administrativo e Científico não serão remuneradas, sendo suas atividades consideradas de relevante interesse público.

Art. 9º - Até que sejam criados os cargos comissionados e as funções gratificadas consideradas necessárias ao bom desempenho das atividades do Parque, suas ações básicas serão coordenadas por servidor designado ou nomeado pelo Prefeito, por indicação do Secretário Municipal de Meio Ambiente, admitida a acumulação de cargos, desde que não remunerada.

Art. 10 - A garantia do patrimônio municipal e dos bens histórico-culturais e naturais será assegurada pela Guarda Municipal.

Art. 11 - A área do Parque fica interdita à pesca e à caça de qualquer espécie animal, cabendo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação ambiental em vigor, sem prejuízo das demais cominações cíveis e criminais cabíveis.

Art. 12 - O uso público do Parque será regulamentado no regimento interno a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo, por proposta do Conselho Administrativo e Científico, ouvidos os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente e de Cultura.

§ 1º - No perímetro do Parque, estabelecido no Anexo III deste Decreto, só será permitida a visitação de pedestres nas trilhas já existentes ou em outras que vierem a ser definidas no seu Plano de Manejo, sempre acompanhados por orientadores credenciados pela Administração do Parque, observados os direitos dos portadores de necessidades especiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

§ 2º - A vedação a que se refere o parágrafo anterior não inclui a visitação de pesquisadores credenciados pelo Conselho de Administração do Parque, cuja presença é livre de quaisquer outras exigências.

Art. 13 – Fica proibida qualquer forma de exploração de recursos naturais na área do Parque, facultada a cobrança de ingresso de visitantes, cuja receita será destinada ao custeio da manutenção e fiscalização da unidade, vedados os gastos com pessoal.

Parágrafo único – A proibição a que se refere o *caput* deste artigo não alcança o serviço a que se refere o inciso VII do art. 4º da Lei Municipal nº 1.346, de 12 de dezembro de 1995.

Art. 14 – São declaradas de utilidade pública e interesse social, para fins de aquisição por desapropriação amigável ou judicial, as edificações existentes no interior do perímetro do Parque, na forma do memorial descritivo constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 15 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaboraí, 19 de novembro de 2008.


COSME SALLES
PREFEITO



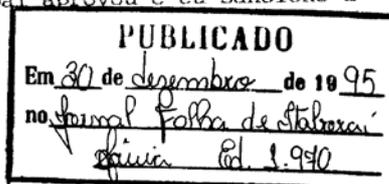
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

Estado do Rio de Janeiro

LEI Nº 1.346 DE 12 DE dezembro DE 1995.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ:
Faço saber que o Povo do Município, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:



Art.1º - Fica criado o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, no 6º distrito, tornando-se área de preservação permanente deste Município.

Art.2º - Fica proibido qualquer tipo de extração vegetal, mineral, caça animal e pesca predatória na área do parque, mesmo sem fins lucrativos, sujeitando-se o infrator às penas previstas em Lei.

Parágrafo Unico- Excetuando-se o mineral água de acordo com o artigo 5º da presente Lei.

Art.3º - Fica determinada a anulação de todas as licenças concedidas à exploração de riquezas naturais na área do Parque criado no Art. 1º desta Lei, conforme o disposto no Artigo 5º da Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965.

Art.4º - Caberá ao Poder Executivo, com forma de assegurar a implantação do Parque criado no Art. 1º desta Lei:

I- Delimitação de área;

II- Execução de levantamento das famílias residentes na área do parque, para remanejamento e assentamento;

III- Reservar área no Parque Paleontológico de São José para assentamento das famílias, com certidão de moradia de acordo com Lei Municipal;

IV- Firmar convênios com entidades governamentais e não governamentais, que visem a defesa e a preservação do meio ambiente, com o objetivo de auxiliar na fiscalização dos limites do Parque, bem como nos trabalhos de reflorestamento e defesa dos recursos naturais;

V- Demarcar área para o funcionamento da Escola Agro-técnica, já existente, para que sejam administrados os estágios supervisionados.

VI- Criar Plano Diretor que delineará formas de ação conjunta para fins científicos, turísticos e ecológicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

Estado do Rio de Janeiro

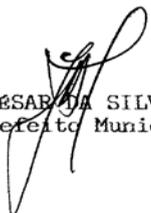
VII- Criar normas para delimitar o abastecimento de água proveniente da Lagoa de São José de Itaboraí, exclusivamente para o 6º distrito.

VIII- Normatização para piscicultura do Parque criado no no artigo 1º desta Lei.

Art. 5º- Fica assegurado, que caberá única e exclusivamente a COOPRAGUA - COOPERATIVA DE AGUA E SERVIÇOS URBANOS DE SÃO JOSÉ - entidade comunitária e sem fins lucrativos, a responsabilidade sobre a extração, distribuição e comercialização da água advinda do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ,
EM 12 DE dezembro DE 1995.


JOÃO CESAR DA SILVA CAFFARO
Prefeito Municipal.

Anexo 3 - Lei Municipal nº 1716 de 26 de dezembro de 2001, que revoga o inciso III, do art. 4º, da Lei nº 1346, de 12 de dezembro de 1995.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI Nº *1.716* DE *26* DE *dezembro* DE 2001.

**“REVOGA O INCISO III, DO
ART. 4º, DA LEI Nº 1.346, DE 12
DE DEZEMBRO DE 1995.”**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

LEI:

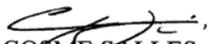
ART. 1º - Fica revogado o inciso III, do art. 4º, da Lei nº 1.346 de 12 de dezembro de 1995:

“Art. 4º-

III – Reservar área no Parque Paleontológico de São José para assentamento das famílias, com certidão de moradia de acordo com a Lei Municipal;”

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Itaboraí, *26* de *dezembro* de 2001.


COSME SALLES
Prefeito Municipal



Anexo 4 – Matéria da Folha de São Paulo que trata da Poluição e do assoreamento da lagoa de São José.

São Paulo, segunda-feira, 19 de setembro de 2005 **FOLHA DE SÃO PAULO** **ciência**
[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PALEONTOLOGIA

Contaminação ainda se encontra em nível tolerável; animais trazem coliformes fecais para água do parque

Lagoa criada na fase de mineração tem poluição com metal

Luciana Whibeler/Folha Imagem



Lagoa formada nos anos 1970 como consequência da mineração na região do atual parque

DA SUCURSAL DO RIO

Única entre as cem lagoas do Estado do Rio de Janeiro a ser artificial, a que existe no parque paleontológico é uma das principais atrações do lugar, mas sofre com lixo e animais pastando sobre suas margens, sem falar na contaminação da água por coliformes fecais (bactérias das fezes).

Segundo Benedito Humberto Rodrigues, como consequência da exploração do calcário na região, a água da lagoa também apresenta contaminação por metais pesados. De acordo com ele, uma análise feita por técnicos da PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) constatou a presença de metais como cádmio, chumbo e alumínio, ainda em níveis toleráveis.

O subsecretário municipal de Meio Ambiente de Itaboraí, Heleno Jesus, declarou que, no fundo da lagoa, ainda estaria parte de equipamentos usados pela mineração da Cimento Mauá, o que aumentaria os riscos.

A contaminação é ainda mais problemática porque a água da lagoa é consumida por cerca de 5.000 moradores do município. Uma cooperativa, a Cooperágua, é responsável pela retirada da água do lago e por sua distribuição entre os consumidores da região. Para isso, cobra uma mensalidade de R\$ 20.

Diante dos problemas, o ambientalista Sérgio Ricardo de Lima afirmou ser "imprescindível" um monitoramento permanente da qualidade da água.

Redução do nível

Quando começou a se formar, no final da década de 1970, a lagoa chegou a ter cerca de 100 m de profundidade.

Atualmente, estaria com cerca de 25 m.

Segundo Lima, a redução do nível de água ocorre pelo assoreamento do lago. Segundo ele, o desmatamento ocorrido na região durante a exploração mineral provocou sucessivos processos de erosão. Com as chuvas, os sedimentos, de acordo com Lima, acabam indo parar dentro da lagoa, reduzindo sua capacidade como reservatório de água.

Outro elemento que contribui para o problema é a própria retirada de água da lagoa para consumo humano. Segundo a Cooperágua, a cada hora, são retirados cerca de 30 mil litros de água.

Apesar de o risco de o líquido estar contaminada, há pesca no local. Há duas décadas, um morador da área atirou na lagoa larvas de peixes, já que o lago originalmente não os possuía. Como a água é usada para consumo, o banho foi proibido. Existem registros de sete afogamentos na lagoa.

Mineradora acusada

Para o ambientalista Sérgio Ricardo de Lima, parte dos problemas enfrentados pelo parque seria de responsabilidade da mineradora francesa Lafarge, proprietária da empresa Cimento Mauá.

Ele entrou com uma representação no Ministério Público Federal pedindo a abertura de um inquérito civil público contra a empresa sob alegação de que estaria descumprindo a Lei Federal 6.938/1981. A lei, em seu artigo 4º, determina a realização do Prad (Programa de Recuperação de Áreas Degradadas), que obriga o reflorestamento e investimentos em educação ambiental após a desativação da extração mineral.